



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

CAROLINA BUSOLIN CARETTIN

**IMPrensa FEMINISTA NA INTERNET: UM ESTUDO DOS
SITES LADO M E AZMINA**

**CAMPINAS
2022**

CAROLINA BUSOLIN CARETTIN

**IMPrensa FEMINISTA NA INTERNET: UM ESTUDO DOS
SITES LADO M E AZMINA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

**Orientadora: Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica
Coorientadora: Profa. Dra. Lais Silveira Fraga**

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Carolina Busolin Carettin e orientada pela Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica e coorientada pela Profa. Dra. Lais Silveira Fraga.

**CAMPINAS
2022**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

R354i Carettin, Carolina Busolin, 1995-
Imprensa feminista na internet : um estudo dos sites Lado M e AzMina /
Carolina Busolin Carettin. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Daniela Tonelli Manica.
Coorientador: Lais Silveira Fraga.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Jornalismo. 2. Feminismo. 3. Mulheres e jornalismo. 4. Sites da Web. I.
Manica, Daniela Tonelli, 1976-. II. Fraga, Lais Silveira, 1980-. III. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Feminist press on the internet : a study of the websites Lado M
and AzMina

Palavras-chave em inglês:

Journalism

Feminism

Women and journalism

Web sites

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Daniela Tonelli Manica [Orientador]

Marta Mourão Kanashiro

Daiane Bertasso Ribeiro

Data de defesa: 31-05-2022

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2448-0785>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6237984987686140>



BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica – Presidente
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Marta Mourão Kanashiro
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Daiane Bertasso Ribeiro
Universidade Federal de Santa Catarina

IEL/UNICAMP
2022

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Ao meu avô Oscar, por ter me ensinado a não desistir.

À minha avó Therezinha, por ter me mostrado a vida enquanto mulher.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa pode ser muito solitário. Adicione uma pandemia e ele pode se tornar mais solitário ainda. Porém, tive ambientes muito acolhedores e pessoas que, mesmo que indiretamente, fizeram com que esses dois últimos anos fossem mais leves.

Primeiro, agradeço à minha orientadora, professora Dra. Daniela Tonelli Manica, que me recebeu como orientanda, contribuiu para minha formação como profissional e também como pessoa, me trouxe temas e ideias que não teria se não fossem suas indicações. Dani, você tornou essa jornada menos assustadora e mais divertida.

Agradeço à minha coorientadora, professora Dra. Lais Silveira Fraga que, ainda em 2018, me recebeu em sua sala na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), campus de Limeira da Unicamp, quando esta pesquisa era apenas uma ideia. Também foi ela quem me indicou o Labjor como uma possibilidade de lugar para desenvolvê-la e, se não fosse por isso, essa pesquisa teria sido outra.

Agradeço às professoras Dra. Marta Mourão Kanashiro e Dra. Daiane Bertasso por aceitarem participar da banca e por todas as indicações, sugestões e apontamentos compartilhados na qualificação desta pesquisa.

Não posso esquecer de agradecer às mulheres que participaram desta pesquisa, contribuindo para que ela fosse desenvolvida. Como são muitas, não cito todos os nomes, mas agradeço em especial Mariana Miranda e Carolina Oms, fundadoras do Lado M e da revista AzMina, respectivamente.

Agradeço também a meus professores do curso de Jornalismo da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), onde me formei em 2016. Profa. Ms. Joyce Guadanuci, orientadora do meu trabalho de conclusão de curso e incentivadora de todos os meus projetos; Prof. Dr. Belarmino Guimarães da Costa que foi sempre solícito quando precisei; e Prof. Dr. Alexandre Mauro Bragion que, em 2016, me disse que eu tinha jeito para a vida acadêmica e me incentivou a enviar um projeto de mestrado.

Agradeço aos colegas do Labirinto, o Laboratório de Estudos Socioantropológicos sobre Tecnologias da Vida, que leram meu projeto e contribuíram muito para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço pela acolhida e por nossos encontros que, mesmo virtuais, me aproximaram da comunidade acadêmica. Agradeço especialmente à Adriana, colega de profissão, de ano de ingresso no mestrado, de ônibus até a rodoviária de Campinas e que me ouviu em momentos de angústia e de alegria.

Não posso esquecer dos meus amigos e familiares que estiveram por perto nesse momento: Francielle, Gabriela, Jandir, Jéssica, Juliene, Livia, Roberta, Rodolfo, Vanessa e Wellington. Enfim, agradeço meu parceiro Oscar por sua escuta e apoio; minha mãe, meu pai e irmãos que estiveram muito presentes durante todo o processo.

RESUMO

As mudanças tecnológicas têm a capacidade de promover alterações em esferas da sociedade, ao mesmo tempo em que são moldadas por ela. Essas transformações acontecem, inclusive, nos movimentos sociais e na imprensa. O feminismo, nos últimos anos, utilizou e ajudou a construir tais tecnologias para se organizar nas redes sociais digitais e também no espaço físico. Articulando os conceitos objetividade feminista (HARAWAY, 2009; HARDING, 1992, 2019), perspectiva feminista (HARTSTOCK, 1983) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1991; AKOTIRENE, 2020) com o campo do jornalismo, essa dissertação analisa o perfil das colaboradoras e suas produções para dois veículos de imprensa feminista, Lado M e AzMina, criados em 2014 e 2015, respectivamente, momento de efervescência do movimento feminista no Brasil (REIS, 2017). Para isso, utilizo a metodologia dos estudos de casos múltiplos, analisando os dados recolhidos através de formulário enviado às autoras, dos textos publicados no segundo semestre de 2018 e das entrevistas feitas com as fundadoras e autoras dos sites. Olhar para este período permitiu relacionar a produção jornalística à organização do movimento feminista – e de outros movimentos sociais – em torno das eleições presidenciais daquele ano e como as pautas sobre política foram abordadas. A partir da análise, foi possível concluir que os veículos valorizam a produção jornalística situada, com as autoras se inserindo nos textos e trazendo suas experiências próprias, sem abandonar o método jornalístico e dados de pesquisas e estudos que embasam suas reportagens e artigos, apesar de não terem tanta representatividade racial, geográfica e de identidade de gênero. São, assim, exemplos de veículos de imprensa feminista que resistem aos modelos de mercado tradicionais, buscam novas formas de produção, usando as ferramentas tecnológicas para chegar em mais pessoas, e quebram padrões do jornalismo tradicional.

Palavras-chave: Jornalismo. Feminismo. Imprensa Feminista. Lado M. AzMina.

ABSTRACT

Technological changes have the ability to promote changes in spheres of society, while being shaped by it. These transformations also happen in social movements and in the press. Feminism, in recent years, has used and helped to build such technologies to organize itself in digital social networks and also in physical space. Articulating the concepts of feminist objectivity (HARAWAY, 2009; HARDING, 1992, 2019), feminist perspective (HARTSTOCK, 1983) and intersectionality (CRENSHAW, 1991; AKOTIRENE, 2020) with the field of journalism, this dissertation analyzes the profile of the collaborators and their productions for two feminist press vehicles, Lado M and AzMina, created in 2014 and 2015, respectively, a moment of effervescence in the feminist movement in Brazil (REIS, 2017). For this, I use the methodology of multiple case studies, analyzing the data collected through a form sent to the authors, texts published in the second half of 2018 and interviews with the founders and authors of the sites. Looking at this period made it possible to relate journalistic production to the organization of the feminist movement – and other social movements – around the presidential elections of that year and how the agendas on politics were approached. From the analysis, it was possible to conclude that the vehicles value the situated journalistic production, with the authors inserting themselves in the texts and bringing their own experiences, without abandoning the journalistic method and research data and studies that support its reports and articles, despite not having much racial, geographic and gender identity representation. They are, therefore, examples of feminist press vehicles that resist traditional market models, seek new forms of production, using technological tools to reach more people, and break the patterns of traditional journalism.

Keywords: Journalism. Feminism. Feminist Press. Lado M. AzMina.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL	16
2.1 Movimento feminista no Brasil	20
2.2 A imprensa feminista no Brasil.....	27
<u>2.2.1 Objetividade feminista no jornalismo</u>	31
3 TECNOLOGIA, FEMINISMO E JORNALISMO	40
3.1 Ciberfeminismo e ativismo digital.....	45
3.2 Tecnologia feminista	50
3.3 Um recorte da imprensa feminista na internet.....	57
<u>3.3.1 Lado M</u>	57
<u>3.3.2 AzMina</u>	61
4 JORNALISMO FEMINISTA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIO- NAL	66
4.1 Interseccionalidade e o feminismo negro	69
4.2 Pensando a interseccionalidade no jornalismo	72
4.3 Perspectiva interseccional na prática jornalística	79
<u>4.3.1 Pautas e produção</u>	82
<u>4.3.2 #EleNão: os textos da editoria Política</u>	88
<u>4.3.3 Relatos: experiências que aproximam</u>	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
7 APÊNDICE	114
7.1 Tabela 1 – AzMina	114
7.2 Tabela 2 – Lado M	125
7.3 Roteiros de entrevistas	130
8 ANEXO	133

1 INTRODUÇÃO

(...) é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER; 2019, p. 12)

Costuma-se falar no movimento feminista como ondas¹, que vem e vão, desaparecem para depois voltarem mais fortes (DUARTE, 2017, p. 27), ou em gerações (REGER, 2014). Esta pesquisa analisa dois veículos de imprensa feminista que surgiram na chamada “quarta onda do feminismo”, que teria começado em 2015 com a Primavera das Mulheres. Nesse momento, as feministas se organizaram contra tentativas do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de passar projetos que iam contra os direitos das mulheres, como o PL5069/13² que dificultava o acesso ao aborto para mulheres que foram estupradas, o que é legal no Brasil.

Os dois sites, o Lado M e a revista AzMina, surgiram em meio a esse levante feminista, em 2014 e 2015, respectivamente, e são compostos por mulheres com diferentes formações. Eu estava no último ano da graduação em Jornalismo quando comecei a colaborar com o Lado M, em setembro de 2016, a fim de aumentar meu portfólio. Por isso, me situo, nessa pesquisa, também como autora do site, que publicou no segundo semestre de 2018, o período analisado. Como diz Donna Haraway (2009, p. 21),

Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear.

¹ A primeira onda acontece a partir da segunda metade do século XIX até o início da II Guerra Mundial, com reivindicações acerca do acesso à educação, ao direito ao voto, melhores condições de trabalho, entre outras. A segunda onda começa nos anos 60, se intensificando na década de 70 e estabelecendo o feminismo como movimento político. Já a terceira onda não é um consenso entre as feministas, porém acontece no final da década de 1980, começando nos Estados Unidos. (GOMES, SORJ, 2014; ZIRBEL, 2021).

² Projeto de lei que “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>>. Acesso em 04 abr. 2021.

Foi por conta de minha colaboração com o site que surgiram as questões dessa pesquisa: quem produz conteúdo jornalístico feminista na internet? Sobre o que essas pessoas estão falando? Tais questões são importantes para entender esses veículos capazes de construir diferentes leituras, a partir da perspectiva de gênero, “afirmadas nas escolhas que envolvem o processo de produção, como as questões dos valores-notícia, as subjetividades e o próprio fazer jornalístico” (SCHANDER; BERTASSO, 2019, p. 41).

Outras pesquisas se debruçam sobre a produção da imprensa feminista, sobretudo na internet, como as dissertações de Gabriela Schander (2021), que estuda a construção da perspectiva de gênero na revista AzMina, a partir de categorias analíticas para entender os elementos que a constituem e como as jornalistas os mobilizam; de Heloisa Souza dos Santos (2019), que faz uma análise de conteúdo nos textos da iniciativa Think Olga e também em AzMina, pensando o jornalismo e a produção de conhecimento no movimento feminista; e de Bibiana Garcez da Silva (2020), que se debruça sobre os estatutos editoriais dos portais AzMina e Gênero e Número.

O veículo AzMina também é recorrente em diversos artigos sobre produção jornalística feminista (SANTOS; MIGUEL, 2019; SANTOS, 2018). Já o Lado M é citado no trabalho de Andressa Kikuti e Paula Melani Rocha (2017) que trata da relação do jornalismo independente com as mídias digitais. Vale citar Jéssica Gustafson (2019a) que também aborda a questão da objetividade na imprensa feminista, a partir de um estudo de caso do Portal Catarinas.

Esta pesquisa contribui para o campo no sentido em que reflete sobre a produção jornalística a partir de uma perspectiva interseccional, trazendo as experiências das colaboradoras e situando-as enquanto profissionais. Além disso, pontua questões importantes como a sustentabilidade financeira dos veículos alternativos, o perfil das jornalistas e como as mudanças tecnológicas impactam o fazer jornalístico e as implicações práticas disso.

O período escolhido, segundo semestre de 2018, é um marco para o movimento feminista e social no Brasil. Seguindo uma onda global de manifestações que eram organizadas nas redes sociais e depois ganhavam as ruas (CASTELLS, 2017, p. 177), a partir de 2013 o Brasil teve diversas manifestações, com pautas e reivindicações diversas. Começou com o aumento do preço da passagem de ônibus,

depois a Copa do Mundo de 2014 e pedidos de mais investimentos em educação e saúde. Nesse contexto, cresceu o antipetismo — a aversão por qualquer candidato que fosse do Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve à frente do governo federal entre 2003 e 2016, ou a qualquer pessoa que o apoiasse. Em 2014, ocorreu a eleição presidencial já muito polarizada, com Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) disputando o segundo turno. Rousseff foi reeleita, mas, em 2016, sofreu um golpe parlamentar.

O contexto social para a eleição de 2018 era um país completamente dividido, descrente, que não confiava nas instituições públicas e buscava um *outsider*, alguém de fora do mundo político. Mesmo com 27 anos de Câmara dos Deputados³, Jair Messias Bolsonaro acabou se capitalizando como essa figura. O movimento feminista, que já vinha se organizando, em 2018, se uniu a outros movimentos sociais — LGBTQIAP+⁴, negro, indígenas, partidos políticos e sindicatos — na campanha #EleNão, que mostrava por que, de todos os treze candidatos à presidência, Bolsonaro não deveria vencer. A união de movimentos de um mesmo campo político mostra a potência das lutas quando juntas, uma vez que, por mais forte que seja, “o movimento feminista não pode mudar o mundo sozinho, nenhum movimento pode” (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 19).

No dia 29 de setembro de 2018, estima-se que 100 mil pessoas ocuparam o Largo da Batata em São Paulo, SP. Também foram registradas manifestações em mais de 114 cidades em dez estados diferentes (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018). Céli Regina Pinto, pesquisadora e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em entrevista à BBC (ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018), afirma que

O que aconteceu (...) foi uma popularização do feminismo. Está espreado na sociedade. Ninguém mais pode dizer que é contra os direitos das mulheres. (...) #EleNão virou um significante cheio de significados. Isso é muito importante na luta política. Começou pelas mulheres, porque Bolsonaro disse frases de baixo nível em relação a mulher, e foi englobando muita coisa, como a defesa da democracia e dos direitos humanos.

³ Jair Bolsonaro assumiu o cargo de deputado federal em 1991, ganhando novamente e ocupando o cargo em 1995, 1999, 2003, 2007, 2011, 2015, até 2018. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>>. Acesso em 30 mar. 2021.

⁴ Utilizo a sigla mais recente que encontrei, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexuais, assexuais e pansexuais.

Mesmo assim, Bolsonaro foi eleito depois de disputar o segundo turno com Fernando Haddad (PT). Sua vitória se deu após uma campanha maciça de *fake news*⁵ em redes sociais, principalmente no WhatsApp e no Twitter. Sua presença nesses espaços foi tão significativa que Bolsonaro não participou dos debates promovidos por emissoras de televisão, que costumam ser oportunidades importantes para que os candidatos apresentem suas propostas e projetos. Por isso, tal período é importante para a análise, uma vez que é possível verificar quais temáticas eram tratadas antes, durante e depois de uma mobilização tão significativa para o movimento.

Apesar de serem dois veículos importantes e de alcance nacional, é preciso reconhecer que há outros sites e blogs feministas que atuam na internet. Um levantamento da Agência Pública⁶ reuniu nove iniciativas de imprensa que discutem temáticas de gênero: Think Olga⁷; Cientista que virou mãe⁸; Lado M⁹; Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta¹⁰; Gênero e Número¹¹; Nós, Mulheres da Periferia¹²; Portal Catarinas¹³; AzMina¹⁴; Revista Capitolina¹⁵. O mapeamento da Pública deixou blogs de lado por serem menos jornalísticos e mais autorais.

Assim, a escolha dos objetos de estudo se deu por proximidade, familiaridade e por serem dois sites que se posicionam como imprensa, publicando reportagens e notícias. Como disse, por já escrever para o Lado M e saber de sua relevância, escolhê-lo foi natural. Já a revista AzMina talvez seja um dos veículos feministas de imprensa mais reconhecidos no país, com 1,1 milhão de acessos ao site em 2018¹⁶. Por terem datas de criação próximas, 2014 e 2015, no período analisado os dois já eram sites conhecidos, o que também pesou na escolha.

⁵ *Fake news* são mentiras que ganham uma roupagem que as fazem parecer notícias de jornais, revistas ou sites, através da forma como são escritas, por exemplo. Mais em Abdin (2019) e Viscardi (2020).

⁶ Disponível em <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>. Acesso em 11 mai. 2021.

⁷ <<https://thinkolga.com>>

⁸ <<https://cientistaqueviroumae.com.br/>>

⁹ <<https://medium.com/lado-m/>>

¹⁰ <<https://coletivonisiafloresta.wordpress.com>>

¹¹ <<http://www.generonumero.media>>

¹² <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br>>

¹³ <<https://catarinas.info>>

¹⁴ <<https://azmina.com.br>>

¹⁵ <<http://www.revistacapitolina.com.br>>

¹⁶ Os dados estão publicados nos relatórios anuais de atividade, disponibilizados pelo veículo em <<https://azmina.com.br/instituto-azmina/transparencia/>>. Acesso em 16 mar. 2021.

No primeiro capítulo, falo sobre o feminismo enquanto movimento social e sua ocorrência no Brasil, que está diretamente ligada ao desenvolvimento da imprensa feminista brasileira, desde os primeiros periódicos feministas até chegarmos aos blogs e sites dos anos 2000 e 2010. Também no primeiro capítulo, trago a discussão sobre a objetividade no jornalismo, partindo dos conceitos de objetividade feminista (HARAWAY, 2009) e perspectiva feminista¹⁷ (HARTSTOCK, 1983).

O capítulo seguinte relaciona o desenvolvimento das tecnologias de comunicação com a prática jornalística, abordando as mudanças e possibilidades para a imprensa. A partir da metodologia dos estudos de caso (ALVES-MAZZOTTI, 2006; MARTINO, 2018), apresento a história dos dois veículos e trago trechos das entrevistas feitas com Mariana Miranda, cofundadora do Lado M, e Carolina Oms, atual diretora executiva d'AzMina e que fundou o projeto com outras nove mulheres; e alguns dados recolhidos com as autoras através de um questionário. Neste mesmo capítulo passo pelo ativismo digital, a ocupação da internet pelos movimentos sociais e trago dados relacionados ao perfil das autoras dos sites.

No terceiro e último capítulo, começo com o conceito de interseccionalidade e sua relação com o feminismo negro e, depois, falo sobre como uma perspectiva interseccional pode ser usada para pensar a produção jornalística. Faço a análise dos textos a partir de três categorias: as pautas e o processo de produção, as publicações da editoria política e sua relação com o período analisado, e os relatos.

¹⁷ Tradução de *feminist standpoint* utilizada também por Gustafson (2019a).

2 FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL

Movimentos sociais sempre fizeram parte das democracias ocidentais. Mario Diani (1992, p. 1) os define como “(...) redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com bases em identidades coletivas compartilhadas”¹⁸, compartilhando de uma definição de si que fazem com que sejam parte de um mesmo lado num conflito social.

(...) a definição também muda a ideia de que os movimentos sociais são necessariamente atores anti-sistêmicos. Isso deixa mais espaço para a análise de como os movimentos sociais mudam ao longo do tempo, em aspectos tão diferentes como o número e a qualidade dos atores envolvidos nos eventos de protesto; as interpretações culturais do conflito; as questões em jogo; os repertórios de ação e os graus de radicalização. (DIANI, 1992, p. 19)¹⁹

Em consonância, Maria da Glória Gohn (2011, p. 335) afirma que são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” e, para isso, adotam diversas estratégias que vão de denúncias à pressão direta — como mobilizações e passeatas — até pressões indiretas. É através das lutas sociais que um problema é evidenciado como coletivo, mesmo que antes visto como particular, e passa a ser considerado uma injustiça (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 8).

Diani (1992, p. 17) também aponta três componentes básicos dos movimentos sociais: redes de relações entre uma pluralidade de atores, identidade coletiva e questões conflituosas. Um dos pontos principais de investigação é a identidade coletiva, vista pelo autor como o resultado de um processo de negociação entre atores.

¹⁸ Traduzido do original em inglês: “(...) networks of informal interactions between a plurality of individuals, groups and or organizations, engaged in political or cultural conflicts, on the basis of shared collective identities”.

¹⁹ Traduzido do original em inglês: “(...) the definition also changes the idea that social movements are necessarily anti-systemic actors. This leaves more room for the analysis of how social movements change over time, in aspects as different as the number and quality of actors involved in protest events; the cultural interpretations of the conflict; the issues at stake; the repertoires of action and the degrees of radicalisation”.

Como os atores, que estão amplamente interessados em questões semelhantes, mas de perspectivas diferentes, passam a se ver como parte de um movimento mais amplo, preservando sua peculiaridade? E como conseguem manter sua identidade coletiva e, eventualmente, adaptá-la às mudanças do conflito, em vez de dividir o movimento em várias facções e seitas? Finalmente, como as identidades do movimento reagem às mudanças nas culturas dominantes em seus ambientes? (DIANI, 1992, p. 17).²⁰

Questões como essas são feitas a todo momento por mulheres que fazem parte do movimento feminista, que Silva (2016, p. 120) define como “uma rede de interações informais entre uma pluralidade de mulheres (...) engajadas num conflito político e/ou cultural, baseadas numa identidade coletiva compartilhada”. Já Judith Butler (2015) diz que “a construção de uma identidade comum”, nesse caso entre as mulheres, “para fins emancipatórios só pode se constituir a partir de exclusões” (GUSTAFSON, 2019a, p. 59).

Por isso, pensar no feminismo é pensar nos conceitos e categorias que são acionadas por ele, como gênero e mulher.

O conceito de gênero foi elaborado para

desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. (...) para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade. (PISCITELLI, 2009, p. 121)

Ele foi considerado um avanço em relação à categoria mulher e o que ela oferecia em relação à análise, por permitirem um interesse inicial na situação das mulheres, mas que não limitam suas análises ao estudo das mulheres (PISCITELLI, 2002, p. 21).

A tensão entre gênero/mulher aparece em diversas pensadoras feministas. Joan Scott (2019), por exemplo, problematiza a afirmação de que gênero é sinônimo de mulheres, por exemplo, uma vez que o gênero é relacional, uma vez que “qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (GUSTAFSON, 2019a, p. 45). Também há críticas ao

²⁰ Traduzido do original em inglês: “How do actors, who are broadly interested in similar issues, yet from different perspectives, come to think of themselves as part of a broader movement, while preserving their peculiarity? And how do they manage to maintain their collective identity, and eventually to adapt it to changes in the conflict, instead of splitting the movement in several factions and sects? Finally, how do movement identities react to shifts in dominant cultures in their environment?”

pensamento dualista sexo/gênero como se o primeiro fosse natural e o segundo, construído socialmente. Os termos são “essencialmente sinônimos” já que os corpos físicos – nas sociedades ocidentais – “são sempre corpos sociais” (OYEWUMI, p. 42, 2021), estão ligados a compromissos sociais e recebem tratamentos diferentes dependendo de como são vistos.

O desenvolvimento do conceito aponta para um caminho que pensa o gênero não apenas nas diferenças excludentes que Butler (2015) pontua, mas em como a masculinidade e a feminilidade são construídas e articuladas com diferenças de raça, classe social, entre outras; inclusive pensando naquelas pessoas que não se classificam como homens ou mulheres (PISCITELLI, 2009, p. 148).

Por ser um movimento construído socialmente e a partir de um contexto específico, essas questões estão sempre indo e vindo. Se na década de 1970 a categoria mulher carregava um sentido determinista e essencialista para as feministas radicais, depois, pensadoras como Linda Nicholson (2000) e Cláudia Lima da Costa (1998) resgatam a ideia de mulher, mas sem um sentido definido.

Isto é, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Algumas dessas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos de tempo, em certos contextos – o que não quer dizer que possam ser universalizadas. (PISCITELLI, 2002, p. 35)

Assim, nega-se qualquer tipo de essência e abre-se a possibilidade de pensar em mulheres e feminismos diversos, as mulheres em contextos específicos, o que mais adiante se desenvolveria no feminismo interseccional. Por exemplo, a pesquisadora oxunista nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021) fala sobre a invenção da mulher – nos moldes ocidentais – na sociedade iorubá. Na cultura Oyó, por exemplo, o que determinava a organização social era a idade e não o sexo biológico. O fato de serem do sexo masculino ou feminino não definia posições sociais, nem para homens nem para mulheres, uma vez que “o corpo nem sempre está em vista e à vista de categorização” (OYEWUMI, 2021, p. 43).

Não estou sugerindo que as categorias de gênero sejam necessariamente limitadas ao Ocidente, particularmente no período contemporâneo. Pelo contrário, estou sugerindo que as discussões sobre categorias sociais deveriam ser definidas e fundamentadas no meio local, em vez de baseadas em achados “universais” feitos no Ocidente. (OYEWUMI, 2021, p. 46)

Além da reflexão sobre o gênero em si, as feministas decoloniais²¹ fazem um movimento de reapropriação dos conhecimentos científicos e filosóficos de povos indígenas, da Ásia, África e América que foram apagados pela narrativa europeia. Françoise Vergès (2020, p. 32) aponta que a ideologia da falta diz a todo momento que esses povos só serão desenvolvidos se adotarem tecnologias e modos de viver dos colonizadores. Segundo ela, “essa ideologia alimenta o feminismo civilizatório²² que, por sua vez, basicamente afirma: ‘Vocês não possuem liberdade, não conhecem os direitos que têm. Nós vamos ajudá-los a atingir o nível adequado de desenvolvimento’”.

Como movimento social, inscrito historicamente, o feminismo é aberto e está em permanente construção (SILVA; CAMURÇA, 2010, p.11) e defini-lo como movimento social deve dar conta dessas variadas mulheres que o compõem e o constroem, além de pensar de que forma outros corpos, homens e pessoas não binárias, podem participar do movimento. Pensando especificamente nos homens e no início do movimento, bell hooks (2018) afirma que o feminismo também pode – e já deveria ter – “oferecido visões mais libertadoras de masculinidade”, o que não teria criado uma ideia de movimento anti-homem que foi, inclusive, muito difundida pela mídia.

Apesar de suas particularidades e experiências, todas (e aqui me refiro às pessoas feministas) compartilham de um interesse em comum: mudar as relações sociais — imbricadas no gênero — em que as mulheres se encontram numa posição de subordinação, entendidas como “diferenciações estruturais, relacionais e simbólicas entre mulheres e homens” (BRAH, 2006, p. 350).

O reconhecimento individual em uma demanda coletiva cria laços entre as mulheres do movimento, dando coesão a ele. Valéria Calvi Amaral Silva (2016, p. 118) dá como exemplo a questão da violência contra a mulher que é, primeiramente,

²¹ O feminismo decolonial é um movimento antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista que foca nos problemas gerados a partir das relações coloniais, como a escravidão, e também “para as imaginações emancipatórias elaboradas neste mundo em que a questão de raça se impôs de forma visceral”. Assim se opõe ao feminismo liberal, na busca por “uma teoria radical contra o capitalismo, o racismo e o sexismo, sem sobrepor uma forma de dominação à outra” (VERGÈS, 2020, p. 5).

²² O termo aparece na obra de Vergès (2020) e trata de um “pensamento único que contribui para a perpetuação da dominação de classe, gênero e raça”, “uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas”.

um problema pessoal, doméstico na maioria das vezes. É a partir do compartilhamento de experiências que outras mulheres se identificam com o problema e o combate à violência contra a mulher se torna uma agenda coletiva. Transformar “interesses particularizados (...) em interesses gerais” é primordial para a sobrevivência do movimento feminista e outras organizações da sociedade civil (PINTO, 1994, p. 262); é importante e necessário, ainda, explicitar as divergências para superá-las (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 13). O feminismo deve ser pensado como uma rede, “como uma dinâmica e não como ator isolado, incluindo nessa dinâmica as inúmeras organizações e indivíduos que possuem algo em comum e interagem” (SILVA, 2016, p. 117).

Assim como os movimentos em rede, o feminismo também pode estimular a autonomia e a horizontalidade. “No sentido organizativo do movimento, a autonomia das mulheres é um objetivo e uma pauta de luta” e a autonomia do movimento em si que busca a auto-organização, permitindo que estabeleçam relações com qualquer instituição política (SILVA; CAMURÇA, 2010).

2.1 Movimento feminista no Brasil

Mesmo que não se possa dizer que o feminismo sempre existiu como movimento organizado é possível perceber sua “movimentação cultural (...) de fluxo e refluxo”, as chamadas ondas do feminismo. Algumas autoras preferem tratar da periodização do movimento como gerações (GOMES; SORJ, 2014; REGER, 2014), uma vez que a palavra “onda” pode dar a entender que o feminismo da primeira onda é substituído pelo da segunda onda, “ignorando as linhas de continuidade entre eles” (GOMES; SORJ, 2014, p. 436). Também há o argumento de que essa abordagem “contempla apenas o feminismo hegemônico e desconsidera a gama de movimentações feministas existentes fora dos países da Europa e dos Estados Unidos” (GUSTAFSON, 2019a, p. 38). Nesta pesquisa, evito usar “onda” ou “geração”, pontuando os acontecimentos mais marcantes para o movimento sem necessariamente dividi-lo de alguma forma. No Brasil, destacam-se quatro momentos, segundo Constância Lima Duarte (2019, p. 27): 1830, 1870, 1920 e 1970. Incluo aqui o momento a partir de 2011 com a Marcha das Vadias, sobre a qual tratarei mais à frente.

Em meados de 1830, as mulheres se organizavam para reivindicar o direito à educação, principalmente à leitura e à escrita. Em 1827 foi autorizada a abertura de escolas públicas femininas no Brasil (DUARTE, 2019, p. 28). Separados em espaços físicos diferentes, meninos e meninas recebiam educações diferentes. Enquanto eles aprendiam sobre história e desenvolviam raciocínio lógico, as meninas aprendiam economia doméstica, pintura e música (SOUTO, 2013, p. 99).

No Brasil oitocentista havia uma clara tentativa de divisão sexual dos espaços. Ao menos em relação aos grupos mais abastados, almejava-se que o espaço público – aquele onde se trabalhava, discutia-se política, desenvolvia-se o intelecto, frequentava-se cafés e bordéis – fosse exclusivo dos homens; já o âmbito privado seria o lugar feminino por excelência – ambiente da administração das economias do lar, dos afazeres domésticos, da criação dos filhos, da perpetuação da moralidade, da reclusão, da obediência e do culto à intimidade. Podemos perceber uma discrepância entre a formação desejada para um menino e uma menina, a qual era reforçada pelo modelo de educação que vigorava no país. (SOUTO, 2013, p. 99)

Esse momento é marcado por mulheres que almejavam a profissão de escritoras que, só por desejarem sair do “fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão”, por isso já seriam feministas (MUZART, 2003, p. 267). A escritora Nísia Floresta é apontada como a introdutora do feminismo no país, com a publicação das obras “Conselhos à Minha Filha”, “Opúsculo Humanitário” e “A Mulher”, além de “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” em 1832. A última é uma tradução²³ do livro Reivindicação dos Direitos da Mulher, escrito por Mary Wollstonecraft em 1792. Apesar de muito influenciado pelo movimento feminista europeu, feministas brasileiras — como Nísia, por exemplo — reconheciam as diferenças entre a Europa e o Brasil. Enquanto aqui lutava-se pelo acesso à educação, as europeias já faziam críticas ao sistema educacional existente.

Esse primeiro momento é extremamente branco e elitizado, sendo as mulheres negras ainda escravizadas e não há um movimento de inclusão delas. Apesar disso, não é possível desconsiderar a importância de tal movimentação para a construção do movimento feminista no país. (DUARTE, 2019, p. 31)

²³ Mais que uma tradução direta do texto, Duarte (2019, p. 30) afirma que Nísia se apropriou da obra europeia a fim de superá-la, inserindo-a “numa importante linhagem antropofágica da literatura brasileira”.

Por volta de 1870 as mulheres começam a se organizar para conquistar o direito ao voto. Além disso, buscaram a ampliação da educação. Nessa época também havia muitos veículos de imprensa declaradamente feministas como o jornal O Sexo Feminino, de Francisca Senhorinha, que tinha D. Pedro II e Princesa Isabel como assinantes. Por aí percebe-se quem tinha acesso a tais veículos: a elite brasileira. Enquanto chegavam notícias de brasileiras formando-se médicas ou advogadas no exterior — pois no Brasil o ensino superior só era permitido para homens —, as mulheres pobres trabalhavam nas fábricas e faziam o serviço doméstico (DUARTE, 2019, p. 33) e as mulheres negras continuavam sendo escravizadas. Foi no século XIX, com mudanças econômicas, políticas, sociais e ideológicas na passagem para a República que as desigualdades entre homens e mulheres e a subordinação das mulheres se tornaram mais evidentes (COSTA; SARDENBERG, 2008 p. 34).

Na virada para o século XX, algumas tendências podiam ser percebidas no movimento feminista. O “movimento Bertha Lutz”²⁴ era a face mais bem comportada do feminismo, que lutava para que as mulheres fossem consideradas cidadãs sem mexer na estrutura da sociedade. O feminismo difuso tinha um “campo mais vasto de questões” (PINTO, 2003, p. 15) e era composto por mulheres cultas, escritoras, professoras e jornalistas, se manifestando na imprensa alternativa. Uma terceira vertente apareceu no movimento anarquista e, depois, no partido comunista. Eram “mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda” que defendiam a “liberação das mulheres de forma radical” (PINTO, 2003, p. 15). Esta última propunha “a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para a mulher” (DUARTE, 2019, p. 38).

Em 1929, as mulheres já podiam se candidatar a cargos públicos e o município de Lajes, no Rio Grande do Norte, elegeu a primeira mulher prefeita da América do Sul. Alzira Soriano foi eleita com 60% dos votos, derrotando um coronel da região. Três anos depois, em 1932, o presidente Getúlio Vargas “incorporou ao

²⁴ A vertente liderada pela bióloga Bertha Lutz era a mais forte e organizada da época, tendo como “questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente”. (PINTO, 2003, p. 14)

novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens, excluindo os analfabetos” (DUARTE, 2019, p. 40). Porém, com a suspeição das eleições, as mulheres só puderam votar em 1945.

Céli Regina Jardim Pinto (2003, p.10) afirma que de 1932 até os anos 70, houve um refluxo do movimento feminista, uma vez que as mulheres participavam de movimentos, mas eles não eram feministas e nem discutiam o papel da mulher na sociedade. Durante a ditadura militar, por exemplo, de 1964 a 1985, havia dificuldade em pautar o movimento mesmo as mulheres participando da resistência, inclusive da luta armada. Essas mulheres negavam o lugar atribuído a elas – recatadas, donas de casa – e assumiam “um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, comportando-se como homens, pegando em armas” (SARTI, 2004, p. 37). Na época, a luta contra o regime militar era maior e o “conceito de povo não comportava diferenças de sexo, raça ou etnia, o que dificultava a construção de uma agenda identitária naquele contexto” (PITANGUY, 2019, p. 91). Um exemplo citado por Heloísa Buarque de Hollanda (2019, p. 16) é a entrevista de Betty Friedan ao Pasquim, na qual a ativista feminista foi chamada de “feia, nariguda, neurótica, machona e outras preciosidades, frutos da irritação que causou tanto na esquerda quanto nos meios militares”.

Mesmo assim, foi ainda durante a ditadura militar que o feminismo teve “seu momento mais exuberante, aquele que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e transformar as reivindicações mais ousadas em direitos conquistados” (DUARTE, 2019, p. 43) e que culminou na garantia de direitos pela Constituição de 1988. O ano de 1975 foi instituído como Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo estendido pelo decênio 1975-1985. Outro acontecimento de 1975 foi importante para a organização do movimento no Brasil: o seminário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que aconteceu de 30 de junho a 6 de julho (HOLLANDA, 2019, p. 14). Nessa época, o feminismo era muito atrelado ao marxismo, sendo regra “buscar apoio naqueles que chamávamos de barbudos - Karl Marx e Fredrich Engels - a legitimidade para conseguirmos, pisando em ovos, falar de mulher” e muito difícil de imaginar um movimento autônomo, “desvinculado de uma perspectiva de classe” (HOLLANDA, 2019, p. 15).

A década de 70 também foi marcada pela luta das mulheres contra a violência e pela defesa do acesso das vítimas à segurança e justiça (PITANGUY,

2019, p. 92). Um episódio que ganhou as páginas de jornais e revistas foi a mobilização de mulheres no segundo julgamento de Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street, assassino confesso de Ângela Diniz. Em 1979, o júri condenou Doca a uma pena branda, de dezoito meses pelo assassinato e mais seis meses por fugir do local. Ele cumpriu sete meses (aguardando o julgamento) e pôde sair livre do tribunal. A defesa alegou que ele matou por “legítima defesa da honra”, afirmando que a culpa era da vítima (MINAS, 2020).

A mobilização das mulheres fez com que ele fosse levado a júri novamente em 1981. Doca foi condenado a quinze anos por homicídio, cumpriu quatro em regime fechado e foi solto em 1987. Porém, a organização da defesa dos direitos e da vida das mulheres vinha sendo articulada desde a década anterior. Um ano antes do júri, em 1980, o movimento organizou uma manifestação durante a missa em homenagem a duas mulheres que foram vítimas do que hoje é chamado de feminicídio. Heloísa e Maria Regina foram mortas por seus companheiros em Belo Horizonte, Minas Gerais, cidade onde Ângela Diniz morou por muitos anos.

Ainda nos anos 1980, a violência contra a mulher passou a ser tratada nas delegacias próprias e, no fim da década, “como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal” (SARTI, 2004, p. 42), entre outros direitos adquiridos como o Estado ser responsável por coibir a violência contra a mulher, mesmo na esfera doméstica; o aumento da licença maternidade e a criação da licença paternidade; o direito à escolha no planejamento familiar e o dever do Estado de oferecer informações sobre contraceptivos, assim como os próprios recursos (FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2022).

Na mesma época, as feministas fizeram ações de *advocacy*²⁵, dando um passo em direção ao Estado. Foi aí que surgiram espaços institucionais voltados a mulheres, como o Conselho dos Direitos da Mulher em Minas Gerais e o Conselho da Condição Feminina em São Paulo (PITANGUY, 2019, p. 94).

(...) no final da década de 80 e durante a década de 90, o movimento feminista brasileiro adota uma ação mais propositiva, de intervenção nas

²⁵ “Ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais ou internacionais no sentido de alcançar determinado objetivo” (PITANGUY, 2019, p. 90).

políticas públicas, saindo de um lugar de clandestinidade, buscando a representatividade e a legitimidade (CUNHÃ, 2001).

Nesse momento foram criadas diversas organizações não governamentais (ONGs), principalmente para que o movimento conseguisse algum recurso financeiro. Esses recursos vinham, em grande parte, de agentes internacionais que “exigiam registro legal como pré-requisito para aprovar projetos, bem como a participação em eventos e a possibilidade de votar nas decisões de fóruns e conselhos” (GREGORI, 2017, p. 61).

No Brasil não houve, no entanto, uma ruptura entre feministas autônomas e feministas institucionalizadas como aconteceu em alguns países da América Latina, como Bolívia, México e Chile; embora houvesse a discussão em eventos e encontros.

As próprias características do feminismo brasileiro enquanto movimento social mais vinculado às decisões participativas e democráticas, o permanente controle e questionamento sobre as instâncias de poder ou formação de lideranças por parte do movimento de base dificultam essa dicotomia. (...) sente-se uma constante preocupação por parte das ONGs feministas em estimular mecanismos de participação e consulta mais amplos no sentido de buscar respaldo político que legitime suas ações. (...) Mesmo as ONGs mais recentes aglutinam antigas militantes de reconhecida atuação no feminismo autônomo e preocupam-se em manter os vínculos com o movimento não-institucional. (COSTA, 2005, p. 10).

Em contrapartida, Carmen Silva e Silvia Camurça (2010, p. 52) afirmam que nem toda organização pode ser benéfica a um movimento. Opções políticas podem burocratizar ao invés de fortalecer, o que as autoras definem que acontece quando “ele atua por rotina, perde a capacidade de inovação na forma de atuar e na forma de leitura que faz a realidade”. Mesmo com o debate sobre a institucionalização do movimento, nos anos 90:

(...) uma extensa produção normativa nacional voltada à regulamentação e à promoção de direitos humanos e garantias individuais e sociais se fortaleceram com o processo constituinte. A luta do movimento de mulheres contra a redução da proposta constitucional foi essencial para o enfrentamento das profundas desigualdades sociais, regionais e étnico-raciais brasileiras. (BARSTED; MIRANDA; PITANGUY, 2006, p. 11)

É inegável, portanto, que o movimento feminista realizou conquistas a partir de tudo o que foi construído durante todos esses anos. Reflexo da chamada “onguização”, da institucionalização do movimento (RAMOS, 2004; ALVAREZ,

2009)²⁶, em 2000, aconteceram duas grandes marchas. A primeira Marcha das Margaridas reuniu mais de 20 mil mulheres em Brasília e foi coordenada pelas mulheres na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), nas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e nos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs); além de ter colaboração de organizações feministas, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A Marcha das Margaridas fez parte da primeira Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que teve ações entre março e outubro de 2000 em todo o país (MULHERES, 2021).

Nos anos 2000 houve a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e, em 2006, a aprovação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) que coíbe e previne a violência doméstica contra a mulher e, em 2015, a Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015) que altera o Código Penal e acrescenta uma forma de homicídio que se dá contra a mulher por “condição de sexo feminino”. Todo percurso do movimento feminista, desde o século XIX até o XXI, contribuiu para que as mulheres tomassem as ruas — e as redes — do país.

Em 2011, outra marcha marcou o movimento, com a cidade de São Paulo sediando a primeira Marcha das Vadias. O movimento começou no mesmo ano em Toronto, no Canadá, depois que um policial afirmou, em um fórum universitário, que as mulheres evitariam estupros se não se vestissem como putas, vadias (BBC, 2011). A marcha se espalhou pelo mundo e chegou ao Brasil pedindo “o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos” (GOMES; SORJ, 2014, p. 437). O movimento foi um dos primeiros a ser organizado e fomentado pelas redes sociais.

A rapidez com que a marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogues e emails. (GOMES; SORJ, 2014, p. 437).

²⁶ O termo “onguização” não se refere apenas ao processo de expansão das ONGs, mas denomina as alterações estruturais que passaram a modelar essas instituições, as quais passaram a desenvolver projetos, financiados por agências de cooperação internacional, contendo, na maioria das vezes, equipes especializadas e remuneradas (OLIVEIRA, 2019, p. 18).

Outro movimento importante nesse período, já na internet, foi a primeira grande marcha de mulheres negras online, a Blogagem Coletiva Mulher Negra, em 2012, que resultou na criação, mais adiante, do coletivo Blogueiras Negras. Também em 2015, além das manifestações da Primavera das Mulheres, aconteceu a Marcha das Mulheres Negras, em Brasília, no dia 18 de novembro. A marcha reuniu 50 mil mulheres e foi a primeira de mulheres negras que “articulou estratégias de comunicação e mobilização e as tecnologias digitais de comunicação” (BARROS, 2020, p. 206).

2.2 A imprensa feminista no Brasil

Parte importante do feminismo como movimento social é a imprensa feminista que acompanhou todas as mudanças tecnológicas, sociais, culturais e históricas. Para observar suas características e discutir interseccionalidade e objetividade no meio jornalístico, é preciso voltar para o que foi construído por outras mulheres ao longo dos anos.

A criação de uma imprensa feminista no Brasil foi possível depois que as mulheres tiveram acesso à educação, ao letramento, no século XIX. Uma vez leitoras, se apoderaram da escrita. “Mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência” (DUARTE, 2017, p. 14). Antes de serem percebidos como veículos feministas, alguns que tinham mulheres como público-alvo já tratavam de temas considerados delicados para a época, como sexo (BANDEIRA, 2015, p. 3). Porém, era muito comum que os jornais e revistas voltados ao público feminino tratassem de assuntos vistos como de interesse somente “das mulheres”, como moda, saúde e beleza.

A literatura e a moda, temas-chave dos primeiros exemplares surgidos nesse segmento, foram ganhando novos contextos e rumos, ao longo da história, até chegar ao atual jornalismo feminino, uma segmentação especificamente marcada pela abordagem de temáticas que vão da moda à beleza, passando pelo sexo, educação dos filhos e carreira profissional – sobretudo após os anos 1950, quando a imprensa dirigida à mulher se consolidou da forma como a conhecemos hoje. (BANDEIRA, 2015, p. 1)

Era comum que tais veículos tratassem as mulheres como crianças, que deveriam ser orientadas, protegidas e consoladas, mantendo uma posição de passividade, inferioridade e incapacidade (SCHLINDWEIN, 2012, p. 55).

Da mesma forma, o jornalismo feminista tem as mulheres como público-alvo, como foi o caso d'O Jornal das Senhoras, lançado em 1852 no Rio de Janeiro (RJ) por Joana Paula Manso de Noronha. O jornal circulou até 1855 e também buscava atingir os homens, a fim de convencê-los "a aceitar (e apoiar) o novo quadro que se desenhava para as jovens" (DUARTE, 2017, p.22).

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar; pois, essas grandes linhas de luta (MUZART, 2003).

A partir da segunda metade do século XIX o movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos. No Brasil, o movimento chegou mais organizado nas primeiras décadas do século XX. Nesse período também se acentuava a urbanização das cidades, como São Paulo (SP), o que levou as mulheres a trabalharem fora de casa. As operárias também se fortaleciam através da publicação em jornais anarquistas, como fizeram no Manifesto às Trabalhadoras de São Paulo, publicado no jornal "A Terra Livre", e que denunciava as péssimas condições de trabalho nas fábricas. Em 1923 foi lançada a revista Renascença, do movimento anarquista. Sua criadora, Maria Lacerda de Moura, defendia que o trabalho era o caminho para a independência da mulher (MÉNDEZ, 2007, p. 59). Como já mencionado, o movimento era extremamente elitizado e branco, já que as mulheres negras já trabalhavam há muito tempo. "Assim, nas primeiras décadas do século XX, assiste-se aos esforços do feminismo liberal em afirmar os direitos civis das mulheres" (MÉNDEZ, 2007, p. 273).

A imprensa feminista reapareceu com mais força na década de 1960, por conta das mudanças sociais que aconteciam no Brasil. Depois da posse de João Goulart como presidente, em 1961, setores conservadores passaram a se articular, culminando no golpe militar de 1964, que instituiu uma ditadura no país até 1985. Nessas três décadas, "o pensamento feminista e os movimentos sociais de mulheres desempenharam um papel relevante na reconfiguração das relações sociais de

gênero no Brasil” (MÉNDEZ, 2007, p. 274). Segundo Bernardo Kucinski (1991), entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos da chamada imprensa alternativa, categoria na qual os jornais e revistas feministas se encaixavam. O autor aponta quatro características comuns aos veículos dessa imprensa:

o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p. 13)

No período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, as mulheres foram “o segmento da população que mais teve mudanças nas suas relações com o trabalho, a família, os homens e a questão política” (TELES; LEITE, 2013, p. 29). A dupla jornada de trabalho e a falta de creches e postos de saúde próximos de casa fizeram com que as mulheres se organizassem em torno dessas questões específicas.

Os veículos que se destacam no período são o Brasil Mulher, o Nós Mulheres e o Mulherio. Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, o que incentiva a criação do Brasil Mulher por Therezinha Zerbini e Joana Lopes. No ano seguinte surge o Nós Mulheres. Os veículos

Defenderam ideias e princípios relacionados ao contexto político do movimento nacional feminista pós-luta armada, quando a oposição buscava novos espaços de atuação. Ambos estavam comprometidos com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas vinculadas diretamente às condições das mulheres e às novas formas de fazer política (TELES; LEITE, 2013, p. 59).

O movimento feminista também lutava pelo fim da ditadura, mas era como “uma especialização, ou divisão de tarefas de um mesmo imaginário” (KUCINSKI, 1991, p. 81). Observando o que era publicado pela imprensa feminista é impossível perceber a participação do movimento na cena política. “Trata-se de um movimento que não se aliena, mas se transforma historicamente” (TELES; LEITE, 2013, p. 191).

Porém, a partir da criação das associações de mulheres, a imprensa feminista passou a ter algumas características que a diferiam da imprensa alternativa: primeiro, a mudança se realizava no campo social; segundo, implicava em “mudanças nos hábitos de vida, divisão de trabalho no âmbito da família” (KUCINSKI, 1991, p. 82). Os veículos

Começaram como alternativa à própria imprensa alternativa, mas mantiveram-se presos aos seus paradigmas e passaram pelos mesmos processos de “rachas”; só no final da década libertaram-se do universo anterior, mergulhando no feminismo e desenvolvendo um padrão próprio, muito mais ligado ao meio acadêmico, à pesquisa de campo, do que às instituições da sociedade civil (KUCINSKI, 1991, p. 82).

No fim da década de 1990, os blogs começaram a aparecer na internet. O blog *Escreva Lola Escreva*²⁷ talvez seja um dos primeiros do segmento no Brasil. O espaço, criado por Dolores Aronovich Agüero, tem os primeiros textos datados de 1998. Com a popularização do acesso à internet, surgiram novas formas de fazer jornalismo. Os blogs passaram a ser mais populares na primeira década do século XXI e ainda são de extrema importância para o movimento feminista. As mulheres puderam criar espaços para compartilhar suas experiências e pontos de vista, uma vez que não tinham tal espaço na mídia tradicional (ALMEIDA; TERRA; SANTINI; 2014, p. 154), criando redes e disseminando informação sobre o movimento. Remedios Zafra (2010 apud FERREIRA, 2015, p. 223) utiliza a ideia de quarto próprio de Virginia Woolf para pensar esse espaço online.

A reapropriação de Zafra da noção de “quarto próprio” de Virginia Woolf, ligando-a ao ambiente digital, permite perceber que as condições para a autonomia feminina mudaram. A princípio a posição do quarto próprio conectado parece mais equânime para todos, no entanto é na articulação de marcadores sociais de diferença que é possível perceber quais sujeitos e vertentes têm utilizado largamente suas estratégias. (FERREIRA, 2015, p. 223)

As relações entre o feminismo, as tecnologias e a prática jornalística no ambiente digital serão aprofundadas no próximo capítulo. Porém, adianto que, naquele momento, o que se tinha era a ausência de mulheres em cargos de liderança nos meios de comunicação tradicionais e nas editorias consideradas mais sérias ou pertencentes ao “universo masculino”, como política, economia e esportes (SARMENTO, 2017, p. 65). Apesar de serem maioria entre os profissionais de jornalismo, 57,8% (LIMA; 2021), essa falta de espaço nas redações pode ter feito com que elas procurassem outros caminhos. E isso não acontece somente no Brasil: dados da Federação Internacional dos Jornalistas mostram que 30 a 40% da força de

²⁷ Disponível em <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>>. Acesso em 30 mar. 2021.

trabalho da profissão é composta por mulheres, mas elas não chegam a 1% nos postos executivos (CHAMBERS; STEINER; FLEMING, 2004).

Em entrevista, a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Maria José Braga, afirma que esse fato de as mulheres serem maioria no jornalismo fez com que surgissem publicações com enfoque de gênero e outras publicações para públicos específicos, “mas o que chamamos de comunicação de massa não teve um impacto” (PEREIRA, 2019, p. 238). Assim, segundo Jéssica Gustafson (2019, p. 133), o maior desafio da imprensa feminista ou, como a autora chama, dos “portais que articulam o jornalismo e gênero”, é “a elaboração de novas soluções jornalísticas, éticas e práticas para a construção de discursos que se oponham aos que circulam na mídia hegemônica”. Por isso, é necessário articular características basilares do jornalismo tradicional – como a objetividade e imparcialidade – com conceitos trazidos pelo feminismo.

2.2.1 Objetividade feminista no jornalismo

Um dos princípios da atividade jornalística é a objetividade, característica do modelo empírico-positivista, que “parte do princípio de que não há uma distinção entre a realidade e a notícia” (MELO, 2007, p. 1). Junto a ela estão “valores inerentes à prática (apartidarismo e equilíbrio), procedimentos epistemológicos (transparência e rigor), valores estéticos (clareza e concisão), valores éticos (justiça)” (GUSTAFSON, 2019b, p. 24).

Uma discussão sobre o tema²⁸ foi publicada no livro *Online Journalism Ethics: traditions and transitions*, de Cecilia Friend e Jane Singer (2007 apud DEMENECK, 2009, p. 115). No debate, Christopher Harper apontou que a objetividade, tão vastamente difundida no jornalismo, estava ligada a um estilo de escrita praticado nos Estados Unidos e Canadá no início da imprensa.

Nos Estados Unidos, depois da I Guerra, consolida-se a perspectiva funcionalista no estudo da comunicação social, alicerçada em estudos de natureza empirista que se utilizam de modelos formais e matemáticos. Essa corrente, que pretende atribuir-se uma aura de imparcialidade e objetividade,

²⁸ Trechos da discussão online que aconteceu em outubro de 2004 entre jornalistas e acadêmicos foram publicados no livro. Participaram Stephen Ward (Canadá), Christopher Harper (EUA), Thomas Hanitzsch (Alemanha), Mindy McAdams (EUA) e Jan Schaffer (EUA). (DEMENECK, 2009, p. 115)

passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos Estados Unidos e também na América Latina. (GENRO FILHO, 1987, p. 19)

Essa concepção influenciou diretamente o jornalismo brasileiro que “se tornou caudatário da experiência norte-americana, ou anglo-saxônica, que, por sua vez, bebeu do funcionalismo suas máximas inspirações” (MEDINA, 2014) e parte de duas premissas: a da existência de uma realidade universal e imutável e a de que não há interferências no fazer jornalístico, na produção da notícia.

Esse pensamento ignora, entre outros fatores, que há uma interferência e mediação da realidade (MELO, 2007, p. 2). Já Gaye Tuchman (1999) pontua que a objetividade jornalística é uma estratégia usada pelos jornalistas para se defenderem de possíveis críticas acerca de seus trabalhos. Seja usando as falas, entre aspas, de entrevistados com pontos de vistas diferentes; ou relatando os fatos usando o *lead*²⁹, validado pela “perspicácia profissional”. As citações, por exemplo, fazem com que o repórter desapareça, uma vez que quem emite a opinião é o entrevistado. Sobre esta prática, a autora diz que

Visto que a objetividade pode ser definida como prioridade aos objetivos externos ao pensamento e objetivo como aquilo que pertence ao objeto de pensamento e não ao sujeito que pensa (ambas definições de dicionário), seria difícil de afirmar – como os jornalistas fazem – que a apresentação de possibilidades conflituais fomenta a objetividade. (TUCHMAN, 1999, p. 80)

Cria-se assim um *modus operandi* do jornalista, que molda a forma como as notícias e, conseqüentemente, a realidade são construídas. É fundamental entender e refletir sobre esse processo, pois “o que ‘significa’ o real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como ‘verdade’ nos meios de comunicação” (SILVA, 2010, p. 41). Além disso, a forma como será veiculada também é definida a partir desses padrões, pensando na forma tanto na plataforma – TV, redes sociais, sites, veículos impressos – quanto na linguagem utilizada.

²⁹ O *lead* jornalístico responde às perguntas: Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?. Comumente as respostas aparecem já no primeiro parágrafo da reportagem, seguindo o modelo da pirâmide invertida, no qual as informações que são mais importantes (no julgamento do repórter e do editor) aparecem primeiro e as menos importantes aparecem por último.

Esse processo é multilateral e depende da visão de mundo que o jornalista tem e da sociedade em que está inserido (SILVA, 2010, p. 41), nesse caso patriarcal, capitalista e fundamentada em princípios positivistas. É nesse contexto que o feminismo e a imprensa feminista se formam e se impõem, uma vez que essa objetividade servia - e ainda serve - “muito bem aos propósitos de dominação masculina, ao afastar as mulheres da produção deste tipo de saber” (GUSTAFSON, 2019b, p. 11).

Assim como o jornalismo, a ciência e a tecnologia também se desenvolveram a partir de ideias positivistas e tiveram críticas em relação à neutralidade, imparcialidade e objetividade. Ruha Benjamin (2019) faz uma crítica em relação à falsa neutralidade dos algoritmos e designs digitais que “parecem estar simplificando a discriminação”, mas reproduzem “a discriminação algorítmica sustentada”. O fator humano da concepção e produção das novas tecnologias não pode ser desconsiderado e nem apartado de seu contexto histórico, social e político.

Sandra Harding (1992) desenvolveu a ideia de “objetividade forte”, que surge “das teorias das perspectivas, ainda que a terminologia e a particular forma de explicar sejam minhas” (HARDING, 2019, p. 146).

A objetividade forte é, de fato, “a verdadeira objetividade”: ela é mais competente em ser justa em relação a tais objetivos que a versão de objetividade que é ligada ao ideal de neutralidade de valores. Manter um foco na objetividade das metodologias de pesquisa chama atenção para como um certo tipo de ideal político e intelectual de diversidade pode avançar em direção a uma estratégia de pesquisa específica que simultaneamente promove o crescimento do conhecimento abrangente e confiável. (HARDING, 2019, p. 148)

Haraway também reflete sobre a objetividade (2009, p. 15), colocando que todos os conhecimentos são localizados e, portanto, inevitavelmente parciais. Como feministas, há a busca por uma explicação melhor do mundo e de uma ciência mais rica e adequada. Gustafson (2019, p. 7) propõe que essa construção da jornalista feminista não é estável e coerente, uma vez que “as posições de sujeito nunca são fixas, sendo variáveis e múltiplas, construídas em constantes tensões e sujeitas a revisões”. Eugênio Bucci (2000, p. 101) também reflete sobre isso ao dizer que o “equilíbrio não é um ponto fixo, (...) mas um centro relativo, que se desloca à medida que se transformam a cultura e a mentalidade da comunidade”.

Situar-se também traz uma avaliação crítica maior sobre a sociedade e sobre o que é produzido. A igualdade de localização relativista não se responsabiliza e nega essa avaliação, pois somente o “eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se a conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história” (HARAWAY, 2009, p. 26). Como o *lead* jornalístico, a produção científica localizada propõe questões básicas:

Essas tecnologias são modos de vida, ordens sociais, práticas de visualização. Tecnologias são práticas habilidosas. Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão? (HARAWAY, 2009, p. 28).

A partir da década de 1970, nos Estados Unidos, se desenvolve o *parajournalism*³⁰, também chamado de novo jornalismo norte-americano, que pretendia “romper com os modelos de notícia estratificados na visão de mundo do fim do século XIX” (MEDINA, 2014). Na mesma época, em 1973, a pesquisadora e jornalista Cremilda Medina publica o livro “A arte de tecer o presente”, que também busca romper com a concepção positivista.

Já nos anos 2000, Bucci traz a discussão no livro “Sobre ética e imprensa” no qual afirma que a objetividade é praticamente impossível, mas que se acredita nela por conta de um “pacto de confiança que a imprensa mantém com a sociedade” (BUCCI, 2000, p. 92).

O pacto tem contradições internas. (...) não há nenhum distanciamento cultural entre o homem que é repórter, o homem que é notícia e o homem que é destinatário da informação. (...) Objetividade é uma palavra que vem de objeto. Diz-se que tem objetividade o discurso em que se expressam as características próprias do objeto - e não as do autor do relato (o sujeito). O jornalismo, produto que é do senso comum, adota a pressuposição tácita de que uma descrição pode ser objetiva, ou seja, pode ser inteiramente fiel às características do objeto, sem que o sujeito a deforme. E, de fato, há informações inteiramente objetivas. (BUCCI, 2000, p. 92)

³⁰ De acordo com o dicionário Merriam-Webster, *parajournalism* é um jornalismo que é tendencioso por conta das opiniões do repórter. Disponível em <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/parajournalism>>. Acesso em 6 jul. 2021.

Essas informações seriam, por exemplo, a temperatura e o placar de um jogo de futebol. Porém, jornalismo não é só isso. Para escrever uma reportagem, o jornalista precisa se relacionar com outras pessoas, com dados, com plataformas. Bucci (2000, p. 93) afirma que “a melhor objetividade no jornalismo é, então, uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade”.

Apesar das reflexões,

Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista. (MEDINA, 2014)

Por isso, para encontrar esse equilíbrio, o jornalista precisa conhecer e ser honesto consigo mesmo, a fim de construir “fundamentações racionais dos valores que preza” (BUCCI, 2000, p. 98); pelos colegas e chefia, com o compartilhamento de problemas e conflitos internos; e pela transparência do veículo com seu público. “Isso forma a visão crítica do cidadão, que é quem, no fim da linha, sustenta a qualidade do jornalismo” (BUCCI, 2000, p. 99). Nos Estados Unidos, o *The New York Times* se posicionou claramente em relação a pré-candidaturas à presidência em 2020, por exemplo (VALOR, 2020). No Brasil, se tomarmos um jornal de alcance nacional como o Estado de S. Paulo, nos deparamos com a falsa sensação de neutralidade, o que resulta em editoriais como “Uma escolha muito difícil” (O ESTADO DE S. PAULO, 2018), publicado em outubro de 2018, antes do segundo turno das eleições presidenciais no Brasil. Mesmo parecendo neutro, o Estadão tem uma ideologia neoliberal, defende

a meritocracia, possui fortes ligações com o empresariado paulista, posiciona-se de maneira contrária às greves e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que se posta como defensor dos direitos individuais do cidadão (GUILHERME, 2018, p. 199).

O público vai progressivamente desconfiando de discursos totalizantes (HOLLANDA, 1994, p. 9), o que leva a crer que, para o receptor, é mais confiável saber que o jornalista produz suas reportagens a partir de um lugar específico. Bucci (p. 94) afirma ainda que indiferença e neutralização do sujeito não fazem parte do bom jornalismo.

Há mesmo situações em que a tentativa de isentar-se inteiramente de toda emoção produz um alheamento do repórter que, aí sim, torna imprestável o seu relato. Sem a indignação, o espanto, a surpresa, não há reportagem. O que não significa que o estilo deva ser meloso ou, noutro extremo, vociferante. Ele não deve ser esponja embebida em adjetivos: a precisão jornalística requer realçar a emoção que move os acontecimentos. A objetividade possível não é portanto a correspondência fria de uma descrição a objetos inanimados ou inumanos. Mas o impacto quente dos fatos produzidos por seres humanos no discurso ininterrupto do jornalismo. Banir a emoção da informação é banir a humanidade do jornalismo. (BUCCI, 2000, p. 95)

Jan Shaffer (apud DEMENECK, 2009, p.115) observa que a objetividade e outros princípios básicos do jornalismo estão sob cerco e que, talvez, essas mudanças sejam positivas pois resultam em reportagens mais equilibradas. Em consonância com Bucci, Shaffer diz que o jornalista deve fazer reportagens mais aprofundadas e completas, conduzindo “a um encontro de verdades múltiplas e não apenas de uma verdade”, trocando “uma visão de 50 pés de altura por uma de 5.000 pés.” (FRIEND; SINGER, 2007 apud DEMENECK, 2009, p. 115).

A editora da revista AzMina, Carolina Oms, afirma em entrevista que a questão da objetividade jornalística - que coloca o profissional como aquele que relata um fato material de forma imparcial e objetiva - já foi superada pelo veículo e compara uma campanha feita por um jornal impresso da mídia tradicional com o posicionamento do site.

A gente não considera que a gente é um veículo menos objetivo que a Folha de S. Paulo. A gente acha que é inclusive um posicionamento machista dizer que um veículo feminista é melhor ou pior do que um outro veículo, porque, quando a Folha de S. Paulo faz uma campanha sobre democracia e diz para as pessoas vestirem amarelo, ninguém diz que isso é um posicionamento político, né? E a democracia é também uma escolha política, assim como a luta por direitos humanos, assim como a luta pelos direitos das mulheres. (OMS, 2021)

A fala de Carolina corrobora com o que pontuam Gabriela Schander e Daiane Bertasso no artigo “Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento”: que o conhecimento produzido por AzMina é “comprometido politicamente com a realidade histórico-social e com o jornalismo em sua singularidade” (SCHANDER; BERTASSO, 2019, p. 47).

Mariana Miranda, editora do Lado M, explica que a forma como o jornalismo feminista é feito também depende do público que se busca alcançar.

Você jamais vai ver no site Lado M a defesa de um cara que foi acusado de estupro e ele está lá se defendendo, esse espaço não é o dele. A gente pode até ouvir o lado da mulher, ouvir o lado dele, tentar fazer ali um material; só que jamais vai ser um cara falando ali o que ele acha porque é um portal focado na produção de conteúdo feminino (...). Assim como existem vários sites LGBTQI+ que não vão deixar uma pessoa cis e hétero ir lá e escrever alguma coisa (...). (MIRANDA, 2021)

A editora também explica algumas escolhas que faz quando está lendo um texto produzido por uma colaboradora. Ela evita expressões generalizantes como “todas as mulheres” ou “todos os homens” e incentiva que as autoras usem dados e pesquisas que embasem suas opiniões.

Portanto, a única forma de ter uma visão mais ampla é estar em um lugar outro no jornalismo (GENRO FILHO, 1987), não aquele lugar neutro, isento e objetivo. As perspectivas de mulheres – e não sobre elas – expõem “tensões, confrontos e dissonâncias que fazem parte das relações assimétricas entre homens e mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 25). Resgato o conceito de perspectiva feminista (HARTSOCK, 1983), *feminist standpoint* no original, que se propõe a entender e se opor a todas as formas de dominação.

Um ponto de vista não é simplesmente uma posição interessada (interpretada como parcialidade), mas está interessada no sentido de estar engajado. Um ponto de vista, no entanto, carrega consigo a alegação de que existem algumas perspectivas sobre a sociedade a partir das quais, por mais bem-intencionada que sejam, as relações reais dos humanos entre si e com o mundo natural não são visíveis. (HARTSOCK, 1983, p. 285)³¹

Nesse aspecto, AzMina e Lado M ocupam esse lugar usando o gênero “como um potencial crítico que faz parte do comprometimento de um jornalismo que desempenha sua função social na sociedade contemporânea” (SCHANDER; BERTASSO, 2019, p. 50). Por exemplo, na reportagem “Maternidade e eleições: candidatas querem mais mães na política”, de Gabrielle Estevans, há um posicionamento claro que é baseado em pesquisas e dados e complementado com as experiências das entrevistadas, como mostram os trechos abaixo:

Homens, brancos, empresários, de classe alta, com ensino superior completo e de meia idade. Esse é o perfil da maioria dos candidatos nas

³¹ Traduzido do original “A standpoint is not simply an interested position (interpreted as bias) but is interested in the sense of being engaged. A standpoint, however, carries with it the contention that there are some perspectives on society from which, however well-intentioned one may be, the real relations of humans with each other and with the natural world are not visible.”

Eleições 2018. A baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro é inegável. Na Câmara dos Deputados elas são apenas 10%. No Senado, quase 15%. Isso coloca o Brasil na 154ª posição no ranking de 190 países em relação a participação de mulheres na política, feito pela organização internacional Inter-Parliamentary Union (IPU). “Nossos representantes constantemente reinventam formas de excluir a base da pirâmide dos processos de decisão. Hoje, o setor de poder está concentrado na minoria representativa dessa população. Por isso, colocar negras, transexuais e mães na política – e até crianças, sendo bem audaciosa – é urgente. Estamos falando de uma ferramenta de instrumento de transformação social rumo à pauta que deveria unir a todos, que é a erradicação das desigualdades e respeito absoluto à vida humana”, diz Anne. (ESTEVANS, 2018)

O texto de Gabrielle é um exemplo de confronto à representação do mundo social feita pela mídia, que contribui para perpetuar esta – a falta de mulheres participantes da vida política – e várias outras desigualdades (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 11) e pode, ainda, “reforçar ou potencializar mudanças na escala dos valores que orientam os comportamentos sociais de forma mais ampla” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 14). Aqui os autores tratam da mídia tradicional, porém, com a popularização do acesso à internet, esse papel se estendeu para outras plataformas, como as redes sociais e os aplicativos de mensagens, sobre os quais tratarei no próximo capítulo.

Já em “#EleNão: 5 vezes que ele foi declaradamente machista (com provas)”, Nathalia Marques usa vídeos de declarações do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, para provar que seu posicionamento fere os direitos das mulheres e a existência delas no mundo. A frase “Que comece o show de horror!” é uma inserção clara de sua perspectiva no texto.

(...) em um contexto no qual as pesquisas indicam a liderança de Bolsonaro no primeiro turno, precisamos nos manter resistentes e praticar o diálogo, principalmente com as mulheres que pensam em votar nele. Nesse sentido, apresentar todas as vezes que ele foi machista é uma forma eficiente de mostrar para as mulheres indecisas que votando nesse candidato, elas estarão votando contra si mesmas. Foi justamente por isso que selecionamos 5 vezes que Bolsonaro foi preconceituoso — com provas. Que comece o show de horror! (MARQUES, 2018a)

Na mesma temática, Maria Martha Bruno escreve para AzMina a reportagem “Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?” na qual as propostas de governo e as pautas que Bolsonaro defendeu quando era deputado federal foram analisadas.

Em relação às mulheres, Bolsonaro apoiou alguns projetos de outros parlamentares que representariam um retrocesso nos direitos. É o caso do PL 6055/2013, que revoga a lei (12.845/2013) que obriga os hospitais públicos a prestarem atendimento médico gratuito às vítimas de violência sexual. (BRUNO, 2018)

A reportagem trata, inclusive, das mulheres que apoiavam o candidato, principalmente quando a pauta era segurança pública.

Assustada com a violência na zona metropolitana do Rio, a recepcionista Pamela Souza dos Santos, 24 anos, é uma das eleitoras do candidato. Ela é a favor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos. “Na minha área tem muito menor dirigindo carros roubados e com arma na mão. Se a lei for mais rígida, eles vão pensar melhor antes de fazer isso”. (BRUNO, 2018)

Os dois veículos se posicionaram claramente contra o candidato à presidência em 2018, mostrando com dados e pesquisas – matéria-prima da apuração jornalística – que suas convicções tinham embasamento e não eram pura opinião ou, como diz Bucci (2000, p. 95), não eram vociferantes ou esponjas embebidas em adjetivos. Mais do que possível, é necessário que os profissionais de imprensa reflitam sobre essas questões, conversando com colegas, editores e chefes, buscando o equilíbrio entre a objetividade e suas crenças e identidades que, inevitavelmente, aparecerão em suas produções.

3 TECNOLOGIA, FEMINISMO E JORNALISMO

É impossível tratar do jornalismo feito pelos dois veículos analisados nesta pesquisa, AzMina e Lado M, sem trazer as mudanças pelas quais a área da comunicação vem passando nos últimos anos. Com a disseminação das redes sem fio e dos aparelhos celulares, o consumo de notícias e a produção delas também mudaram, fazendo com que os limites entre jornalistas e consumidores ficassem cada vez mais turvo. Steen Steensen e Oscar Westlund (2020) falam de uma separação entre a notícia e o próprio jornalismo, depois da popularização dos blogs no início dos anos 2000, o que fez com que as notícias surgissem fora do ambiente tradicional do jornalismo, as grandes redações de jornais.

(...) bloggers, jornalistas cidadãos e redes sociais são, junto com os jornalistas, atores importantes no novo “ecossistema de notícias”. Peters e Broersma (2013) argumentam que os problemas enfrentados pelo jornalismo são muito mais estruturais do que anteriormente sugerido, exigindo um repensar essencial sobre o que é o jornalismo. (STEENSEN, WESTLUND, 2020)³²

Ao mesmo tempo em que é possível atingir novos públicos e permitir que outros grupos produzam conteúdo, o jornalismo digital trouxe novas preocupações relacionadas à propaganda, modelos de negócio, financiamento e consumo. Como cobrar por um serviço completamente digital? Os anunciantes pagarão por espaço assim como nos jornais e revistas físicas? Como alimentar as redes sociais e usar os novos recursos como vídeos, imagens, *hashtags*? Ou até como a tecnologia digital pode, ao mesmo tempo, salvar ou matar o papel do jornalismo e da produção de notícias na sociedade? (STEENSEN, WESTLUND; 2020)

Para refletir sobre essas questões, faço um estudo multicasos, com dois sites que fazem parte desse movimento de efervescência do feminismo. Utilizo essa metodologia por permitir que haja uma comparação entre os veículos e pela profundidade, por ser uma análise de uma situação específica (MARTINO, 2018, p. 150).

³² Traduzido livremente do original: “(...) bloggers, citizen journalists, and social networks are, alongside journalists, important actors in the new “news ecosystem”. Peters and Broersma (2013) argued that the problems facing journalism are far more structural than previously suggested, requiring a fundamental rethink about what journalism is.”

No estudo de caso coletivo o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Os casos individuais que se incluem no conjunto estudado podem ou não ser selecionados por manifestar alguma característica comum. Eles são escolhidos porque se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão, ou mesmo melhor teorização, sobre um conjunto ainda maior de casos. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 642)

Esse método possibilita a utilização de vários meios para recolher dados, como as entrevistas em profundidade e a aplicação de questionário que usei na pesquisa. No início, a ideia era entrevistar duas representantes, uma de cada site, presencialmente. Porém, devido à pandemia de covid-19, as entrevistas foram realizadas através do Google Meet, WhatsApp e Telegram e também foram feitas com duas autoras de cada veículo, a fim de aprofundar algumas questões relacionadas à produção dos textos.³³

Os dados referentes às autoras que escrevem para os sites Lado M e AzMina foram coletados através da plataforma Google Forms. O link para o formulário foi enviado a elas por e-mail, pelo WhatsApp, Facebook Messenger e LinkedIn. As autoras foram convidadas a participar da pesquisa, tendo de janeiro a março de 2021 para responder.

De julho a dezembro de 2018, 22 pessoas escreveram matérias para o Lado M. Para AzMina colaboraram 37, seja escrevendo, com edição ou produção de especiais, somando textos anônimos ou com pseudônimos, textos assinados pela equipe e um de autoria da Redacción Marcha Noticias (Argentina). Das 59 pessoas que colaboraram e poderiam responder ao questionário, 45 aceitaram participar da pesquisa. Das respostas recebidas, 22 foram de autoras do Lado M — portanto, todas responderam — e 23 d’AzMina. As 14 autoras que não participaram não responderam às tentativas de contato.

O questionário foi formulado com questões abertas (nome, idade, área de atuação, cidade de residência e nascimento, há quanto ou por quanto tempo colabora/colaborou com o site) e questões com opções como raça, orientação sexual, identidade de gênero, relação com o site e nível de escolaridade. Também havia duas questões que estimulavam respostas mais abertas: “Quais foram suas motivações para começar a escrever?” e “Como você avalia sua participação no site?”.

³³ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP. Número do processo: 40054020.2.0000.8142.

Os dois sites analisados – Lado M e AzMina – mostram que a mídia alternativa, que surge nesse contexto, consegue se adaptar mais facilmente a esse novo modelo de fazer jornalismo, mas ainda enfrenta problemas. Por exemplo, em relação ao sustento financeiro, AzMina utilizou de financiamento coletivo para lançar o site e depois passou a se sustentar com doações.

A gente se sustenta financeiramente por meio de doações de fundações internacionais, programa de membros - que são as doações de pessoas físicas - e prestação de serviços pra empresas que acontece de maneira um pouco eventual ainda, é uma área que a gente precisa estruturar, e que acontece, principalmente, em período de datas comemorativas como oito de março. (OMS, 2021)

As três principais financiadoras do site são o Fundo Social Elas³⁴, a Open Society Foundations³⁵ e a Mama Cash³⁶. Em 2018, eram 300 pessoas físicas que contribuíam mensalmente com o projeto numa campanha fixa que fica disponível na plataforma Catarse³⁷ e os assinantes recebem recompensas dependendo do valor que pagam.

Já o Lado M nunca foi um veículo monetizado a ponto de ter colaboradoras remuneradas, por exemplo. Todas as mulheres que escreviam para o site no período analisado eram voluntárias. Isso, inclusive, impactava na frequência com que produziam os textos já que muitas disseram que poderiam escrever mais, mas tinham outros afazeres e acabavam deixando a colaboração com o site para depois. Tal fato se dá porque ele não é financiado de nenhuma forma e não recebe dinheiro nem dos leitores nem de anunciantes. O que recebiam, principalmente no início do site, era usado para pagar a hospedagem.

³⁴ O Fundo Social Elas é um “fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres”. A partir de concursos de projetos, o Fundo investe nas temáticas: prevenção da violência contra as mulheres; promoção da autonomia econômica e empreendedorismo; expansão do acesso à saúde e direitos sexuais e reprodutivos; ampliação do acesso à cultura, comunicação, arte e esportes; promoção da equidade étnica e racial; promoção de meio ambiente justo e sustentável. Disponível em <<http://www.fundosocialelas.org/>>. Acesso em 17 mar. 2021.

³⁵ Maior financiadora privada do mundo, a Open Society Foundations foi criada por George Soros, e financia projetos voltados aos direitos humanos no mundo todo. Desde a sua criação, foram mais de quinze bilhões de dólares gastos. Disponível em <<https://www.opensocietyfoundations.org/>>. Acesso em 17 mar. 2021.

³⁶ O Mama Cash foi criado em 1983 por cinco mulheres feministas, sendo o primeiro fundo internacional para mulheres. O fundo apoia projetos que lutem pelos direitos das mulheres em todo o mundo. Disponível em <<https://www.mamacash.org/>>. Acesso em 17 mar. 2021.

³⁷ Disponível em <<https://www.catarse.me/azmina>>. Acesso em 17 mar. 2021.

Eu lembro que a Ana Paula, que era minha sócia na época, tinha muito essa vontade de monetizar o Lado M de alguma forma, eu já não tinha tanto essa preocupação. Eu gostaria mais de ter o Lado M como portal que disseminasse conteúdo de qualidade, que fosse relevante e que ajudasse a quebrar tabus. Mas independente de não ter conseguido ganhar dinheiro com ele de fato, a gente fez algumas coisas muito relevantes. (MIRANDA, 2021)

A fala de Mariana aponta para um movimento percebido na internet – e também em relação aos veículos independentes de imprensa – que aparece a partir dos anos 2000, com grupos que articulam teorias e práticas políticas,

a abranger diversas temáticas, como o papel e a presença das mulheres na história da informática e da tecnologia, de inclusão e exclusão digitais e os usos das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) em relação ao que se tem entendido como empoderamento das mulheres e suas organizações. (FERREIRA, 2015, p. 205)

Os novos modelos de financiamento refletem diretamente na relação que as colaboradoras têm com o site. Pergunto isso em uma das questões do formulário e a maioria, 29 pessoas, respondeu que foi ou é colaboradora eventual sem remuneração (19) ou colaboradora fixa sem remuneração (10). Sete pessoas foram freelancers eventuais, colaborando em uma coluna, por exemplo.



Gráfico 1: Relação profissional das autoras dos sites Lado M e AzMina com os veículos.

Só uma autora foi contratada como Pessoa Jurídica (PJ), com remuneração, e uma autora respondeu que é cofundadora. O campo “Outros” reúne as respostas: “Hoje já não escrevo mais publicações do tipo”, “Escrevi para o site apenas uma vez, como parte de divulgação do meu clipe”; “Escrevi um texto”; e “Eu era colaboradora eventual sem remuneração (tinha uma coluna por lá e escrevia umas duas vezes para a editoria ‘Divã’, mas recebi remuneração para escrever uma matéria sobre a Marielle Franco”.

Consequentemente, essa relação impacta na forma como as colaboradoras produzem seus textos e na frequência com que escrevem. Várias autoras disseram que poderiam ter colaborado mais, mas, por falta de tempo ou de organização, não conseguiram.

Contribuo de forma semestral, visto que a demanda do trabalho às vezes é alta, mas gostaria de escrever mais. Gosto muito de escrever as resenhas e também textos com questões mais pessoais.

Acredito que poderia ter sido melhor, na realidade. Como eu era colaboradora eventual, o site não ficava como minha prioridade, o que fez com que não escrevesse com tanta frequência e acabei saindo por isso.

A falta de um vínculo empregatício também não é uma particularidade dos sites analisados. A precarização do trabalho dos profissionais jornalistas aumentou quando comparamos os dados de 2013 com os de 2021 da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (BERGAMO; MICK; LIMA, 2013; LIMA, 2021). Houve uma redução dos vínculos com carteira assinada e formas mais precarizadas como contrato PJ, MEI, freelancer e prestação de serviço sem contrato chegam a 24%.

Mesmo assim, várias citam o crescimento pessoal e profissional que veio através da participação nos sites.

Sou responsável pela captação de recursos e parcerias. Já atuei como financeiro, repórter, editora, institucional e outras funções. Avalio que AzMina me fez crescer pessoal e profissionalmente.

Foi um espaço muito importante para a minha formação como comunicadora. Um espaço de expressão, experimentação e aprendizagem.

Muito positiva e empolgante. Me proporcionou mais confiança enquanto jornalista em um momento em que estava me questionando por causa da rotina de hard news, a relação com as editoras foi muito boa e objetiva, os conteúdos geraram projeção para a revista e para mim mesma.

Esse novo feminismo que ganha força na década de 2010, Graciela Nantsohn (2013, p. 28) chama de “protofeminismo novo, nerd e geek” que foi repaginado para ser mais “atrativo para as mulheres mais jovens, crescidas no ambiente digital, cujo vínculo com o feminismo tradicional é desfavorecido pela brecha cultural, digital e geracional”. E é a partir de iniciativas como os sites analisados que mulheres – cada vez mais novas – têm o primeiro contato com o movimento, “reverberando esses debates dentro de casa, em suas vidas profissionais e sociais” (MIRANDA; BITAR, 2019, p. 34). Ferreira (2015, p. 211) reforça o uso da internet “com a finalidade de atrair mais jovens ou ainda deixar mais claro o uso de determinados conceitos, temas e/ou ‘palavras de ordem’”. Unindo o jornalismo às novas tecnologias de comunicação, esses grupos de mulheres conseguiram ganhar visibilidade, apesar da violência de gênero ainda existente tanto no espaço online quanto no espaço offline.

3.1 Ciberfeminismo e ativismo digital

Esse novo feminismo se desenvolve a partir das ideias do movimento do fim dos anos 80 e início dos anos 90, o ciberfeminismo. O termo vem de ciberespaço, que apareceu em 1984 no livro de ficção científica *Neuromancer*, de William Gibson, descrito como

Uma alucinação consensual vivenciada diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças que estão aprendendo conceitos matemáticos... uma representação gráfica de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas no não espaço da mente, aglomerados e constelações de dados. Como luzes da cidade se afastando. (GIBSON, 2008, p. 53)

Piérre Levy define o ciberespaço como

o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (...), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. (LEVY, 1999, p. 92)

Na década de 80, ciberfeminismo dizia respeito ao “ativismo feminista que unia arte e virtual”, mas que se transformou num “movimento para designar uma variedade de iniciativas, estratégias e tendências” que usa as novas tecnologias para

“libertação, liderança e empoderamento das mulheres” (MIRANDA; BITAR, 2019, p. 27). Francesca da Rimini, Julianne Pierce, Josephine Starrs e Virginia Barratt são conhecidas como as pioneiras na utilização do termo no início dos anos 90. As artistas do grupo australiano VNS (VeNuS) Matrix “praticavam o ativismo, a ironia, a inversão de estereótipos e a provocação nos textos, nas imagens e nas formas de suas obras eletrônicas” (MIGUEL; BOIX, 2013, p. 55). Porém, antes delas, Donna Haraway ao publicar O Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX, em 1985, propôs “uma visão múltipla sobre mulher, ciência e tecnologia, descrevendo a crise de identidade dos movimentos sociais, em especialmente o do movimento feminista, e as influências das novas tecnologias em suas configurações” (MIRANDA; BITAR, 2019, p. 27).

A imagem do ciborgue pode sugerir uma forma de saída do labirinto dos dualismos por meio dos quais temos explicado nossos corpos e nossos instrumentos para nós mesmas. Trata-se do sonho não de uma linguagem comum, mas de uma poderosa e herética heteroglossia. (...) Significa tanto construir quanto destruir máquinas, identidades, categorias, relações, narrativas espaciais. Embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser uma ciborgue a uma deusa. (HARAWAY, 2019, p. 202)

O ciberfeminismo, assim como o chamado novo feminismo, pode ser descentralizado, múltiplo e participativo (GALLOWAY, 1998) se pensarmos nas possibilidades que essas ferramentas trazem consigo. Porém, o princípio da horizontalidade esbarra na discussão da pluralidade do movimento, uma vez que seria um contraponto ao modelo hierárquico, mas que pode, ao mesmo tempo, “falsear a real desigualdade de poder que existe entre as mulheres dentro das organizações” (SILVA; CAMURÇA, 2010, p. 56).

Cristiane Costa dá como exemplo a campanha #EuEmpregadaDoméstica que alcançou certa visibilidade, mas não chegou aos mesmos números de outras campanhas feitas nas redes sociais. Foi um movimento importante e necessário, mostrando problemas de classe e gênero, mas é um exemplo que “relativiza a aparente horizontalidade das redes, que não são uma tábua rasa independente das relações de poder offline” (COSTA, 2018, p. 52).

Portanto, ao mesmo tempo em que se oferecem ferramentas de transformação social, se transpõem os valores existentes na realidade offline, como o machismo e a misoginia e é por isso que cada vez mais mulheres se unem para criar

projetos online que modifiquem e questionem o *status quo* imposto, com o intuito de amplificar debates urgentes e de construir uma sociedade que seja menos discriminatória em relação ao gênero (MIRANDA; BITAR, 2019, p. 29).

Tanto o Lado M quanto a AzMina foram criados em um contexto de efervescência do movimento, como as próprias entrevistadas disseram, que começou por volta de 2013 no Brasil. Antes, já em meados de 2011, esse retorno já se ensaiava com “eventos políticos anuais na luta contra a violência de gênero, na qual a explosão das diversas Marchas das Vadias pelo país é um exemplo” (FERREIRA, 2015, p. 221). Foi aí que o “feminismo ganhou terreno e se tornou o maior representante da continuidade da nova geração política”. Depois das marchas citadas no capítulo anterior, “as mulheres conquistaram o primeiro plano e roubaram a cena da resistência ao cenário conservador que ameaça o país” (BOGADO, 2018, p. 29).

No mesmo ano ocorreram as manifestações contra o aumento das tarifas de transporte. Depois, outras reivindicações foram agregadas a esta, como o combate à corrupção e mais investimento em educação e saúde. As manifestações eram convocadas em redes sociais, principalmente no Facebook, e não ocorreram somente no Brasil. A partir de 2011, na Tunísia, Espanha, Grécia, Portugal, Itália, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Turquia, México e Chile houve manifestações parecidas, também organizadas pela internet (CASTELLS, 2017, p. 177).

O interesse em temas relacionados ao feminismo aumentou no período. Em 2015, por exemplo, a busca pela palavra “feminismo” no Google cresceu 86,7%, enquanto a busca por “empoderamento feminino” cresceu 354,5%. Essa efervescência foi chamada de Primavera das Mulheres (REIS, 2017, p. 2) e pode ser considerada uma nova onda feminista para alguns autores. Nesse momento, as feministas trocaram o papel por seus próprios corpos “para inscreverem suas propostas de luta” (DUARTE, 2017, p. 27). Diria que, além dos corpos físicos, usam o corpo digital (o perfil, o avatar), para isso.

Esses movimentos do início da década 2010 têm características comuns como a conexão em rede de múltiplas formas; estrutura descentralizada; maximização de chance de participação; tornam-se movimentos ao ocuparem espaços públicos; simultaneamente locais e globais; espontâneos e virais; autorreflexivos, não violentos e raramente pragmáticos; muitas demandas; baseados no companheirismo; falta uma liderança formal (CASTELLS, 2017). A principal

característica é o uso das redes sociais e da internet para organização e mobilização. Porém,

não quer dizer que as redes sociais sejam a causa dos movimentos sociais, mas sim uma conexão entre o ciberespaço público (...) e o espaço público urbano, cuja ocupação desafia a autoridade institucional, que está no cerne dos novos movimentos sociais (CASTELLS, 2017, p.171).

Cria-se o desejo de sentir-se parte de algo maior, fortalecendo a “necessidade de compartilhar e colaborar uns com os outros” (TONON, 2012). A partir daí é preciso pensar como ocupar esses espaços, colonizados “pelo capitalismo e pelo patriarcado (...) e transformar, subverter, curar as dinâmicas de dominação e de morte que se reproduzem através delas?” (ARAÚJO; MANICA; KANASHIRO, 2020, p. 2). As mulheres negras no Brasil, por exemplo, estão se apropriando das ferramentas para

propagar os propósitos coletivos relacionados ao aprendizado e apropriação da tecnologia, disseminar informação relevante, bem como para se conectar e estabelecer relações em torno de outros tópicos da vida social, como demonstrado na comunidade de games, política e demarcações territoriais e assim desenvolvem seus espaços de visibilidade e resistência. (LIMA; OLIVEIRA, 2020, p. 27).

Dois fatores contextuais são decisivos para o surgimento desses movimentos: 1) crise de legitimidade do sistema político e 2) capacidade de comunicação autônoma³⁸. Num cenário em que as pessoas não confiam mais nas instituições e não conseguem se expressar ou se sentir representadas por elas, “a interação entre movimentos sociais e instituições políticas torna-se uma questão fundamental, capaz de alimentar o verdadeiro potencial desses movimentos como agentes de mudança social” (CASTELLS, 2017, p. 170).

Especificamente em 2015, o Brasil passava por um momento de desconfiança das instituições - com a polarização política muito forte depois das eleições de 2014 -, e de guinada para a extrema direita conservadora, o que significava que políticos poderiam tomar decisões nocivas aos direitos das mulheres.

³⁸ A autonomia de comunicação “refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2017, p.200), não em relação a autonomia tecnológica.

Uma dessas decisões foi a de Eduardo Cunha - então presidente da Câmara dos Deputados - que criou um projeto de lei que dificultava o acesso ao aborto para mulheres que foram estupradas, que é legal no Brasil. A aprovação do PL5069 levou cerca de quinze mil pessoas às ruas (EL PAÍS, 2015) num primeiro protesto, que se repetiu ao longo de dias.

Além disso, dias antes dos primeiros protestos, um episódio com uma participante do MasterChef Júnior — programa culinário da TV Bandeirantes — fez com que o Think Olga criasse a campanha #PrimeiroAssedio, que recebeu 82 mil mensagens em quatro dias, com relatos dos primeiros assédios sofridos por mulheres. A participante estava sofrendo ataques e assédios pela internet, mesmo sendo menor de idade na época. Novamente, uma *hashtag* impulsionou o movimento para algo maior que, posteriormente, ganhou as ruas. Naquele mesmo ano, outras campanhas cresceram da mesma forma, porém sem necessariamente ganharem as ruas, como foram #ChegaDeSilencio e #MeuAmigoSecreto.

As *hashtags* (do inglês “hash”, simbolizado por #, e “tag”, que quer dizer etiqueta) aparecem como uma forma de organização dos movimentos em rede. O termo “subir uma *hashtag*” é usado quando um grupo de pessoas quer que a *hashtag* alcance um ranking dos assuntos mais falados, como os *Trending Topics* do Twitter³⁹, por exemplo. A primeira vez que essa ferramenta foi usada como instrumento político foi durante as eleições iranianas de 2009-2010 no Twitter (COSTA-MOURA, 2014, p. 151). Depois, esse recurso foi incorporado por outras redes sociais como o Instagram e o Facebook, numa forma de agrupar em um mesmo lugar todas as postagens que tiverem determinada *hashtag*. Os dois sites usaram-nas para falar sobre assuntos pertencentes ao movimento feminista com campanhas sobre as quais trato mais à frente neste capítulo.

Os ativistas digitais adicionaram as *hashtags* aos cartazes de papel – tão presentes ainda nas manifestações de rua –, disseminando uma ideia, uma reivindicação de “forma virtualmente infinita” e “criando um protesto global que mobiliza apoiadores em várias partes do mundo e inspira toda uma maquinaria internacional de imprensa e comunicação alternativas à mídia centralizada” (COSTA-MOURA, 2014, p. 146). Normalmente, elas partem de uma experiência pessoal, de

³⁹ O ranking do site <<http://www.twitter.com>> com os assuntos mais falados em um determinado país ou no mundo.

um “eu”. É muito claro perceber pelas próprias *hashtags*: #EuEmpregadaDoméstica, #MeuPrimeiroAssédio. Com a repetição, a narrativa “passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual” (BOGADO, 2018, p. 36). Isso também é perceptível na produção jornalística, da qual trato no próximo capítulo.

Já a questão da autonomia comunicacional existia com a imprensa alternativa⁴⁰, por exemplo, com jornais e revistas impressos, porém passa a ser muito mais acentuado na internet, em que a comunicação se dá em rede. Algumas redes feministas contemporâneas propõem a autonomia tecnológica como uma forma de produzir agenciamentos e alianças, “baseada numa ideia de corresponsabilidade”, indicando uma “descolonização do imaginário” a fim de pensar “coletivamente a tecnologia que queremos” (ARAÚJO; OLIVEIRA; KANASHIRO, 2020, p. 16).

Mesmo sendo um ambiente que reúne pessoas diversas e de diferentes lugares do mundo, a internet é lugar de “controvérsias, de desalinhos, de disputas de lutas” (BARROS, 2020, p. 208). Em seus anos iniciais, havia a ideia de que “a comunicação mediada por computador permitiria até o abandono de afiliações identitárias” (SILVA, 2020, p. 9), como gênero, raça, etnia, classe. Porém, desde os anos 90, “supremacistas brancos”, por exemplo, “já planejavam uma reconexão e expansão global, através da internet, que dá seus frutos tóxicos hoje em todo o mundo” (SILVA, 2020, p. 9). Barros (2020, p.208) e outros autores que estudam a relação entre a internet e os discursos de ódio afirmam que mesmo a internet parecendo ser o “ápice da democratização da comunicação”, ela nunca o foi.

3.2 Tecnologia feminista

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) publicada pelo IBGE em 2018, 29,3% das mulheres pretas e pardas e 30,9% de homens pretos e pardos não tinham acesso à internet enquanto as porcentagens entre brancos eram de 19% de mulheres e 19,1% de homens (LIMA; OLIVEIRA, 2020, p. 9). Já o dossiê “Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” (IPEA, 2013)

⁴⁰ Os veículos da imprensa alternativa ou imprensa nanica eram aqueles que faziam oposição ao regime militar (data) no Brasil. O termo alternativa significava que não estavam ligados a políticas dominantes, que eram a única saída para uma situação difícil, que tinham o desejo de protagonizar as mudanças sociais que pregavam e que eram uma opção entre duas opções excludentes. Estão entre esses veículos O Pasquim, Bondinho, Ex, Versus, Coojornal, Repórter, Opinião, Movimento, Em Tempo. (KUCINSKI, 1991).

mostra que os domicílios chefiados por mulheres negras são os que têm menos acesso a recursos tecnológicos em comparação com domicílios comandados por homens negros e brancos ou por mulheres brancas.

Outro ponto importante apontado por Josemira Reis (2017, p. 7) em sua pesquisa é a “predominância da viralização das iniciativas protagonizadas por mediadoras alocadas no eixo Sul-Sudeste do país, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.”

Segundo a SIS publicada em 2020 (IBGE, 2020), o acesso domiciliar à internet também varia entre os estados, tendo extremos como 95,9% da população do Distrito Federal com acesso a tecnologias da informação e 65,6% no Maranhão. As regiões Norte e Nordeste têm os piores resultados, enquanto os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal ficam na faixa de 87,4% a 95,9%.

Os dados recolhidos com as autoras dos sites Lado M e AzMina também refletem essa realidade. Em relação à cidade onde vivem, 22 responderam que residem em São Paulo (SP). As cidades seguintes com mais respostas são Brasília (DF), Florianópolis (SC) e Campinas (SP), as três com duas respostas cada. Ainda no Estado de São Paulo há outras quatro autoras nas seguintes cidades: Araras (1), Santo André (1), São Bernardo do Campo (1), Santos (1). Na região Sudeste há uma autora de Ibirité (MG) e uma do Rio de Janeiro (RJ). Do total de 30 que moram da região Sudeste, 17 são autoras do Lado M e 13 d’AzMina.

O restante divide-se nas seguintes cidades: Goiânia (GO), Salvador (BA), Belém (PA), Caicó (RN), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e Joinville (SC). Ao todo são 30 na região Sudeste, quatro na região Sul, quatro no Centro-Oeste, uma no Norte e duas no Nordeste. Algumas autoras vivem fora do Brasil. As cidades citadas foram Edimburgo, na Escócia; Nova York, Estados Unidos; Queenstown, Nova Zelândia; e Santiago, no Chile.

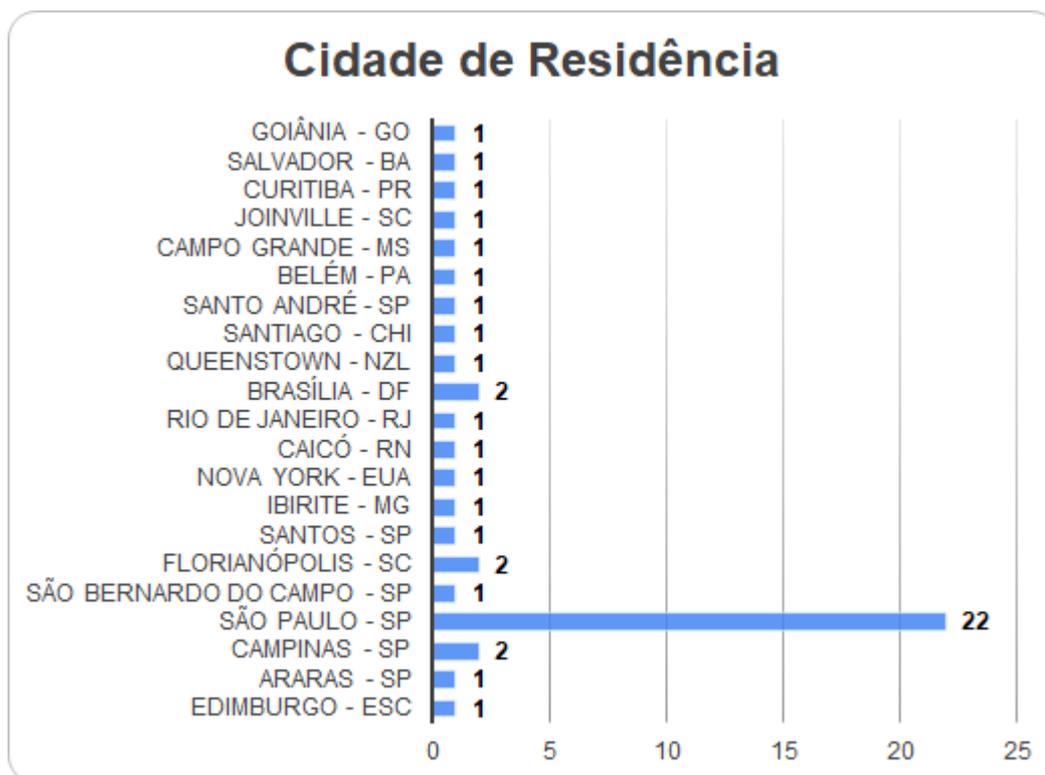


Gráfico 2: Cidade de residência das autoras dos sites Lado M e AzMina.

A cidade de São Paulo (SP) também é a que mais aparece como cidade de nascimento das autoras: 22 nasceram lá. A cidade do Rio de Janeiro (RJ) aparece três vezes como cidade natal e Santos (SP) duas vezes. As cidades de Araranguá (SC), Araras (SP), Burgos (Espanha), Caicó (RN), Campinas (SP), Carapicuíba (SP), Contagem (MG), Florianópolis (SC), Guarulhos (SP), Ilha Solteira (SP), Jacareí (SP), João Monlevade (MG), Porto Alegre (RS), Santo André (SP), Jauá (SP), São José do Rio Pardo (SP), Cajamar (SP) e Formosa (GO) aparecem uma vez.

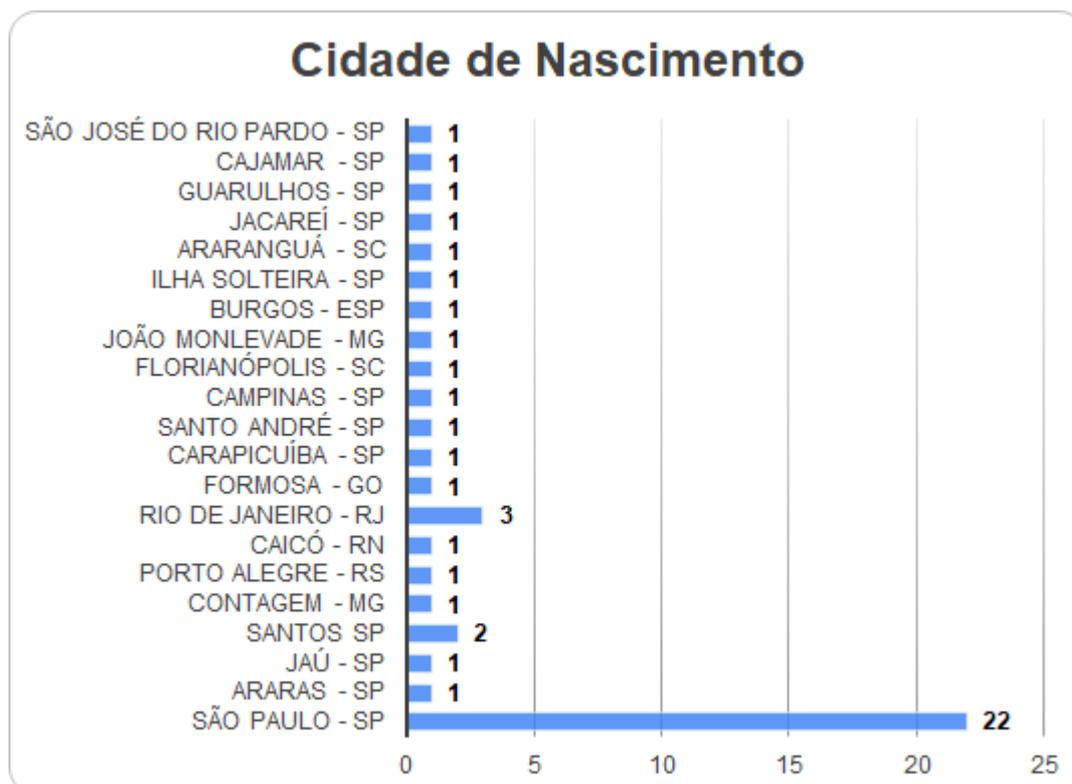


Gráfico 3: Cidade de nascimento das autoras dos sites Lado M e AzMina.

Assim, no total, são 39 autoras nascidas na região Sudeste, sendo 21 autoras do Lado M e 18 que escreveram para AzMina. Em seguida vem a região Sul, com três autoras, depois uma no Nordeste, uma no Centro-Oeste e uma fora do Brasil.

A região Sudeste é que a tem maior número de veículos de imprensa, segundo pesquisa do Atlas da Notícia (NOTÍCIA, 2021). Em 2021 foram mapeados 4.517 na região, o equivalente a 34,5% do total. A região Sul aparece em segundo lugar, com 25,3%. Pelos veículos estarem, em sua maioria, nesta região, faz sentido que a maioria dos jornalistas brasileiros também estejam. Quatro em cada dez jornalistas que trabalham na área residiam e trabalhavam em São Paulo (SP), em 2012 (BERGAMO; MICK; LIMA; 2013).

Os resultados obtidos na presente pesquisa mostram que os dois veículos feministas estudados acompanham a tendência nacional de ter uma concentração de profissionais na região Sudeste, principalmente no estado e na cidade de São Paulo. Tal fato implica que há uma menor variedade cultural, principalmente quando se observa que as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste têm os menores números, tanto como cidade de nascimento quanto de residência. Segundo o Atlas da Notícia, a região Norte é que a tem menos veículos, com 960 ou 7,3% do total.

Em entrevista, a editora do Lado M, Mariana Miranda, afirma que, quando começaram a procurar por colaboradoras no Facebook, a ideia era “ter colaboradoras no Brasil todo, porque a gente sempre pregou muito isso, de ter esse lado diverso”. Apesar do esforço, ainda não há representatividade de mulheres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Observando a cidade de residência, apenas duas estão nessas regiões e apenas uma nasceu em uma dessas regiões. Uma das formas de possibilitar maior diversidade geográfica foi mudar a forma de decidir as pautas do site.

(...) lá para 2015/2016 a gente fazia reuniões presenciais, inclusive na minha casa, para decidir as pautas do Lado M. (...) A partir de 2017, a gente começou a só usar o grupo de Facebook e WhatsApp como meio de comunicação, até porque a gente via isso como uma forma de ampliar a quantidade de colaboradoras que a gente poderia ter e também diversificar, de outros Estados, pessoas de outras realidades. (MIRANDA, 2021)

No site AzMina, são cinco autoras que residem nas regiões Centro-Oeste (3), Norte (1) e Nordeste (1). Porém nenhuma delas nasceu nas cidades onde moram atualmente. Quando comparamos os dados dos sites sobre o Estado de São Paulo, no Lado M, 20, das 22 autoras que responderam o questionário, nasceram no Estado de São Paulo e, dessas, 14 na cidade de São Paulo. Em relação à residência, 16 moram no Estado, sendo 11 na capital. Na revista AzMina, 12, das 23 que responderam, moram no Estado, sendo 11 na cidade de São Paulo. Também foram 12 as que nasceram no Estado e, dessas, 8 na capital.

Mesmo existindo uma vontade de aumentar a representatividade geográfica, é preciso que isso se realize na prática, pois esses veículos têm a oportunidade de ser uma alternativa à mídia tradicional, de fazer jornalismo de forma diferente e precisam aproveitá-la.

Assim, é preciso questionar também se há, de fato, uma distribuição igual das relações de poder e mostrar a “necessidade de problematização da relação ciberativismo, visibilidade e territorialidade nos movimentos em rede contemporâneos”. Natanshon (2013) reitera que mesmo com a possibilidade de “difundir informações a custos mínimos:”

o desenvolvimento das tecnologias não escapa às relações de poder que produzem desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TIC's entre homens mulheres, brancos, negros, pobres e ricos. (NATANSHON, 2013, p. 1)

As mulheres, por exemplo, estão muito presentes na internet e nas redes sociais. Em 2018, por exemplo, 75,7% das mulheres utilizavam a internet no Brasil (IBGE, 2018), mas ocupavam poucos espaços relacionados ao desenvolvimento dessas tecnologias (NATANSHON, 2013, p. 3). Algumas autoras argumentam que se trata de uma “brecha digital de gênero” (CASTAÑO, 2008; ALONSO, 2007; WACJMAN, 2006), tanto no acesso quanto na formação e no desenvolvimento das tecnologias. Anita Gurumurthy acrescenta:

Consequentemente, o virtual não é apenas um lugar de luta ou um sistema de discriminação, mas é, de fato, uma nova entidade que fortalece e desencadeia velhas ideologias de exploração: se opõe aos pobres, ao Sul, é racista e patriarcal; nesse sentido, o virtual é muito mais real do que pensamos e conhecemos. Além disso, a “brecha digital” não captura adequadamente esses aspectos estruturais. (GURUMURTHY, 2009, p. 127)⁴¹

Daniela Camila de Araújo, Débora Prado de Oliveira e Marta Mourão Kanashiro (2020, p. 11) comparam a “invisibilidade das infraestruturas tecnológicas (...) à invisibilidade do trabalho, das relações e ainda das desigualdades associadas aos corpos” e grupos sociais específicos. Assim, as teóricas feministas que discutem a comunicação, o uso das TICs pelo movimento e o desenvolvimento das tecnologias em geral, questionam não só os efeitos mas também a “própria constituição da ciência e da tecnologia”, que exclui não só as mulheres, mas todos os grupos citados por Gurumurthy, “que estão fora das formas androcêntricas dominantes” (NATANSOHN, 2013, p.22).

Já citada anteriormente, a socióloga e professora do Departamento de Estudos Afro-americanos na Universidade de Princeton, Ruha Benjamin trabalha com as relações entre inovação e desigualdade, a partir de uma perspectiva radical da relação entre a tecnologia e o racismo estrutural e institucional, que é mantido “pela estrutura de poder e por indiferença, inércia e falta de coragem das massas brancas, bem como dos funcionários mesquinhos” (BENJAMIN, 2019, p. 88). O livro que utilizo, “Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code”, traz a relação entre

⁴¹ Trecho traduzido do espanhol. ““En consecuencia lo virtual no es sólo un sitio de lucha o un sistema de discriminación, sino que se trata, de hecho, de un nuevo ente que fortalece y desata viejas ideologías de explotación: se opone a la gente pobre, al Sur, es racista y patricarcal; en este sentido lo virtual es mucho más real de lo que pensamos y sabemos. Además, la “brecha digital” no capta adecuadamente estos aspectos estructurales.”

a máquina e o racismo sistêmico a partir da análise de casos de discriminação e uma abordagem socialmente consciente do desenvolvimento tecnológico. Ela destaca, por exemplo, a falta de pesquisas no sentido de analisar como o racismo molda a infraestrutura e o design das tecnologias, pensando nas inteligências artificiais, os mecanismos de buscas e os bancos de imagens.

Tal abordagem é essencial para refletir sobre a produção jornalística a partir das máquinas e dos sistemas, uma vez que os profissionais estão o tempo todo utilizando essas ferramentas e produzindo suas reportagens a partir de dispositivos tecnológicos.

Voltando à questão do gênero, Wendy Faulkner (2001, p. 89) é uma das teóricas que pontua alguns fatores pelos quais a tecnologia é generificada: 1. os principais atores são predominantemente homens, como já apontado; 2. existem fortes divisões de trabalho de gênero em torno da tecnologia; 3. artefatos tecnológicos podem ser generificados, tanto material quanto simbolicamente - e interpretados de diferentes formas e flexíveis no uso cotidiano; 4. imagens culturais da tecnologia estão fortemente associadas à masculinidade hegemônica; 5. os próprios detalhes do conhecimento técnico e da prática são baseados em gênero; 6. estilos de trabalho técnico podem ter gênero - pressões normativas para mulheres na engenharia, por exemplo; 7. a tecnologia é um elemento importante na identidade de gênero dos homens que trabalham e se divertem com tecnologias.

O termo “tecnologia feminista” aparece a partir dessas reflexões e ganha espaço principalmente no feminismo latino-americano, fazendo referência

[...] aos debates e práticas que apontam para a não neutralidade das tecnologias em múltiplas camadas, repensando a imaginação, produção e uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelas e para as mulheres, pessoas trans e não binárias. (...) Essas iniciativas vêm contribuindo para o desenvolvimento de uma visão crítica, não universalizante e não binária sobre as potencialidades das tecnologias, reconhecendo que a internet e as TICs podem assumir tanto um lugar de resistência, como ser aquele onde as violações de direitos, inclusive aquelas baseadas em múltiplas desigualdades como as de gênero, raça, classe, se proliferam e o debate social é restringido. (ARAÚJO; OLIVEIRA; KANASHIRO, 2020, p. 3)

Nosso mundo é híbrido, não separa a conexão online da interação offline e “é nesse mundo que os movimentos sociais em rede vieram à luz, numa transição (...) do compartilhamento de sua sociabilidade para o compartilhamento de sua

indignação (...)” (CASTELLS, 2017, p. 202). Como movimento social, a atuação do feminismo amplia “as semânticas e gramáticas políticas referentes a noções de violência” (FERREIRA, 2015, p. 223). A partir disso é preciso refletir sobre questões como: “quais mídias são utilizadas? Uma vez que a internet cria novas linguagens, quais corpos estão aparecendo com elas e onde aparecem?” (FERREIRA, 2015, p. 223).

3.3 Um recorte da imprensa feminista na internet

Escolhi os dois veículos de imprensa feminista por sua grande expressividade e por terem uma data de criação próxima, entre 2014 e 2015, o que permitiu que em 2018 já estivessem mais consolidados como veículos de imprensa feminista. Como foram criados em um momento em que as redes sociais já existiam, os dois veículos têm uma rede de difusão e interação (FERREIRA, 2015, p. 210) com Facebook, Instagram, newsletter que leva o usuário a acessar os sites ou consumir o conteúdo na própria rede social. O papel das redes sociais, principalmente Facebook e Twitter, é importante para o impulsionamento das campanhas realizadas pelos sites, por exemplo.

3.3.1 Lado M

Criado em 2014, o Lado M foi fundado por três então estudantes da Universidade de São Paulo (USP): Mariana Miranda e Ana Paula Sousa, do curso de Jornalismo, e Marcela de Carvalho, do Direito. As três perceberam que o empoderamento feminino estava ganhando espaço na mídia e, conseqüentemente, também o feminismo. Em entrevista, Mariana Miranda afirma que o intuito foi criar um portal de empoderamento feminino feito por e para mulheres.

E calhou muito com o momento em que a gente estava mesmo, como sociedade, em que esse termo empoderamento feminino, feminismo, estava muito mais em alta e justamente porque a gente viu que começava muito nesse ambiente universitário também, foi a partir disso que a gente começou a estudar e começou a produzir conteúdo e começou a abrir para outras colaboradoras também produzirem conteúdo sobre isso (...) começando com as que a gente conhecia pessoalmente e depois abrindo mais, usando o Facebook para ter colaboradoras no Brasil todo. (MIRANDA, 2021)

Mariana, além de coordenar o site, trabalha como gerente de comunicação, marketing e conteúdo na iQ, uma das marcas da multinacional RedVenture, presente no país há cerca de sete anos; e faz MBA em Marketing na Escola de Publicidade e Marketing (ESPM).

Foi em 2016, com a campanha “Não Quero Flores”, que o site ficou conhecido nacionalmente. A ideia surgiu de uma conversa informal com as colaboradoras e foi pensada para o Dia Internacional da Mulher, em oito de março. Com alguns posts no Facebook e conversando com outros portais de empoderamento feminino, a *hashtag* #NãoQueroFlores chegou nos *Trending Topics* do Twitter e as participantes do Lado M deram entrevistas para outros veículos para falar sobre a campanha. Foi depois disso, em uma das chamadas para novas colaboradoras, que eu entrei para o site, buscando um lugar no qual poderia ganhar experiência e falar de assuntos que me interessavam.

Essas chamadas eram feitas pelo Facebook, para atingir todo o país, e visava principalmente pessoas que estivessem começando na carreira. Para participar do processo seletivo, as fundadoras pediam um texto para avaliação. O perfil de quem procura o Lado M para ser colaboradora ainda é de mulheres universitárias, que querem fazer portfólio.

A maior parte das mulheres que escreveram no segundo semestre de 2018 tinha formação da área de comunicação – como jornalismo, publicidade, relações públicas e marketing – somando 62%. As próprias autoras falaram sobre as motivações para começar a colaborar com o site: vontade de escrever sobre questões comuns às mulheres, aumentar o portfólio e treinar a escrita; falta de espaço nos veículos tradicionais e na universidade para falar sobre feminismo; a falta de representatividade nas revistas e jornais e a independência editorial dos sites. Uma das respostas diz:

Minha principal motivação foi a necessidade de expressar, com urgência, as questões feministas que acredito. Tenho o feminismo como um valor pessoal, e me considero responsável pela divulgação e produção de qualquer tipo de material que possa conscientizar as pessoas da urgência das causas feministas. Por estes motivos, comecei a escrever para as mídias colaborativas em questão.

Mariana também diz que às vezes as autoras passam anos colaborando, outras vezes ficam poucos meses. É um processo muito aberto, já que “a ideia (...) é que o Lado M (...) seja leve, que seja legal de fazer e que as pessoas curtam, que elas sintam à vontade e que também não seja algo que ocupe a rotina delas pra caramba.” (MIRANDA, 2021)

Em 2017, o Lado M lançou outra campanha, #NãoSouObrigada, porém não tiveram a mesma repercussão que a primeira.

Acho que a partir de 2018, 2019 (...) o tema empoderamento feminismo já caiu muito mais na boca do povo mesmo, muita gente já entendia muito mais, muita gente se apoderou bastante disso, inclusive empresas e marcas (...) começaram a ter esse discurso, o que eu acho bem positivo na verdade, acho que é esse tipo de mudança que a gente quer ver cada vez mais. (MIRANDA, 2021)

Como dito, o Lado M nunca recebeu financiamento de nenhuma forma e havia gastos com hospedagem e manutenção do site. Em 2016, elas tentaram fazer uma campanha no Catarse⁴² para manter o site, mas não conseguiram bater a meta. Elas também colocavam alguns links de associados da Amazon que davam algum retorno, mas muito pouco. Esses links ainda são usados e cada colaboradora pode receber as comissões referentes a seus próprios textos.

Eu sempre peço para as colaboradoras também colocarem link de associados da Amazon, ou de outros sites, nos artigos delas. Se você está fazendo resenha sobre livro X e você coloca um link de associado seu para esse livro ser comprado na Amazon, você ganha uma comissão por cada livro vendido. É uma maneira de monetizar quem escreve, quem está produzindo. Óbvio que não é uma monetização gigantesca, mas é uma monetização que pode acontecer, com divulgação nas redes sociais, com SEO no Google e por aí vai. (MIRANDA, 2021)

Os gastos com o site eram divididos entre as fundadoras, porém, depois que Marcela saiu do projeto, Mariana e Ana Paula decidiram migrar o site para o Medium⁴³, ao invés de manter o domínio próprio. Sendo uma plataforma gratuita, ele permite que o projeto continue sustentável.

Vi que tinha essa possibilidade de criar um site, de criar os perfis e formatar um site, uma página ali e tudo bem. A gente vai estar no

⁴² O Catarse é uma plataforma de financiamento coletivo. Disponível em <<http://www.catarse.me>>.

⁴³ O Medium é uma plataforma aberta na qual qualquer pessoa pode criar uma página e publicar. São 170 milhões de leitores. O site se coloca como um novo modelo de publicação. Disponível em <<https://medium.com/about>>. Acesso em 16 mar. 2021.

www.medium.com/ladom, mas beleza, eu acho que não é algo também que vai destruir tudo. Eu acho que o mais importante é ter a nossa identidade visual ali, o que a gente conseguia ter, e ter o conteúdo que a gente continua produzindo. (MIRANDA, 2021)

Apesar de conseguir manter o Lado M ativo, o Medium apresenta algumas limitações. Os dados de acesso ao site, por exemplo, só se referem a três meses atrás, o que dificulta a comparação entre os anos ou até dentro de um mesmo ano, por exemplo. Essa mudança de plataforma mostra uma das dificuldades de manter um projeto de imprensa feminista que seja financeiramente sustentável e que permita o acesso às informações sobre fluxos de dados. Também atenta para o fato de as notícias estarem, atualmente, em diferentes formatos e plataformas, podendo o leitor escolher como vai consumi-las (STEENSEN; WESTLUND, 2020).

Das três fundadoras, só Mariana continua fazendo parte do site, já que Ana Paula também deixou o projeto em 2018. Naquele ano, o Lado M tinha 62 mil seguidores em na página do Facebook, que era a rede social mais usada para a divulgação dos textos.

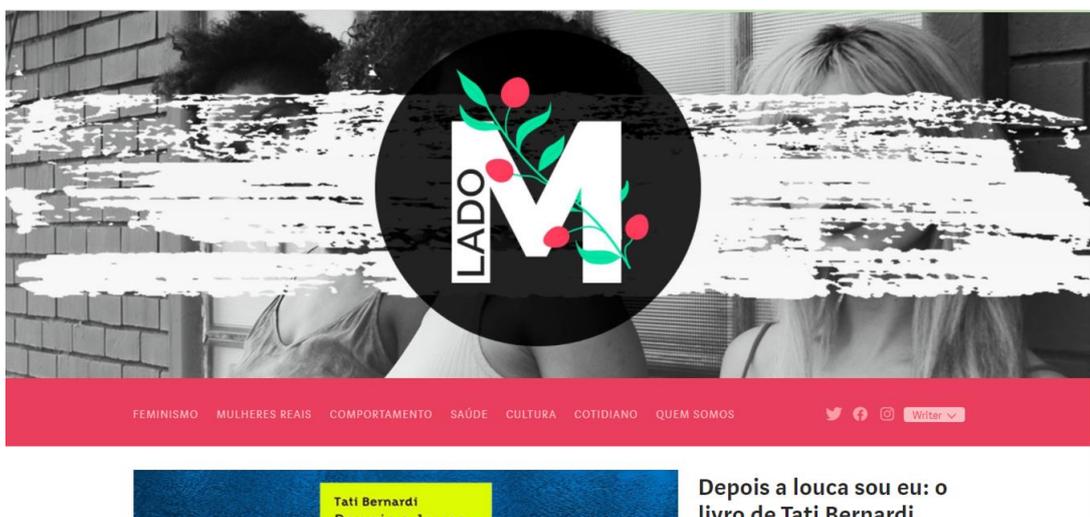


Figura 1: Imagem da página principal do Lado M. Print de 28/02/2021 feito por Carolina Carettin.

No menu do site, há algumas sessões como Feminismo, Mulheres Reais, Comportamento, Saúde, Cultura, Cotidiano e a aba Quem Somos. Os ícones para Twitter, Facebook e Instagram aparecem logo ao lado.

Há desde reportagens até relatos de situações que aconteceram com as próprias autoras. A maior parte dos textos publicados no período analisado é de

resenhas de livros, foram 18 publicadas no período analisado. O site tem uma parceria com a editora Companhia das Letras que, todos os meses, disponibiliza alguns títulos escritos por mulheres para serem resenhados. Mariana explica que esse é o tipo de texto que tem uma rigidez maior.

Hoje eu levo o Lado M muito na tranquilidade e gosto que as colaboradoras escrevam quando elas puderem. Óbvio que algumas coisas precisam ser um pouco mais rígidas, por exemplo a parceria que a gente tem com a Companhia das Letras ou com cabines, porque acaba tendo um prazo. Mas fora isso acaba tendo uma flexibilidade para ser uma coisa prazerosa mesmo, para ser algo que seja legal de ser feito. (MIRANDA, 2021)

As cabines que ela menciona são as de filmes, em que a distribuidora ou o estúdio da produção entra em contato e aí uma colaboradora vai assisti-lo em uma sessão fechada para imprensa ou recebe o link para assistir em casa. Porém a quantidade de cabines feitas foi menor do que a de resenhas, sendo apenas três. Trato mais sobre a produção de conteúdo do site no próximo capítulo.

3.3.2 AzMina

A revista AzMina foi criada a partir de uma campanha de financiamento coletivo em maio de 2015. A atual diretora executiva d’AzMina, Carolina Oms, afirma que havia uma percepção da efervescência de um debate sobre feminismo surgindo forte nas redes sociais.

A gente achava que tinha uma demanda para que essa efervescência se traduzisse em conteúdo investigativo e jornalístico com reportagens aprofundadas que falassem das diferentes facetas do feminino, coisa que a mídia naquela época fazia ainda pior do que faz hoje. (OMS, 2021)

Também formada em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), Carolina foi repórter estagiária no Terra, depois *trainee* do Valor Econômico, onde atuou com finanças, com macroeconomia e cobriu Ministério da Fazenda, Supremo Tribunal Federal, Congresso e Planalto Nacional.

Após um planejamento de quatro meses, o nome do site foi escolhido e havia um embrião de modelo de negócio. Com o dinheiro arrecadado na campanha, o site foi criado, por um grupo que era composto por nove mulheres. Assim como o Lado M, AzMina realizou várias campanhas digitais de conscientização como

#CarnavalSemAssédio, #MachismoNãoÉBrincadeira e #VamosMudarOsNúmeros. A última ganhou um leão de bronze na categoria *Media* do Cannes Lions Festival, premiação internacional de publicidade (EQUIPE AZMINA, 2017).

Ao contrário do Lado M, AzMina sempre teve financiamento, seja coletivo, como no início, seja de fundações internacionais que são a maior parte da receita do site. As três principais financiadoras do veículo são o Fundo Social Elas⁴⁴, a Open Society Foundations⁴⁵ e a Mama Cash⁴⁶. As doações de pessoas físicas continuam e, em 2018, eram 300 apoiadores que contribuíram mensalmente com o projeto. A campanha fixa fica disponível na plataforma Catarse e os assinantes recebem recompensas dependendo do valor que pagam por mês.

Na revista AzMina, as colaboradoras são selecionadas por processo seletivo que, atualmente, envolve três fases, é exclusivo para mulheres e prioriza não brancas, como explica Carolina:

Começa com uma chamada aberta onde a gente detalha a descrição da vaga e a carga horária e as exigências mínimas e depois (...) a gente pede que a pessoa preencha um formulário, dizendo qual experiência que ela tem na área e porque ela quer trabalhar n'AzMina e contar um pouquinho da experiência dela. A gente não pede envio de currículo. (...) é um processo que leva até um mês assim, é um processo bem detalhado mas é o que a gente percebe como mais justo e também o que tem tido os melhores resultados. (OMS, 2021)

Assim como o Lado M, a AzMina apareceu a essas mulheres como um espaço de possibilidades. Uma das colaboradoras, que vinha do jornalismo político, mostrou uma vontade de se dedicar ao “jornalismo especializado sobre mulheres”, mas no veículo em que ela trabalhava não havia essa abertura.

⁴⁴ O Fundo Social Elas é um “fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres”. A partir de concursos de projetos, o Fundo investe nas temáticas: prevenção da violência contra as mulheres; promoção da autonomia econômica e empreendedorismo; expansão do acesso à saúde e direitos sexuais e reprodutivos; ampliação do acesso à cultura, comunicação, arte e esportes; promoção da equidade étnica e racial; promoção de meio ambiente justo e sustentável. Disponível em <<http://www.fundosocialelas.org/>>. Acesso em 17 mar. 2021.

⁴⁵ Maior financiadora privada do mundo, a Open Society Foundations foi criada por George Soros, e financia projetos voltados aos direitos humanos no mundo todo. Desde a sua criação, foram mais de quinze bilhões de dólares gastos. Disponível em <<https://www.opensocietyfoundations.org/>>. Acesso em 17 mar. 2021.

⁴⁶ O Mama Cash foi criado em 1983 por cinco mulheres feministas, sendo o primeiro fundo internacional para mulheres. O fundo apoia projetos que lutem pelos direitos das mulheres em todo o mundo. Disponível em <<https://www.mamacash.org/>>. Acesso em 17 mar. 2021.

(...) a abordagem sobre a cobertura factual de política seguia os temas quentes do dia e o modelo de notícia rápida. Como eu queria ainda exercitar minha capacidade de fazer reportagens aprofundadas, tudo isso se juntou como motivação: eu tinha fontes e olhar para escrever sobre política e mulheres, e AzMina tinha espaço e linha editorial adequada para me publicar.

Além da produção de reportagens e matérias especiais, a AzMina também produz aplicativos. O PenhaS⁴⁷ é voltado para o combate à violência contra as mulheres e traz informações sobre o assunto, pontos de apoio, botão de pânico, produção de provas e acolhimento. Já a MAIA (Minha Amiga Inteligência Artificial)⁴⁸ é uma assistente virtual que ajuda mulheres a identificarem se estão em um relacionamento abusivo e faz parte da campanha #NamoroLegal do Ministério Público do Estado de São Paulo, iniciada em junho de 2019. Essas iniciativas mostram a necessidade de ir além do trabalho tradicional feito pela imprensa, buscando inovação, o que fica muito forte no ambiente digital (STEENSEN; WESTLUND, 2020).

A AzMina também tem parcerias com outros veículos de imprensa como o The Intercept Brasil, que coproduziu a reportagem especial “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018” sobre a candidatura laranja de mulheres nas eleições daquele ano. As parcerias também acontecem com coletivos de direitos humanos. Em 2018 participaram do site o Me Representa, que promove maior participação de mulheres, LGBTQIAP+s, negras e indígenas na política, e a Rede Feminista de Juristas (deFEMde) que assinou uma coluna n’AzMina.

Em 2018, AzMina tinha 180 mil seguidores nas redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter somados) e cinco mil assinantes na *newsletter*. No total, em 2018, foram 53 reportagens e sete especiais investigativos publicados. Em 2017, a revista AzMina ganhou o Troféu Mulher Imprensa, da Revista Imprensa, como melhor projeto jornalístico; e, no ano seguinte, o Prêmio Glamour, da Revista Glamour, como agitadoras digitais.

⁴⁷ Disponível em <<https://azmina.com.br/projetos/penhas/>>. Acesso em 17 mar. 2021.

⁴⁸ Disponível em <<https://azmina.com.br/projetos/azmina-projetos-maia/>>. Acesso em 17 mar.2021.



Figura 2: Visão geral do site AzMina. Print de 21/07/2020 feito por Carolina Carettin.

No período analisado, AzMina tinha um menu no site com as sessões Reportagens e Opinião, que se expandem, e Especiais. As abas Quem Somos, PenhaS e Apoie completavam o menu. Os ícones para as redes sociais aparecem logo ao lado, com Facebook, Twitter, Instagram e YouTube.



Figura 3: Sessão Reportagens expandida. Print de 21/07/2020 feito por Carolina Carettin.



Figura 4: Sessão Opinião expandida. Print de 21/07/2020 feito por Carolina Carettin.

Como Carolina Oms disse em entrevista, o site foi criado a fim de transformar a efervescência do feminismo em reportagens aprofundadas e investigativas. De 23 reportagens publicadas no período, 13 foram na sessão Política, que tendem a ser mais densas. Também foram produzidos quatro especiais, com vídeos, imagens e infografia, além da produção tradicional dos textos com várias fontes.

Chama a atenção o grande número de textos publicados em Opinião: foram 50, sendo 16 na sessão Divã d'AzMina, que recebe textos de autoras convidadas ou de leitoras, um “espaço para as leitoras sentarem e desabafarem”⁴⁹ (OMS, 2021).

⁴⁹ Disponível em <<https://azmina.com.br/coluna/diva-dazmina/>>. Acesso em 02 mar. 2021.

4 JORNALISMO FEMINISTA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo. (SILVA, 2010, p. 63)

Apesar de serem maioria no campo do jornalismo, as mulheres ainda ocupam poucos espaços de poder nas redações e não estão presentes em algumas áreas da comunicação. Os veículos feministas aparecem então como “contraposição aos veículos hegemônicos, privilegiando as mulheres tanto como autoras quanto entre as fontes” (GUSTAFSON, 2019a, p. 131). Sobre a maior presença de mulheres jornalistas, Silvia Cristina Yannoulas (2011) observa de duas formas: 1) a feminilização dos espaços, que se dá pelo aumento do número de mulheres na profissão; 2) a feminização, que altera a prática profissional em si, a partir do aumento de mulheres naquele determinado espaço. Uma depende da outra, mas somente com mulheres ocupando lugares de liderança é possível modificar a prática jornalística. E mais, mulheres que estejam atentas aos problemas que enfrentam na profissão e fora dela e ao lugar que ocupam. Falando em feminismos no plural, alguns que se desenvolvem a partir dos anos 2000 já no ambiente digital, são marcados pelo pensamento interseccional e estão atentos a esses problemas (FERREIRA, 2015, p. 205).

O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, intelectual estadunidense tida como uma das principais representantes do feminismo negro, e procura abarcar a influência de outros marcadores sociais de diferença, como raça e classe. Segundo Crenshaw (1991, p. 1244) a intersecção entre fatores racistas e sexistas nas vidas das mulheres negras, por exemplo, não pode ser capturada quando se trata dessas duas dimensões separadamente.

Por exemplo, o racismo vivido por pessoas de cor que são de um determinado gênero - masculino - tende a determinar os parâmetros de estratégias anti-racistas, assim como o sexismo vivido por mulheres de uma determinada raça - brancas - tende a fundamentar o movimento feminista. (...) o anti-racismo e o feminismo são limitados, até em seus próprios termos. (...) O fracasso do feminismo em interrogar a raça significa que as estratégias de resistência do feminismo muitas vezes replicarão e reforçarão a

subordinação das pessoas de cor, e o fracasso do anti-racismo em interrogar o patriarcado significa que o anti-racismo frequentemente reproduzirá a subordinação das mulheres. (CRENSHAW, 1991, p. 1252)⁵⁰

Para explicar como as opressões se relacionam, a autora faz uma analogia: os eixos de poder – raça, gênero, classe – “constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos” e é por elas que as “dinâmicas do desempoderamento se movem” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Algumas vezes essas vias são vistas como excludentes, o racismo, por exemplo, exclui o patriarcado, que exclui a opressão de classe. Porém, o que a autora esclarece é que, a partir de um olhar interseccional, “tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam”. Mulheres racializadas estão posicionadas em lugares dessas vias em que podem ser atingidas por diferentes fluxos de opressão, que vêm de direções diversas.

Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem - as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A abordagem de Crenshaw não é a única e as diferentes perspectivas pensam a relação entre diferença e poder de diversas formas. Adriana Piscitelli (2008, p. 267) cita a linha sistêmica, que “destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades”, pensando gênero, raça e classe, por exemplo, como sistemas de dominação que determinam identidades. A autora também cita a linha construcionista que entende o poder “como lutas contínuas em torno da hegemonia”, uma articulação que “estabelece uma relação entre elementos, de maneira que sua

⁵⁰ Traduzido do original em inglês: “For example, racism as experienced by people of color who are of a particular gender - male - tends to determine the parameters of antiracist strategies, just as sexism as experienced by women who are of a particular race - white - tends to ground the women’s movement. (...) antiracism and feminism are limited, even on their own terms. (...) The failure of feminism to interrogate race means that the resistance strategies of feminism will often replicate and reinforce the subordination of people of color, and the failure of antiracism to interrogate patriarchy means that antiracism will frequently reproduce the subordination of women.”

identidade se modifica como resultado da prática articulatória”. Nesta, os marcadores identitários também possibilitam a ação.

Carla Akotirene (2020, p. 21) afirma que, “indo ao encontro da reflexão epistemológica de Patricia Hill Collins”, outra representante estadunidense do feminismo negro, é possível considerar “a interseccionalidade como ‘sistema de opressão interligado’”, ou seja, quando os efeitos de duas ou mais opressões se cruzam, formam um cenário mais complexo. Articuladas, as categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias (PISCITELLI, 2008, p. 268).

A definição de Crenshaw dialoga com a conceituação de sujeito pós-moderno de Stuart Hall (2015), que “assume identidades diferentes em diferentes momentos” e que não tem “uma identidade fixa” (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2019, p. 129). Porém não há uma hierarquia entre as opressões, pois nas intersecções entre raça, gênero e classe “existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (DAVIS, 2011). A interseccionalidade também não é uma somatória de identidades, como mulher + negra + gorda. Audre Lorde (2019a, p. 236) vai além e pontua que falar em uma hierarquia de opressão é uma estratégia da “direita cínica” para enfraquecer os grupos oprimidos que, se lançando uns contra os outros, se dividem e não conseguem efetivar suas ações políticas. Cria-se um não lugar: entre mulheres lésbicas, Lorde era negra; e entre as pessoas negras, Lorde era lésbica.

(...) analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2020, p. 43).

A busca é pelo reconhecimento das diferenças e a percepção de que os conflitos gerados a partir delas dizem mais sobre poder do que a diferença em si (CRENSHAW, 1991, p. 1265). Não é ela que separa movimentos e segrega ainda mais grupos oprimidos, mas a “recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos

seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana” (LORDE, 2019b, p. 240).

Como o jornalismo atravessado pelo gênero contribui para a reprodução de valores e discursos hegemônicos (SILVA, 2010, p. 63), analisar o jornalismo a partir de uma perspectiva interseccional permite entender como outros marcadores também contribuem para a manutenção do poder.

4.1 Interseccionalidade e o feminismo negro

Antes de ser cunhado como conceito, o pensamento interseccional já estava presente em reflexões do feminismo negro, trabalhando “o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global” (AKOTIRENE, 2020, p. 22). Lélia Gonzalez, por exemplo, já articulava gênero e raça.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1983, p. 224)

Ela fez parte da reorganização da luta antirracista no período da ditadura militar no Brasil, formando o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Também ministrou um curso sobre Cultura Negra no Brasil. É a partir dessa época que ela começa a “escrever artigos em periódicos negros, feministas e homossexuais, sobre o tema da mulher negra, fazendo correlações profícuas entre raça, sexo e classe” (RIOS; RATTIS, 2018, p. 9).

O tema principal do feminismo negro ainda é “encontrar uma voz para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 274). Há críticos que apontam que marcar o feminismo negro é separar ainda mais o movimento feminista, porém é exatamente o contrário, uma vez que “definir-se é um status importante de fortalecimento e de demarcar possibilidades de transcendência da norma colonizadora” (RIBEIRO, 2017, p. 27). Tal norma divide pessoas entre colonizadores e colonizados, entre os que dominam, vistos como sujeitos, e os que são dominados, vistos como objetos.

Como sujeitos, as pessoas têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história. Como objetos, a sua realidade é definida por outros, a sua identidade é criada por outros, sua história somente é nomeada de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos. (hooks, 2019, p.100)

Poder se identificar como diferente faz com que mulheres negras, lésbicas, bissexuais, assexuais, transgêneros, gordas, periféricas, entre tantas outras, possam ser sujeitos de sua própria história. Olhando sob perspectiva interseccional, permite que se rompa com a “tentação de universalidade que exclui” (RIBEIRO, 2017, p. 26). Contudo, tratando-se de interseccionalidade, é preciso ir além, uma vez que ela “se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades” (AKOTIRENE, 2020, p. 46). Não basta, por exemplo, ao fazer uma pesquisa que o cientista reconheça seu lugar de fala — como homem, branco e heterossexual —, mas o que ele faz a partir deste lugar para que o sistema de opressão mude.

Aprendamos com a pensadora Grada Kilomba que as diferenças são sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns em relação aos outros. Raciocínio exato sobre a interseccionalidade, desinteressada nas diferenças identitárias, mas nas desigualdades impostas pela matriz de opressão (AKOTIRENE, p. 2020, p. 50).

Gabriela Kyrillos (2020, p. 2) ressalta que “é fundamental partir do entendimento de que a ideia basilar” da interseccionalidade já existia “dentro dos movimentos sociais e de textos teóricos desde muito antes do conceito (...) e de sua apropriação pelo mundo acadêmico”. Partir de tal lugar é importante para não apagar as teóricas que vieram antes de Kimberlé Crenshaw cunhar o termo, como a própria Lélia Gonzalez e, a também brasileira, Sueli Carneiro.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Mesmo já havendo reflexões acerca da interseccionalidade, foi só após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância — que aconteceu em 2001 em Durban, África do Sul — que o termo “conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento” (AKOTIRENE, 2020, p. 18).

Uma das críticas à interseccionalidade é o apagamento da cultura e das pensadoras negras, parte das violências sofridas pelos povos não eurocêntricos, como o assimilacionismo e “a incorporação de algumas de suas características à ideia de uma identidade nacional em regra serviu para promover a ideia falaciosa de que haveria uma pacífica cultura tipicamente brasileira” (KYRILLOS, 2020, p. 5). É o debate trazido por Gonzalez no trecho:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1983, p. 226)

A autora fala sobre as noções de consciência e memória, sendo a primeira o desconhecimento, encobrimento, alienação, esquecimento, é o que “faz tudo pra nossa história ser esquecida” (GONZALEZ, 1983, p. 226). Em uma de suas passagens pelo Brasil, Angela Davis questionou o fato de sempre se buscar referências nos Estados Unidos. “Eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. (...) Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês poderiam aprender comigo” (BRASIL DE FATO, 2019), afirmou marcando a importância de resgatar as teóricas que há no Brasil quando o assunto é a intersecção entre raça, gênero e classe.

Algumas críticas ao trabalho de Crenshaw afirmam que sua conceituação está ancorada no pensamento liberal e que diz mais sobre “produzir demandas por reconhecimento do que projeto de emancipação” (RIOS; SOTERO, 2019, p. 3). Uma das críticas é de Ochy Curiel, que aponta a interseccionalidade de Crenshaw como “liberal, normativa e fraturada em termos identitários” (AKOTIRENE, 2020, p. 86). Segundo Curiel, assume-se que as condições estão separadas, por exemplo, ser mulher está separado de ser negra.

É possível que o pensamento neoliberal se aproprie do termo interseccionalidade — como de outros —, reduzindo-o e simplificando-o, porém não é possível descartar sua importância, pois “uma vez protegidos do racismo, podemos nos proteger de toda e qualquer violência e lutar por mais tempo contra as necropolíticas” (AKOTIRENE, 2020, p. 113). Apesar das críticas, é inegável a contribuição de Crenshaw (1991) para os estudos de gênero e a importância de tensionar marcadores sociais de diferença a fim de discutir aspectos da sociedade, como o jornalismo, uma vez que a “(...) a atividade de vida material das mulheres tem importantes consequências epistemológicas e ontológicas para a compreensão e construção das relações sociais”⁵¹ (HARTSOCK, 1983, p. 299).

A jornalista Paula Silva, em sua contribuição para a coluna Divã d’AzMina, conta sua experiência ao ser aprovada para um estágio no texto “Sobre ser a única negra em diversos lugares”.

Quando você é negra e periférica, a lista de lugares que te rejeitam é bem extensa. Pinheiros, o bairro onde trabalho em São Paulo, é um desses lugares que parecem gritar na minha cara: ‘você nunca vai se sentir à vontade aqui’. Esse aviso começa a apitar já no momento em que vou pegar o ônibus e o metrô. (...) E olha que eu ainda me favoreço do fato de ser uma negra de pele clara, que é mais “tolerada” nos locais onde a branquitude é dominante. Imagine como é para uma preta retinta essa realidade. Sugiro que pergunte para uma. E preste bastante atenção em tudo que ela diz sobre isso. (SILVA, 2018a)

Para complementar a discussão, farei entrevistas com algumas autoras que escreveram para os veículos analisados, a fim de conhecer suas experiências como jornalistas mulheres, dando preferência para as que se declararam não-brancas, não-heterossexuais e que vivem em outras regiões que não a Sudeste para, assim, conseguir articular esses marcadores sociais e pensar sobre a interseccionalidade no campo do jornalismo.

4.2 Pensando a interseccionalidade no jornalismo

O jornalismo como instituição social – assim como a escola, a igreja, a ciência e as leis –, “produz discursos repetidos sobre posições de normalidade e de

⁵¹ Traduzido do original em inglês “(...) women’s material life activity has important epistemological and ontological consequences for both the understanding and construction of social relations. Women’s activity, then, does satisfy the first requirement of a standpoint).

diferença” (GUSTAFSON, 2019, p. 21) e já foi considerado o “quarto poder”. Para Albuquerque (2009), o jornalismo pode ser entendido como 1) alternativa aos três estados formadores do Parlamento, na organização feudal (o clero, a nobreza e os comuns); 2) ao lado dos três poderes – judiciário, executivo e legislativo -, tendo o poder de determinar a agenda pública; e 3) como poder moderador, um poder neutro. Esta última definição remete a valores inerentes ao jornalismo hegemônico, como a objetividade, a neutralidade, o apartidarismo e a clareza.

A objetividade é um dos pilares do jornalismo tradicional e “como procedimento, é um método extremamente saudável e ético” (DE MELO, 2018, p. 5), porém, a ideia que se passa de que é possível ouvir todos os lados de uma história ou de que é possível ser completamente neutro é equivocada, como já discutido. Há a busca por uma narrativa equilibrada, mas essa objetividade vai pelo mesmo viés do pensamento universalizante que coloca todas as mulheres como seres iguais.

Seria muito mais produtivo se, ao invés dessa objetividade positivista, se usasse o conceito de objetividade pensado pelas teóricas feministas (HARDING, 1992; HARAWAY, 2009), que já tratei anteriormente. Haraway (2009, p. 13) aponta que a perspectiva positivista ameaça o “sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade”, apagando experiências importantes para a construção de uma narrativa jornalística, por exemplo. O pensar situado “funciona como um ponto de entrada, uma perspectiva que singulariza” essas experiências. Esse pensar “é inevitavelmente um pensar feminista” e “inevitavelmente parcial” (GAGO, 2020, p. 12).

Essas experiências são trazidas pelos diversos atores que constituem a prática jornalística: as grandes empresas de mídia; os profissionais jornalistas que escrevem, falam e produzem conteúdo para a internet; os veículos independentes e o público etc. Cláudia Lago, Evelyn Kazan e Manuela Thamani (2019, p. 125), porém, apontam a falta das questões ligadas a gênero nas pesquisas sobre mídia em geral, a partir de um levantamento feito entre os anos de 2003 e 2014. Esse silêncio é preocupante uma vez que o jornalismo é considerado uma tecnologia de gênero, operando na “construção e circulação de representações de grupos, identidades, valores, com a visibilização de temas e sujeitos e invisibilização de outros” (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2019, p. 125). Carneiro afirma que mulheres negras, por exemplo, estão cada vez mais conscientes de que a comunicação é um lugar de

empoderamento, e que é fundamental para garantir “uma representação positiva bem como a visibilização do processo de mobilização de lutas” (CARNEIRO, 2003, p. 125).

No Brasil, a maior parte dos jornalistas são mulheres brancas, solteiras e com idade até 40 anos (LIMA, 2021)⁵², o que localiza a produção da imprensa em um lugar específico. Nem todas as mulheres jornalistas no país têm um pensamento feminista, evidentemente, porém parte-se desta informação para refletir que a objetividade feminista tem a ver com “sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla” (HARAWAY, 2009, p. 31). A partir dos dados levantados pelo questionário aplicado às autoras dos sites, a maior parte está em faixa etária próxima, com 43% de 26 a 30 anos.

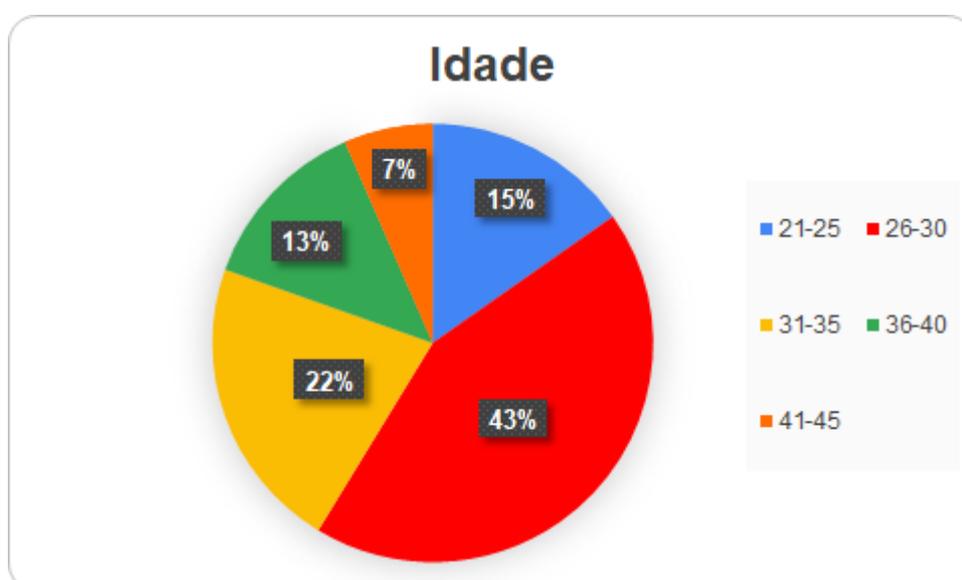


Gráfico 4: Idade das autoras dos sites Lado M e AzMina.

A mesma pesquisa (LIMA, 2021) aponta que 30% dos jornalistas se declaram negros, um aumento desde a outra edição da pesquisa publicada em 2013 (BERGAMO; MICK; LIMA, 2013). Nesta última, os dados também mostravam que apenas um a cada três jornalistas participavam de movimentos sociais e que, como em outras áreas, as mulheres, mais jovens, ganhavam menos que os homens e eram maioria em todas as faixas que ganhavam até cinco salários mínimos e minoria nas

⁵² A pesquisa foi feita com mais de 7 mil profissionais e foi construída coletivamente a partir de iniciativa da Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas (RETIJ), vinculada à Associação Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). A coordenação é dos Programas de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) e Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com a execução do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC).

faixas superiores a cinco salários mínimos. Apesar de serem maioria, isso “não modificou as lógicas de desigualdade, hierarquização profissional e permanência de estereótipos e preconceitos ligados ao gênero” (GUSTAFSON, 2019a, p. 130).

Chama a atenção o baixo percentual de pessoas negras e a falta de poder de grupos marginalizados, que Carneiro (2003, p. 126) aponta como possibilidade para a “crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas”. Pensando nestes grupos faltam dados, por exemplo, da orientação sexual e identidade de gênero dos jornalistas entrevistados, o que permitiria outras análises sobre a categoria.

Fazendo um paralelo com os dados recolhidos através do questionário, apenas 13% se declarou preta, 9% parda, 5% amarela e uma delas, 2%, se declarou romani. Nenhuma autora se declarou como indígena. Nesta pergunta foram usadas as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e adicionado o campo “Outro”, caso alguém se declarasse como de outra raça/etnia.

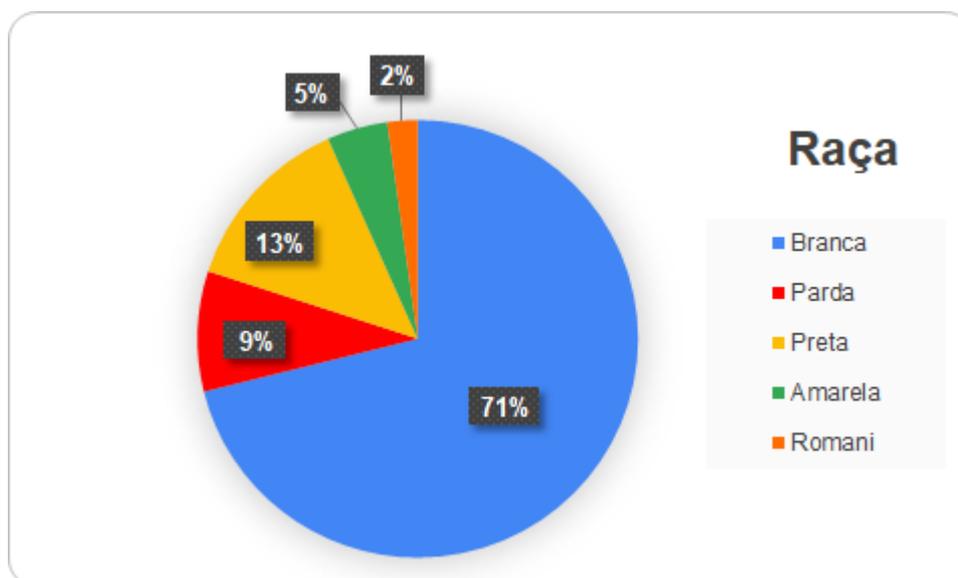


Gráfico 5: Raça autodeclarada das autoras dos sites Lado M e AzMina.

Observando os veículos separadamente, é possível perceber um equilíbrio entre eles. Ambos têm praticamente a mesma quantidade de autoras que se declaram não brancas: n’AzMina são três mulheres pretas, duas pardas e uma romani; no Lado M são três mulheres pretas, duas pardas e duas amarelas.

Em entrevista, a cofundadora e diretora executiva de AzMina Carolina Oms disse que, em 2021, a maioria das colaboradoras do site são mulheres não-brancas,

representando 60% da equipe. “A gente tem um planejamento para que, nos próximos dois anos, na diretoria haja paridade ou maioria de mulheres não-brancas. Entre as gerentes de projeto, a maioria já é de mulheres negras”. Portanto, comparando com os dados referentes à 2018, percebe-se que há um movimento de buscar a igualdade de oportunidades para mulheres diversas, inclusive incentivando-as a ocuparem cargos mais altos, pelo menos em um dos veículos.

Já na categoria orientação sexual, 31% são bissexuais e 9% são homossexuais. Uma autora, 2%, se declarou assexual. Na categoria identidade de gênero, 100% das autoras se declararam cisgênero, ou seja, no período analisado não havia nenhuma mulher ou homem transgênero ou pessoa não-binária entre as colaboradoras.

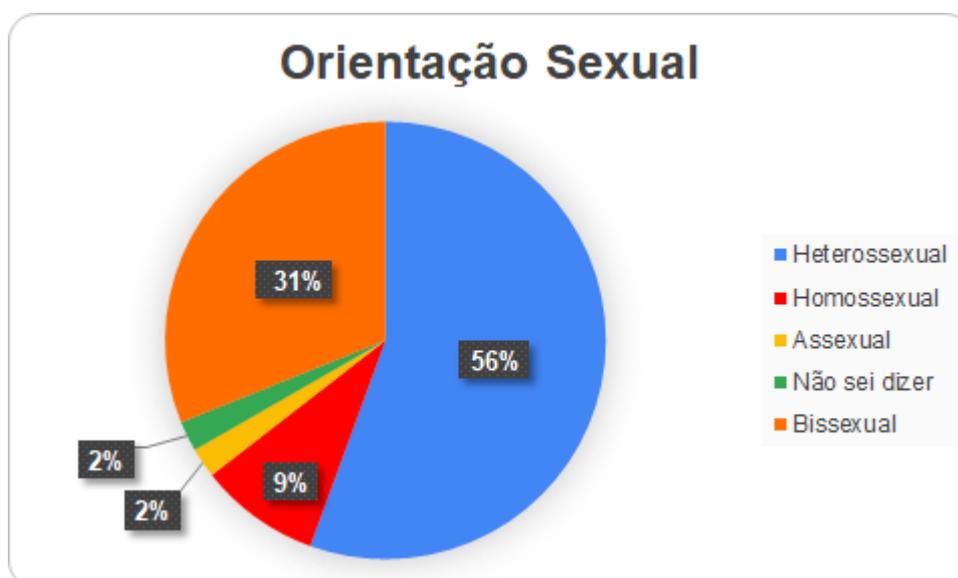


Gráfico 6: Orientação sexual das autoras dos sites Lado M e AzMina.

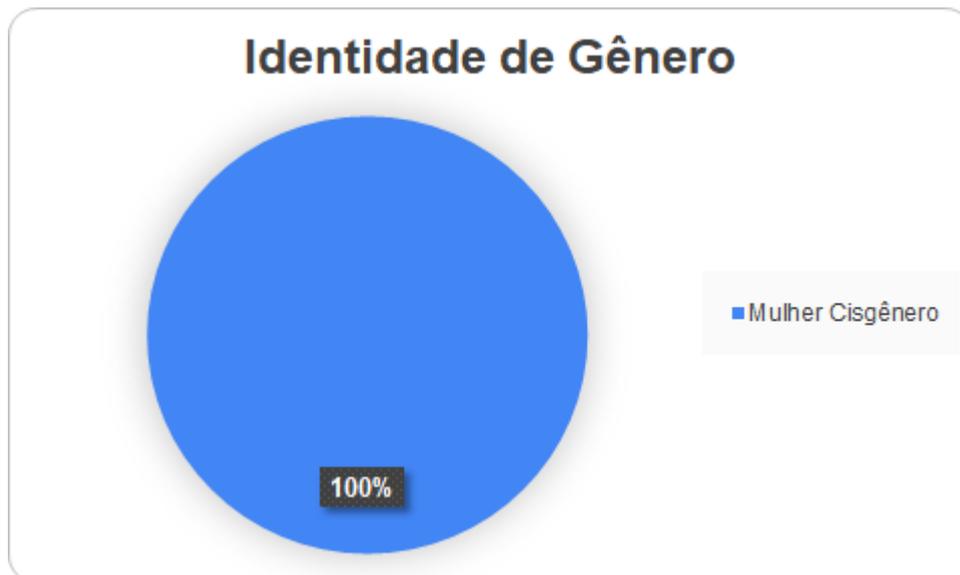


Gráfico 7: Identidade de gênero das autoras dos sites Lado M e AzMina.

Os dados mostram a baixa ou nenhuma representatividade também em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Não ter uma diversidade dentro do ambiente jornalístico – seja ele tradicional ou alternativo – faz com que os mesmos discursos sejam difundidos e alguns erros, inclusive, aconteçam. Grupos LGBTQIAP+ passaram a produzir cartilhas para tornar a produção da imprensa mais inclusiva, como o Grupo Dignidade, a Aliança Nacional LGBTI+ e a Rede Gay Latino (GAY LATINO, 2021).

A jornalista Paula Silva, que colaborava para AzMina, falou sobre essa falta de pessoas e, principalmente, de mulheres da comunidade LGBTQIAP+ nos veículos de imprensa.

A gente vê mais homens negros gays sendo contratados do que mulheres negras, lésbicas, bissexuais, trans. Falta essa guinada para que mulheres da comunidade negra, da comunidade trans sejam contratadas e estejam participando das decisões do mercado de trabalho, sabe? (SILVA, 2021)

A fala de Paula mostra como é difícil pensar nas categorias identitárias de forma separada e sem relacionar uma com a outra. Ela continua dizendo que o abismo é ainda maior quando comparamos mulheres brancas e mulheres negras da comunidade LGBTQIAP+. “E não é questão de rivalidade, é por questão de realidade mesmo, entendeu? É uma questão de recorte de raça, de classe, essa realidade”. (SILVA, 2021)

Os dados de nível de escolaridade também trazem algumas reflexões que dialogam com a fala de Paula. A maior parte das colaboradoras tem ensino superior completo e atuam na área da comunicação. Dez colaboradoras têm mestrado, duas têm doutorado e uma o ensino médio completo.

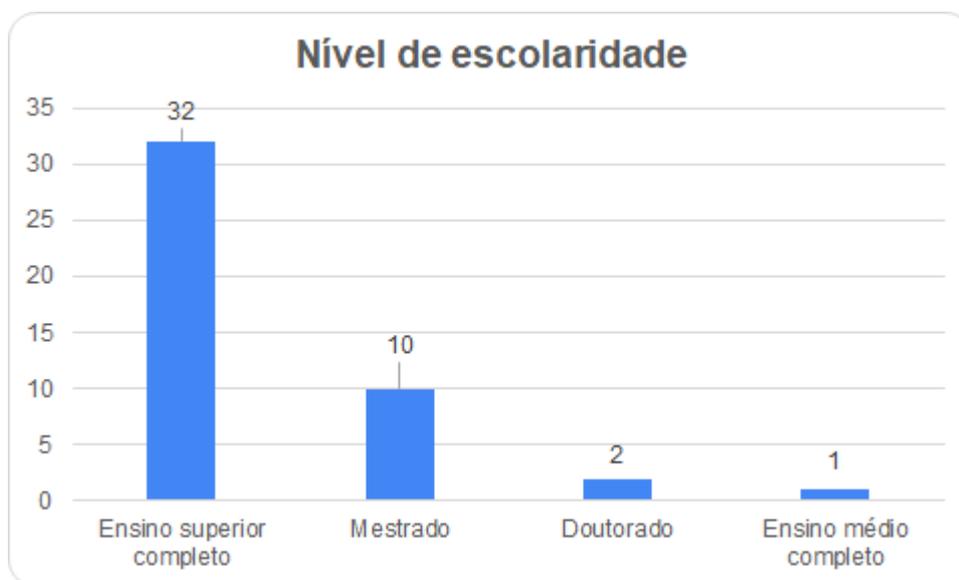


Gráfico 7: Nível de escolaridade das autoras dos sites Lado M e AzMina.

Quando cruzo estes dados com os de raça, vejo que todas as colaboradoras com pós-graduação, mestrado e doutorado, são brancas enquanto a única com ensino médio completo é da etnia romani e negra. Esta última é Rebecca Souza, uma das autoras entrevistadas e que tem a coluna “Tradição e feminismo” em AzMina.

Já na primeira pergunta da entrevista, na qual eu pedia para ela falar um pouco sobre sua formação acadêmica e profissional, ela diz: “Eu não acredito muito nessa questão de formação, tá? Porque eu acho que isso é uma visão branca que só valem as pessoas que tiverem diploma” (SOUZA, 2021). Nesse momento percebi, mais uma vez, como a minha pesquisa é também muito enviesada e pode reproduzir, mesmo que inconscientemente, discursos e práticas coloniais e patriarcais. Por isso, reitero que meu objetivo não é anular todos os esforços que essas mulheres fazem para manter seus veículos funcionando, mas refletir sobre a produção de conteúdo – inclusive o meu – e sobre quem está conseguindo acessar esses espaços. Ela continua:

Não sei se tem algum problema no que eu vou falar, mas é porque realmente eu não acredito nessa questão de formação. Eu acho que isso é uma questão do colonial mesmo, de você ter diploma, de você ter um algo para respaldar que você sabe aquilo. Dentro do meu povo [romani], nós acreditamos muito que você tem sabedoria de falar. Nós somos um povo que nem muita escrita a gente tem. A gente não tem nada escrito, não, a gente tem tudo mais falado, quem escreve são os outros. (SOUZA, 2021)

Já Paula Silva traz outra questão sobre isso, que é o acesso às universidades públicas por pessoas negras e, depois, a inserção no mercado de trabalho.

Eu via relatos no Facebook de estudantes negros que não conseguiam ser selecionados nos estágios porque tinham que competir com gente branca que estava estudando na USP, na ESPM. É muito importante que as pessoas comecem a debater essa questão de algumas empresas valorizarem mais quem está estudando em faculdades consideradas de elite. Quando a gente para para pensar, a maioria das pessoas negras não está nessas instituições, sabe?" (SILVA, 2021)

Inclusive nos estudos de gênero nos campos da comunicação e do jornalismo, a questão da interseccionalidade ainda é pouco aprofundada. Lago, Kazan e Thamani (2019, p. 127) levantam duas hipóteses para tal cenário: a inexistência de referencial teórico e o processo de construção da identidade interseccional. Sobre a primeira, os autores dizem que há pesquisas que iniciam o questionamento, porém “pensar questões de gênero (...) não vai significar expressão de consciência feminista”. Sobre a segunda, deixam o questionamento: “(...) há um processo para a construção dessa identidade que refletirá nas atitudes de pesquisa? E o que seria esse processo?”.

A problemática não é exclusiva dos veículos feministas, como visto a partir da pesquisa que mostra o perfil do jornalista brasileiro. É importante dizer que, além de pesquisas no campo do jornalismo, é preciso que se faça na prática - ou que pelo menos se reflita sobre - um jornalismo que se reconheça plural, subjetivo e localizado, uma vez que “a interseccionalidade é dimensão prática” (AKOTIRENE, 2020, p. 112).

4.3 Perspectiva interseccional na prática jornalística

A partir da produção dos sites, é possível perceber a dimensão prática da interseccionalidade. Os textos publicados durante o segundo semestre de 2018 foram organizados em duas planilhas, uma para cada site, conforme apêndice, com as

informações Título, Data, Autora, Link, Tema e Tags. Os dados quantitativos mostram que a maior parte dos textos publicados em AzMina foram na sessão Opinião.

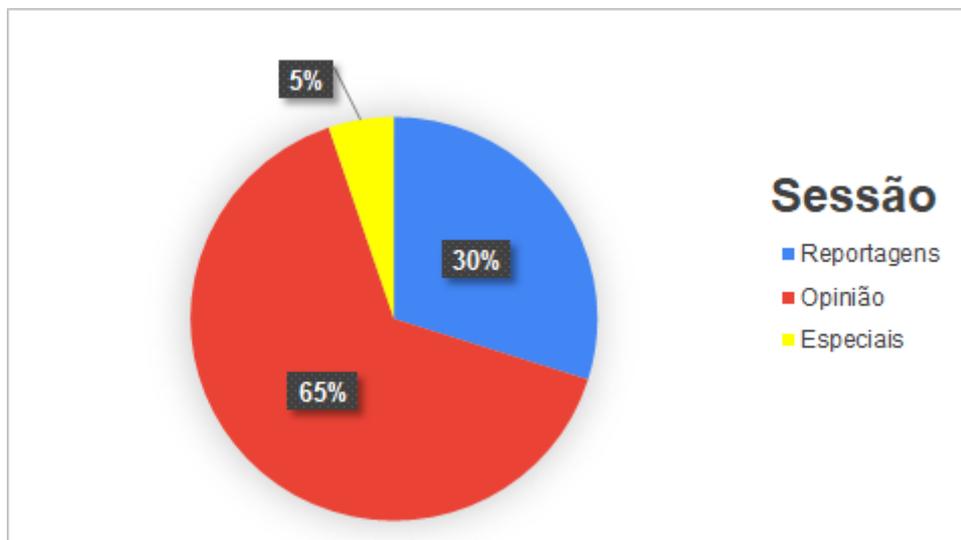


Gráfico 8: Sessões do site AzMina.

As editorias Reportagens e Opinião são compostas por sessões secundárias, como visto nos gráficos 13 e 14. Reportagens é composta pelas seguintes subdivisões Minas que honram o rolê; Política; Saúde e Sexo; Violência contra a mulher; Cultura; Dinheiro; Beleza Pura; Mundo; Descomportadas; Mãezinha Vírgula; Meio Ambiente; Esporte; Butina; English; Español. Opinião é composta por Opinião d’AzMina; Divã d’AzMina; Sobre sexo e outras coisas; Meu nome não é Mãe; Tradição e feminismo; Mana a Mana; Vulva a arte; AzMina dão a letra; Rede Feminista de Juristas; Vozes; Mulheres Insubmissas; #FalaPreta; Mulheres Pelo Mundo; Mulheres com Deficiência; Mulher; Trans; O Tao do Feminismo.

Os 23 textos em Reportagens dividem-se em Minas que honram o rolê (3), Política (13), Saúde e Sexo (2), Violência contra a mulher (1), Cultura (1), Dinheiro (2), Beleza Pura (1). Nas outras sessões não há nenhum texto publicado no período.

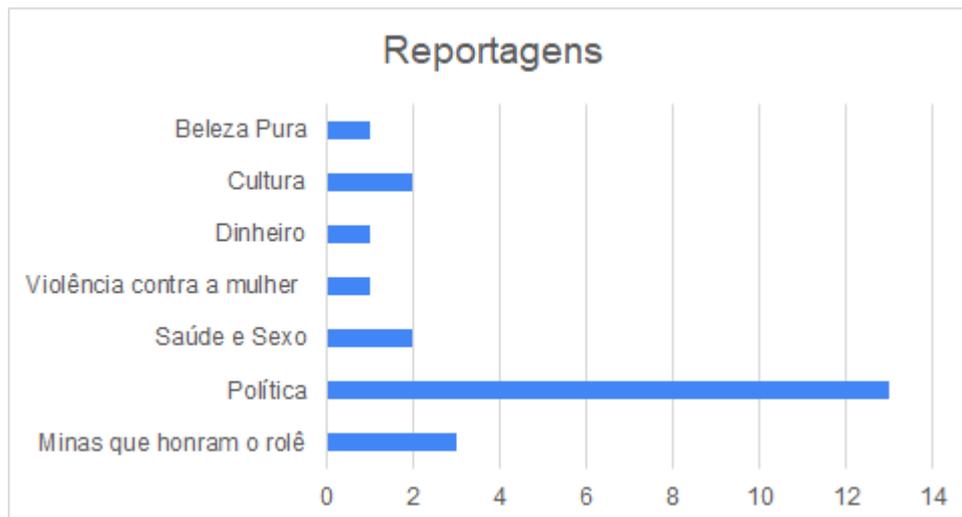


Gráfico 9: Textos publicados na sessão Reportagens.

Em Opinião foram 50 textos, divididos em Opinião d’AzMina (2), Divã d’AzMina (16), Sobre sexo e outras coisas (8), Meu nome não é Mãe (5), Tradição e feminismo (4), Mana a Mana (2), Vulva a arte (3), AzMina dão a letra (4), Rede Feminista de Juristas (4), Vozes (2). Enquanto a sessão Opinião d’AzMina traz editoriais da equipe do site, a sessão Divã d’AzMina tem colaborações de mulheres que não são autoras fixas. Como a descrição do site diz, é um “espaço para as leitoras sentarem e desabafarem”.



Gráfico 10: Textos publicados na sessão Opinião.

Em Especiais foram quatro publicados: “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018”, “Estado e religião: Uma

relação tão antiga quanto promíscua”, “Quando a Loucura é filha do machismo”, “Racismo na passarela: Como o preconceito se expressa na moda?”.

Já no Lado M, a maior parte dos textos está fora de editorias, contendo críticas de filmes; temas diversos como parto humanizado, sagrado feminino, assédio e aborto; e resenhas de livros. Ao mesmo tempo em que há grande quantidade de resenhas, a sessão Cultura não teve textos publicados no período.

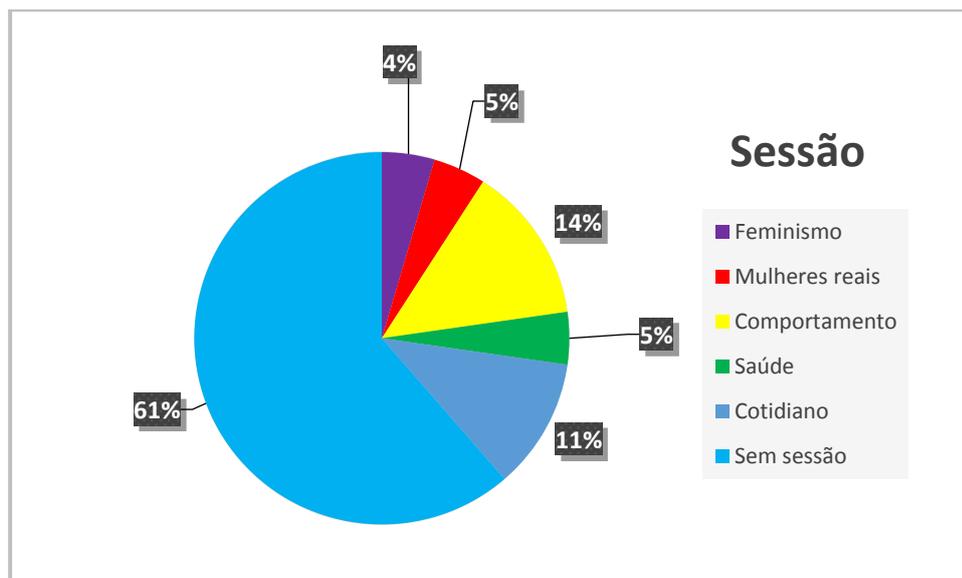


Gráfico 11: Sessões do site Lado M.

Escolhi duas autoras de cada site para falar sobre suas produções e as entrevistas foram feitas por WhatsApp. Elas foram escolhidas a partir dos dados que preencheram nos questionários a fim de perceber como as identidades que as atravessam são tensionadas nos textos. Para isso, criei três categorias de análise: Pautas e produção, #EleNão: os textos da editoria Política e Relatos.

4.3.1 Pautas e produção

Uma das formas de perceber a perspectiva de gênero na produção jornalística é observar as “escolhas que envolvem o processo de produção, como as questões dos valores-notícia, as subjetividades e o próprio fazer jornalístico” (SCHANDER; BERTASSO, 2019, p. 41). As colaboradoras do Lado M, por exemplo, decidem suas pautas pelo grupo do Facebook e do WhatsApp e as sugestões podem ser feitas pelas autoras ou pela editora, como explica Mariana Miranda.

(...) as pautas, hoje, são feitas através do Facebook, do WhatsApp através de conversa. A colaboradora pensa uma pauta e joga ali para o debate, para ver o que as meninas acham. Às vezes elas vem conversar direto comigo e, de tempos em tempos, eu faço um post no grupo do Facebook com sugestões de pauta para quem não tiver muita ideia pegar a pauta e fazer. (MIRANDA, 2021)

Esse processo era feito presencialmente e depois passou a ser feito completamente online, a fim de permitir que as colaboradoras que não moram na cidade de São Paulo participem das reuniões. Mariana também comenta sobre os prazos mais flexíveis do site.

É um pouco do caráter do Lado M também. (...) não é remunerado, né, não tem como ter esse tipo de exigência, então tem essa flexibilidade, às vezes as colaboradoras sugerem pautas depois de séculos também. Acaba tendo um pouco essa oscilação de quem está colaborando e quem não está. (MIRANDA, 2021)

A colaboradora Thais Lombardi, em entrevista, detalha seu processo de produção dos textos.

Meu processo de produção começa com um breve esquema de pensamentos que eu tenho sobre a obra ou assunto. Em seguida, busco nos meus referenciais teóricos ou busco no Google Acadêmico algo sobre o assunto e vejo se é possível encaixar (de forma natural) os assuntos. O esquema de produção segue os moldes tradicionais de um texto: introdução, desenvolvimento e conclusão, sem esquecer, é claro de sempre criar ganchos a cada final de parágrafo. (LOMBARDI, 2022)

A forma com que Thais organiza seu texto segue um modelo que não é, necessariamente, o tradicional no jornalismo que traz as informações tidas como mais importantes no primeiro parágrafo, o chamado *lead*. No período analisado, Thais publicou três resenhas de livros e, apesar de não ser percebido nesses textos, chama a atenção a busca de referenciais teóricos e de artigos no Google Acadêmico.

Por não ter um prazo de produção curto e um ritmo tão intenso quanto em um jornal diário, por exemplo, há a possibilidade de pesquisar mais sobre um assunto e trazer reflexões mais aprofundadas. Na resenha “Os Números do Amor e o autismo feminino”, é possível perceber essa preocupação em trazer outras fontes para o texto, que poderia se ater somente ao enredo do livro.

A maioria das pesquisas sobre autismo foram feitas com homens, mas o autismo se manifesta muito diferente entre os sexos. Além disso, testes para Asperger são baseados em critérios avaliativos baseados em comportamentos masculinos, atrapalhando muito o diagnóstico de meninas que, mais tarde em sua vida podem apresentar ansiedade, depressão, anorexia e outros distúrbios. (LOMBARDI, 2018)

A parte grifada traz, no texto, um link para um artigo do Huffington Post Brasil⁵³ sobre como o autismo pode afetar as mulheres de formas diferentes. A hipertextualidade⁵⁴ é um dos elementos principais da produção para internet, já que é uma forma de adicionar informações ao leitor sobre o assunto em si ou que seja relacionado.

Trazer estudos e dados é recorrente entre as produções do site e uma prática comum no jornalismo. Em “Vaginismo, uma dor pouco conhecida”, a autora Gabriella Feola também cita um estudo, mas não direciona o leitor para ele: “Não há estudos suficientes para determinar a porcentagem exata, mas pesquisas pontuais, como a publicada pelo Revisão Anual de Estudos Sexuais, estimam que o vaginismo afete cerca de 6% das mulheres” (FEOLA, 2018a). Isso faz com que o leitor tenha que procurar somente pelo nome do estudo, o que nem sempre traz resultados satisfatórios.

Já no texto “Polarização política mostra lado machista da violência: a agressão à mulher”, Carolina Pulice (2018a) cita e indica dois estudos sobre violência contra a mulher. No Medium, os links aparecem em negrito e sublinhados, chamando a atenção de quem lê.

A prática é, inclusive, uma indicação editorial. Mariana Miranda explica que, mesmo quando um texto é mais pessoal, ela sugere que as colaboradoras se embasem em dados.

Você vai falar de um caso de relacionamento abusivo que você sofreu, vamos ver os dados mais atuais sobre isso. Vamos colocar nesse material, vamos ouvir uma psicóloga e o que ela tem a dizer, que tipo de conselho ela daria. Eu gosto muito de trazer esse caráter jornalístico sempre que possível para todos os textos que a gente produz aqui. (MIRANDA, 2021)

⁵³ O site encerrou suas atividades no Brasil em 2020, por isso não é possível encontrar o link para o artigo.

⁵⁴ “O hipertexto é um conjunto de nós de significações interligados por conexões entre palavras, páginas, fotografias, imagens, gráficos, sequências sonoras etc.” (NOJOSA, p. 95, 2014)

Isso é observado em “Por trás do *Ghosting*⁵⁵: o fenômeno do desaparecimento dos crushs”, de Cris Chaim (2018a). A autora começa o texto com a frase “O *Ghosting* aconteceu comigo, com a sua amiga e com você também, não negue” e segue abordando o assunto trazendo, inclusive, enquetes feitas pela autora em seu Instagram sobre dar ou receber *ghosting*. Mais à frente, Cris traz a fala da psicoterapeuta F.D. Barth em entrevista para o site ManRepeller (NESMITH, 2018) sobre o assunto. O texto, que poderia ser somente um relato de suas experiências, ganha força e respaldo de uma profissional, mesmo que a entrevista não tenha sido feita por Cris.

Já na revista AzMina, as pautas são decididas semanalmente ou conforme a demanda, numa discussão em que todas as colaboradoras fixas ou freelancers podem opinar. “Todo mundo dentro da revista e da ONG opinam sobre as pautas, sobre andamento, as fontes, abordagem”, explica Carolina Oms (2021). As pautas também podem ser sugeridas pelas leitoras. “A gente recebe sugestões por e-mail, mas em breve a gente vai criar uma página no site com um formulário, de maneira bem transparente”, afirma.

Vê-se que a AzMina tem um ritmo de produção diferente do Lado M, propondo reportagens semanais, com prazo definido. Carolina pontua que a produção também é perpassada pelo financiamento. “A gente vai tentando encaixar os assuntos conforme consegue financiamento para certos projetos e a agenda do país evolui” (OMS, 2021). Essa é outra preocupação que não existe no Lado M, uma vez que o site não tem financiamento ou patrocínio de nenhuma instituição ou empresa. A única exigência de prazo é em relação às resenhas dos livros da Companhia das Letras que devem ser entregues para que a colaboradora possa requisitar outra obra.

As reportagens publicadas em AzMina costumam ser mais longas, com várias entrevistas e recursos como fotos, vídeos e infográficos. Isso pode contribuir para a leitura, gerando quebras no texto corrido e dando ao leitor informações complementares às que estão escritas.

Um recurso linguístico utilizado no site são as perguntas, que aproximam a leitora e criam conexões. No texto “Por que tantas mulheres odeiam suas bucetas?”, Helena Bertho escreve “Reparou que escrevi, a pedido da médica, lábios internos e

⁵⁵ Termo em inglês derivado da palavra *ghost*, que significa fantasma, e se refere ao término de um relacionamento sem explicações, quando uma das pessoas some sem entrar em contato com a outra ou justificar o término.

externos e não pequenos e grandes lábios?” (BERTHO, 2018a). O mesmo recurso é utilizado no texto “Relacionamento abusivo: 15 sinais de que você pode estar em um”, o qual começa com as questões “Você sabe o que é um relacionamento abusivo? Saberá identificar se alguém próximo (ou você mesma) está em um?” (BERTHO, 2018b). Esse recurso é utilizado, inclusive, nos títulos das reportagens. São 13 que trazem questões já nos títulos que, além de falar diretamente com quem lê, indica que o texto trará respostas para aquela ou aquelas perguntas.

Outro ponto interessante é o uso da primeira pessoa nos textos. O jornalismo tradicional evita essa inserção do autor, com a primeira pessoa do singular e, em vários textos, tanto de AzMina quanto do Lado M, é possível observar o uso da primeira pessoa, seja no singular seja no plural. No primeiro texto de Bertho (2018a) citado, por exemplo, ela coloca “reparou que **escrevi**” mostrando uma indicação da entrevistada para a produção da reportagem. Já em “Histórias de resistência para inspirar dias de luta”, Thais Folego usa o verbo na primeira pessoa do plural: “**Fomos**, então, buscar inspiração nas mulheres indígenas e negras, que resistem e lutam por direitos há mais de 500 anos” (FOLEGO, 2018a). Esse segundo caso, o uso do plural, é mais comum no jornalismo tradicional. Assim, é possível perceber algumas consonâncias com a prática jornalística mais convencional.

No Lado M foi possível perceber um uso maior. Isso pode acontecer por conta do site não ter um perfil tão profissional como AzMina. Não há, por exemplo, uma separação tão clara entre os textos que são opinativos e os que são reportagens, como acontece em AzMina. Em “Polarização política mostra lado machista da violência: a agressão à mulher”, que se encaixaria como reportagem por trazer dados, estudos, entrevistas e fazer uma análise sobre o cenário político, Carolina Pulice usa a primeira pessoa do singular no trecho “O último relato e que mais chamou **minha atenção** foi o da jornalista pernambucana, que foi agredida com um tipo de faca, e ameaçada de estupro” (PULICE, 2018a).

Outro ponto a se analisar sobre a produção é a escolha das fontes. Os dois sites dão preferência para fontes mulheres em suas reportagens. As participações de homens são muito pontuais. No Lado M, apenas dois textos trouxeram homens como fontes: “A luta contra a AIDS precisa continuar”, de Gabriella Feola (2018b), que falou com o professor Dr. Jorge Beloqui, fundador do grupo Todos Pela Vida e membro da Rede Nacional de Pessoas Soropositivas (RNP+); e “Polarização política mostra lado

machista da violência: a agressão à mulher”, de Carolina Pulice (2018a), que cita um estudo elaborado pelo professor Haroldo Ceravolo Sereza e traz ele mesmo como fonte da reportagem. Nos dois casos, eles aparecem como fonte por serem pessoas de interesse para o texto: como fundador do Grupo e como autor do estudo, não seria possível substituí-los por fontes mulheres.

Em AzMina, a participação de homens também é pouca, mas é maior do que no Lado M. No especial “Estado e religião: Uma relação tão antiga quanto promíscua” (VICENTIN; BERTHO; RIBEIRO, 2018), foram três homens ouvidos: Luiz Antônio Cunha, do Observatório da Laicidade do Estado, o professor Eurico dos Santos e Paulo Aguiar, do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Em alguns casos, a meu ver, as colaboradoras poderiam ter procurado uma mulher para falar sobre o assunto. Um desses casos é o texto “Por que tantas mulheres odeiam suas bucetas?” (BERTHO, 2018a) que tem como fontes uma antropóloga, uma médica ginecologista, uma terapeuta, uma designer, uma educadora sexual e um cirurgião plástico, Rodrigo Itocazo Rocha. Acredito que não haveria perda nenhuma se, ao invés de Rodrigo, a reportagem trouxesse uma cirurgiã plástica mulher. Porém, também é preciso considerar que há poucas profissionais cirurgiãs na medicina em geral (FRANCO; SANTOS, 2010), o que pode ter dificultado que as jornalistas encontrassem uma fonte que poderia colaborar para a reportagem.

Todos esses aspectos dizem sobre a forma como as pautas são pensadas e produzidas. Quando questionei Mariana Miranda, editora do Lado M, sobre a produção do site, ela disse que tem conteúdos bem diversos. “Reportagens, crônicas, artigos mais pessoais, relatos, resenhas, críticas de cinema. Acaba sendo algo bem, bem vasto mesmo” (MIRANDA, 2021). Como dito anteriormente, mesmo com gêneros textuais tão diversos, a editora incentiva que dados sejam trazidos para os textos, mesmo que sejam artigos de opinião ou relatos pessoais.

Já Carolina Oms, de AzMina, gostaria de tratar de temas mais leves, de comportamento, trazendo histórias mais positivas e inspiradoras. “Tem sido difícil com uma equipe pequena, sempre tem muitos assuntos que a gente acha que gostaria de falar. A gente nunca consegue encerrar o universo feminino em um site que publica reportagens semanais” (OMS, 2021). Como citado anteriormente, AzMina segue pautas mais quentes, ligadas a acontecimentos recentes, relacionadas principalmente à agenda política do país, que acabam entrando no lugar dessas

pautas mais leves. Em agosto de 2018, por exemplo, aconteceu uma votação pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação no Supremo Tribunal Federal (STF). O assunto, e não somente a votação, pautou muito o site: aborto foi tema principal de oito textos no período analisado.

No Lado M, apenas um texto trata do tema, mas não cita a votação. “Aborto: devemos legalizá-lo ou não?”, de Clara Dantas (2018a), traz a opinião da autora sobre o assunto. Sobre isso, Clara afirma que “esse é um texto focado nas minhas percepções pessoais; percepções estas que, se eu for visitá-lo novamente, verei que estão ultrapassadas, que não condizem mais com minhas ideias” (DANTAS, 2022).

4.3.2 #EleNão: os textos da editoria Política

Pelo período analisado abranger os meses pré, durante e pós eleições presidenciais, os textos com temática política apareceram em quantidade representativa nos dois veículos. A editoria Política de AzMina teve o maior número de reportagens publicadas no período, 13 de 23. No Lado M não há uma editoria específica, mas cinco textos utilizam as *tags*⁵⁶ “Eleições” e/ou “Política” divididos nas sessões Feminismo e Cotidiano, o que também foi um número expressivo dentro da quantidade de textos publicados. A sessão Feminismo do Lado M seria equivalente à sessão Política de AzMina, o que reflete a relação direta entre o movimento social e a ação na esfera política pública.

Assim como o jornalismo é predominantemente masculino, seja em sua linguagem seja em sua forma de representação (SILVA, 2010), a política também é comumente representada pela mídia tradicional como “homens, brancos, com instrução superior, ocupantes de cargos públicos eletivos ou de confiança” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 13). A mídia

Confirma, assim, as hierarquias e limites da política, reproduzindo e naturalizando compreensões restritas da democracia. A política surge como um espaço social diferenciado, inacessível aos “comuns” que são seus espectadores e que a intervalos periódicos são eleitores. (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 13)

⁵⁶ Ver Apêndice, Tabela II.

Mais uma vez, a imprensa feminista aparece como espaço no qual mulheres podem tratar de pautas que não se enquadram nessa política tradicional retratada nos grandes veículos de comunicação. Caberia, por exemplo, pesquisar – a nível de comparação – como a votação no STF sobre a liberação do aborto foi tratada por grandes veículos de imprensa.

Apesar da maioria dos textos tratarem de assuntos relacionados ao Estado, à democracia, ao poder representativo, algumas publicações fogem disso. O texto “Crespas fazem seus próprios cosméticos naturais para driblar desinteresse do mercado”, de Thais Folego (2018b), está inserido na editoria Beleza Pura, mas acompanha a *tag* Política⁵⁷. Nesses veículos, a forma de consumo, o modo de vida, as escolhas sobre seu próprio corpo são pautas políticas, pois envolvem uma “relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública” (PISCITELLI, 2009, p.136).

Essa concepção parte do pressuposto de que o pessoal é político, uma forma de mapear o patriarcado⁵⁸, “uma ideia global e unitária de poder” na qual as instituições são desenvolvidas em um “contexto de dominação masculina” (PISCITELLI, 2009, p. 136).

Ao mesmo tempo, esbarro na limitação das editorias, em tentar encaixar os assuntos em uma só. Por exemplo, uma reportagem sobre aborto cabe tanto em Política quanto em Saúde, assim como aquelas relacionadas à sexualidade. O texto “Mulher, solo e pobre: Por que a maioria das mães solo brasileiras vive abaixo da linha da pobreza?”, de Victória Damasceno (2018) foi publicado na editoria Dinheiro de AzMina, mas poderia estar em Política, assim como os textos “Aborto: devemos legaliza-lo ou não?”, de Clara Dantas (2018a), e “A rotina do assédio”, de Tatiana Luz (2018), que poderiam estar na sessão Feminismos do Lado M, mas foram publicados sem editoria.

Por ser um período próximo das eleições presidenciais, a grande parte dos textos traziam temas relacionados, porém com um olhar próximo das pautas

⁵⁷ Ver Apêndice, Tabela I.

⁵⁸ A autora Adriana Piscitelli (2009) afirma que o conceito de patriarcado trouxe problemas em relação às particularidades das mulheres de diferentes lugares e também em relação à metodologia, por ser um pensamento que universalizante sobre as formas de poder que incidem sobre diferentes mulheres em diferentes tempos históricos e espaços. O conceito surgiu como uma forma de explicar as origens e as causas da subordinação feminina, mostrando que, se há um início, há um fim, e é possível combatê-la.

feministas, como a presença de mulheres negras e indígenas nos espaços de poder, como seria um governo do então candidato Jair Bolsonaro para mulheres e outras minorias, motivos para não votar neste mesmo candidato e mulheres ocupando espaços na política pública.

No Lado M, a colaboradora Nathalia Marques publicou dois textos no período: “#Elassim: encontre uma candidata e vote em mulheres” (2018b) e “#EleNão: 5 vezes que ele foi declaradamente machista (com provas)” (2018a). Me chamou a atenção o uso das hashtags nos títulos, uma integração das campanhas que aconteciam nas redes e nas ruas com a produção jornalística.

Outros dois textos tratam da polarização política do período e das implicações disso para o cotidiano das mulheres. Em “Polarização política mostra lado machista da violência: a agressão à mulher”, Carolina Pulice (2018a) liga o fenômeno de polarização dos últimos anos no Brasil com a agressão às mulheres. Já Cris Santana faz um relato sobre sua experiência em se posicionar politicamente em “Eleições 2018: um relato sobre ódios e empatias”. Ela começa:

Eu, como mulher e lésbica, me senti na obrigação de tomar posição neste pleito eleitoral. Primeiro porque acredito que a omissão favorece o opressor, e também porque como pessoa que nasceu na democracia que me garantiu alguma (não toda, mas alguma) liberdade para ser mulher e lésbica, achei que por bem deveria lutar por ela. (SANTANA, 2018)

Cris termina seu texto com as hashtags #EleNão e #FascismoNão, mais uma vez mostrando essa inserção das campanhas à produção das colaboradoras, seja no título seja no corpo do texto. Neste último, também é possível perceber a inserção da própria autora na narrativa, usando a primeira pessoa do singular e se localizando como mulher e lésbica.

Como abordado anteriormente sobre a objetividade jornalística, é incomum ter tal abordagem na mídia tradicional. Ainda mais incomum é ter um veículo que peça, de forma clara, que as pessoas não elejam determinado candidato. Apesar de isso fazer com que a imprensa aparecesse ao público como imparcial, “capaz de falar sem se situar em uma posição social específica e, portanto, sem coincidir com interesses conflitivos” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 20), isso vem mudando nos últimos anos, com a crescente desconfiança do público para com a grande mídia, principalmente com grandes grupos como a Rede Globo.

Em AzMina, pela forma como as reportagens são feitas, foram mais textos publicados na editoria Política, como já citado. A editora Carolina Oms comenta que, além de levar em conta os financiamentos que AzMina recebe, a agenda do país também interfere na produção das reportagens. “Nesse momento de crise política, a gente tem falado muito de política e de violência doméstica, que são assuntos centrais” (OMS, 2021).

Já em julho de 2018 AzMina publicava o texto “Mulheres na política: 30% da grana do Fundo Eleitoral é suficiente?”, de Samanta Dias (2018). Por todo o semestre foram produzidos textos que trataram da urgência em pensar sobre o que poderia acontecer nas eleições que aconteceriam em outubro. Maria Martha Bruno escreveu, em agosto, “Como o feminismo e as mulheres podem influenciar as eleições de 2018” (BRUNO, 2018b) e “Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?” (BRUNO, 2018a), em setembro. Neste último, a autora traz o plano de governo do então candidato e os pontos relacionados às mulheres – ou a falta deles, além de conversar com apoiadoras de Bolsonaro. Ao contrário do Lado M, a reportagem de AzMina tenta mostrar os “dois lados” da história – apoiadores e contrários ao candidato – seguindo o modelo jornalístico mais tradicional. O posicionamento do veículo é claro, porém não tão escancarado, já que traz mais pessoas como fontes e mais dados.

Já no mês das eleições, outubro de 2018, os textos publicados trouxeram a representatividade de mulheres na política com os textos “Mulheres na política: A luta histórica pela voz”, do coletivo Fluxa (BARCIA; ALVES; PRESTES, 2018), “Maternidade e eleições: candidatas querem mais mães na política”, de Gabrielle Estevans (2018), “Mulheres negras usam estratégias de quilombo na política”, de Thais Folego (2018c). Depois da eleição de Jair Bolsonaro para presidente, AzMina fez um movimento parecido com o Lado M, falando sobre os planos da oposição.

A maior diferença entre os sites é a divisão editorial. AzMina deixa as reportagens – textos mais aprofundados, com várias fontes e dados – separados dos textos de Opinião, que são a maioria entre as publicações. Ao contrário do Lado M que não separa os textos em editorias mais tradicionais, como as que encontramos nos grandes jornais, por exemplo.

Nas colunas Divã d’AzMina, Meu nome não é Mãe, Tradição e feminismo e Rede Feminista de Juristas também foram publicados textos sobre o período eleitoral. Entre o primeiro e segundo turno das eleições presidenciais, Rebecca Souza (2018a) publicou o texto “Eleições: mesmo no medo houve vitórias”, em 17 de outubro, no qual ressalta as vitórias dos indígenas e populações tradicionais. “Sônia [Gua-jajara] foi minha companheira de Xingu Vivo, quando lutávamos contra uma hidrelétrica que até hoje mata e expulsa nossos parentes de suas terras históricas”, escreve.

Fazendo ou não essa distinção entre o que é reportagem e o que é opinião, é perceptível que a produção dos dois sites se dá de forma diferente da grande mídia. Há uma preocupação com o perfil das fontes, as pautas são construídas e discutidas coletivamente, levando em conta as experiências e identidades que atravessam cada colaboradora; e também pensando enquanto mulheres feministas.

4.3.3 Relatos: experiências que aproximam

Observando a produção dos dois sites, chama a atenção a quantidade de relatos, que às vezes são colocados na editoria Opinião, no caso de AzMina, ou nas sessões Cotidiano e Comportamento, no Lado M. No primeiro, 65% dos textos publicados estão na sessão Opinião, que depois se dividem em 10 subseções. Como já dito, o público percebe que é mais confiável saber que o jornalista produz suas reportagens a partir de um lugar específico e se colocar no texto aproxima quem lê de quem escreve. A colaboradora do Lado M, Thais Lombardi, explica que procura não influenciar o leitor, mas “colocar nossas impressões e experiências pessoais pode fazer com que o leitor se identifique” (LOMBARDI, 2022).

No Lado M, são oito relatos em primeira pessoa sobre temas diversos, inclusive política. Em um deles, “Aborto: devemos legalizar ou não?”, Clara Dantas relaciona sua orientação sexual e religião para levantar questões diferentes sobre o assunto e como as categorias se cruzam:

Se eu deixasse minha fé influenciar em questões que dizem respeito à sociedade como um todo, estaria me igualando à bancada religiosa fundamentalista do congresso nacional, que cotidianamente luta contra os direitos alcançados pela comunidade LGBT, por exemplo (e isso me inclui). (...) Por ser lésbica, não há como eu engravidar sem que isso esteja nos meus planos — a não ser, é claro, em caso de estupro. De toda forma, sejamos sinceros: ninguém quer manter o fruto de um abuso. Um lembrete

físico da violência sofrida. Só depois de passar por uma experiência tão perturbadora é que eu poderia decidir o que fazer. (DANTAS, 2018a)

Clara também escreve o texto “Crie seu próprio recomeço ainda hoje”, uma reflexão sobre períodos difíceis e resiliência. Depois dos acontecimentos de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente, o tom dos textos pós-outubro passa a ser reflexivo e resistente.

Digo isso porque coisas ruins aconteceram comigo ao longo de 2018. Durante um bom tempo, minha cabeça se manteve em pleno caos. Hoje, me vejo forte, organizando cada pensamento e o colocando em seu devido lugar. E se eu posso fazer isso, você também pode. (DANTAS, 2018b)

Sobre isso, a autora afirma, em entrevista, que prefere “abraçar a parcialidade” do que seguir uma imparcialidade jornalística que não existe.

Nenhum veículo é imparcial, porque sempre haverá interesses por trás. Então prefiro mil vezes abraçar a parcialidade, apresentando uma pessoa ou uma história real, para gerar conexão com o público; do que partir de uma “neutralidade”. Principalmente em questões relacionadas ao feminismo, acho importante nos colocarmos enquanto mulheres, trazendo nossa vivência para a pauta. (DANTAS, 2022)

Clara também diz que começou produzindo para o Lado M, mas, depois que começou a estudar sobre feminismo radical, ingressou em outro site, o QG Feminista⁵⁹, onde fala sobre lesbianidade.

O tom de reflexão e proximidade também aparece em “4 frases para enfrentar o que está por vir”, de Cris Chaim, que separa quatro frases que podem servir como “pequenas pílulas diárias”:

Esse texto é uma proposta para todas nós. Não quero falar de política, nem de partidos ou candidatos. Nesse momento dissertar, mesmo que mentalmente, sobre o que esse ou aquele candidato pode/poderia fazer não me levará a nada e só me deixará mais aflita. Quero usar meu tempo e palavras para dar um pouco de amor e esperança a quem possa ler esse texto. (CHAIM, 2018b)

Além de aproximarem, produções assim mostram que as pessoas não estão sozinhas na resistência a um governo que não se importa com os direitos das

⁵⁹ O site também está no Medium, no endereço <<https://medium.com/qg-feminista>>. Acesso em 22 mar. 2022.

mulheres e de outras minorias. É o lema “ninguém solta a mão de ninguém” na prática jornalística.

Outro texto que segue essa linha é “Mulheres Espíritas contra o abuso”, de Helena Vitorino, que trata das acusações de estupro e abuso sexual contra João de Deus⁶⁰. Nele, a autora faz um manifesto em nome das mulheres espíritas, mostrando a importância da união das mulheres em situações como essa. Assim como Clara Dantas, Helena fala sobre sua crença dentro de um contexto de violência.

Como mulheres, e como mulheres espíritas, não nos é plausível descartar que este escândalo ocorra justamente no seio de nossa doutrina para nos lembrar que o charlatanismo e os falsos-profetas podem habitar também nossas sessões de atendimento; e para nos alertar de que, apesar de sermos espíritas e confiarmos nas leis e na justiça de Deus, não podemos nos desobrigar de atender às leis dos homens, inclusive quando somos nós o alvo da questão investigada. (VITORINO, 2018)

A pauta do caso João de Deus também aparece em AzMina, mas com outra abordagem. Publicado na coluna Sobre sexo e outras coisas, o texto “Da virgem à puta, vítimas de abuso têm sua fala deslegitimada”, de Helena Bertho, fala sobre como as várias vítimas do médium tiveram suas denúncias desacreditadas. Se no Lado M, Helena Vitorino fala em nome das mulheres espíritas e como o caso afeta a religião e a crença, Bertho traz outro aspecto comum a várias mulheres que passam por situação de assédio ou abuso sexual.

Mais uma vez assistimos vítimas de abuso serem ameaçadas de ter seus passados escrutinados como forma de ver sua denúncia descredibilizada. A diferença é que dessa vez não é uma ou duas mulheres, são mais de 500 mulheres denunciando João de Deus, que nega as acusações. (BERTHO, 2018c)

Outra situação de assédio que foi tratada nos dois sites aconteceu com Claudia Leitte e Silvio Santos no Teletom, em novembro de 2018. Ao entrar no palco do programa, o apresentador se recusou a abraçar Claudia, porque, segundo ele “esse negócio de ficar dando abraço me excita e eu não posso ficar excitado” (BERTHO, 2018d). Também publicado na coluna de Helena Bertho, o texto “Silvio

⁶⁰ Em dezembro de 2018, diversas denúncias de abuso e assédio sexual foram feitas contra João Teixeira de Faria, o médium João de Deus. Os crimes aconteciam em atendimentos na casa Dom Inácio de Loyola em Abadiânia, Goiás. João aproveitava a vulnerabilidade das vítimas e sua posição de poder para praticar por mais de 20 anos diversos crimes.

Santos não provocou polêmica, ele assediou Claudia Leitte” chama a atenção para como o caso foi tratado pela imprensa que usou as palavras “polêmica”, “constrange”, “cantada vulgar” e não “assédio” ou “abuso” em suas manchetes.

(...) meu primeiro pensamento foi de “eu não acredito que ainda temos que falar o que é assédio”. Mas ao ver a reação geral, as notícias que saíram e os comentários, percebo que sim, ainda precisamos falar muito disso. Não só pela atitude do senhor, mas pela forma como ela está sendo encarada. (BERTHO, 2018d)

O texto “Telespectadores de Silvio Santos, uni-vos contra seu machismo!”, de Carolina Pulice para o Lado M, traz o fato, a solidariedade de diversos artistas com Claudia, o que ela disse sobre o acontecimento e chama os telespectadores do SBT para fazerem um boicote à emissora.

Permitir que um homem milionário e influente continue fazendo afirmações ofensivas e agressivas contra mulheres, meninas e mães de famílias é deixar que a violência contra as mulheres entre nas nossas casas, e permaneçam em nosso inconsciente. (PULICE, 2018b)

Nos dois casos as autoras usam de suas experiências como mulheres e falam em primeira pessoa, conversando com as leitoras e leitores dos sites. Em AzMina, isso aparece em grande quantidade na sessão Opinião: 38 textos são escritos na primeira pessoa e 29 trazem experiências das próprias autoras. A coluna Divã d’AzMina ocupa esse lugar de suprir a demanda de espaço para as leitoras ou colaboradoras contarem suas histórias. Carolina Oms, editora do site, explica como os textos são publicados.

A sessão Divã funciona conforme é possível. Às vezes as pessoas mandam sugestões de depoimentos das mulheres que querem contar suas histórias, às vezes a gente conhece uma pessoa que tem uma história interessante a gente a incentiva a escrever e às vezes a gente ouve falar de uma história muito legal, entrevista e escreve num formato de Divã. Essa terceira opção é um pouco mais rara porque exige um trabalho maior da equipe e como a equipe é pequena nem sempre a gente consegue fazer isso, mas seria o mais legal porque é quando a gente tem maior produção. (OMS, 2021)

A colaboradora Paula Silva conta que começou no site fazendo reportagens e artigos. O primeiro foi sobre a importância da representatividade na literatura para crianças e, o mais marcante, foi sobre a morte de Marielle Franco e como isso impactaria na candidatura de mulheres negras no ano de 2018. “Eu

confesso que foi um privilégio fazer essa reportagem, falando sobre uma figura tão importante para nós como é a Marielle”, afirma. A reportagem “Negras na política: Por que Marielle era única?” (SILVA, 2018b) foi publicada em 21 de março daquele ano, fazendo uma análise de como a distribuição desigual dos recursos e o racismo afetam as campanhas de mulheres negras. Depois, em julho de 2018, ela contribuiu para a coluna Divã d’AzMina com o texto “Sobre ser a única negra em diversos lugares” (SILVA, 2018a).

O fato de você ser uma única mulher negra nos lugares é um negócio que te persegue assim ao longo da sua vida. Na área de comunicação não é diferente. Eu agora no Quebrando o Tabu⁶¹, só tem eu e uma outra menina negra na equipe. Então é um bagulho que eu vou continuar vendo para o resto da minha vida. (SILVA, 2021)

A experiência de Paula é comum às mulheres negras, que muitas vezes se veem sozinhas nos diferentes ambientes em que circulam. A colaboradora Rebecca Souza, que assina a coluna Tradição e Feminismo, também fala sobre isso em entrevista.

Meu pai sempre teve uma boa condição econômica, então era a única negra no colégio. Mesmo em uma cidade como Belém, onde as pessoas têm uma grande ascendência indígena, eu ainda era a única negra, que tinha a pele mais escura, então eu era alvo de bullying. (SOUZA, 2021)

Filha de mãe branca e pai negro, ela trata sobre suas origens no texto “Cigana e negra, ambos são meus lugares de fala”, no qual também traz a questão de não ser lida nem como negra nem como cigana, dependendo do contexto em que está inserida.

Quando falamos de Brasil ainda esbarramos no colorismo, que diz que sou “morena, parda, marrom bombom” e tantos outros eufemismos. O que poucos sabem é que meu pai é um militante histórico do movimento negro. É pela parte materna que tenho ascendência Romena e Cigana. Quando olho a região norte do Brasil, onde vivo, vejo indígenas que seriam lidos como negros em outros lugares, pois na nossa região houve a reunião desses dois povos. Com isso temos os afroindígenas. Recentemente as gerações mais jovens começaram a se apropriar dessa identidade como o símbolo máximo do nosso “Sangue Cabano” (revolução popular ocorrida em Belém denominada de Cabanagem, protagonizada por negros e índios que moravam em cabanas). (SOUZA, 2018b)

⁶¹ O Quebrando o Tabu, diferente dos sites analisados, não se diz um veículo de imprensa. Ele tem páginas nas principais redes sociais – Facebook, Instagram, YouTube e Twitter – e não tem um site ou blog onde concentra as produções.

Em entrevista, ela fala sobre como vê essas categorias articuladas no Brasil. “Aqui a gente sempre tem aquela questão: você era branco, era negro ou era pardo. Eu comecei a me desconstruir quando comecei a andar com ativistas negras” (SOUZA, 2021). Ela acredita que fora do país as pessoas são reconhecidas por suas etnias e não pela raça.

Seja falando no singular ou no plural, os relatos desmancham a linha que separa a jornalista da leitora e mais, desmancham os padrões de gênero jornalístico que, assim como Rebecca sente em relação à raça, colocam as produções em caixinhas a partir de algumas características comuns.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando fiz o projeto para essa pesquisa, meu objetivo analisar o perfil das colaboradoras e suas produções para dois veículos de imprensa feminista. Com o tempo, percebi que vários problemas atravessam essas questões e, assim, passei a pensar em como elas se inserem na organização do movimento feminista e no jornalismo. Depois de mais de dois anos pesquisando, conversando com elas e escrevendo sobre, percebi que vários fatores contribuem para que essas mulheres produzam de determinada forma. Fatores esses que transcendem suas identidades de gênero, suas raças, classes sociais, formações acadêmicas; e que ressoam o que o feminismo interseccional propõe.

O jornalismo enquanto prática foi muito afetado pela introdução dos computadores nas redações, pelo crescimento das redes sociais e também pela própria gestão das empresas que mantiveram seus negócios atrelados à publicidade e assinantes. Ao mesmo tempo em que proporcionam possibilidades novas, também há desafios que precisam ser superados, tanto pela imprensa tradicional quanto pela imprensa alternativa.

Através dos dados coletados e da análise, percebi que os dois sites conseguiram aproveitar essas mudanças de forma estratégica, apesar de problemas muito sérios que ainda precisam ser considerados, principalmente em relação à falta de remuneração das profissionais e de vínculo empregatício.

Porém, nunca tive o intuito de diminuir a importância desses veículos de imprensa feminista, mas sim de mostrar que o caminho ainda é longo. Senti uma urgência quando me deparei com os dados: não há nenhuma ou poucas mulheres de regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste; mulheres trans, lésbicas e bissexuais; mulheres negras e pardas colaborando com os veículos. Porém, como diz Heleieth Saffioti (2015) em relação ao livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, criticado por muitas estudiosas, usamos os conhecimentos que dispomos naquele momento histórico e contexto social no qual estamos inseridos. Quando Carolina, Mariana e as outras muitas mulheres se juntaram para criar a revista *AzMina* e o portal *Lado M*, elas utilizaram de ferramentas e conhecimentos que estavam ao seu alcance naquele momento.

Além disso, a produção jornalística alternativa reflete a tradicional e, mesmo buscando novos caminhos, ainda encontra barreiras. Em uma apresentação⁶² que fiz de parte dos dados coletados, a pesquisadora Josemira Reis⁶³ fez o questionamento, “Mas se houvessem colaboradoras transsexuais, de que regiões elas seriam?”. Muito possivelmente, do Sul ou Sudeste, já que o problema da transfobia vai além das questões apresentadas nesta pesquisa, por exemplo. Eu, sendo uma mulher branca, nascida e criada no interior de São Paulo, heterossexual e cisgênero, me questionei em vários momentos se minha pesquisa era válida e quais seriam as contribuições que eu poderia dar ao campo.

Enquanto pesquisava, continuei escrevendo para o Lado M e, apesar de poucas colaborações, quando escrevia, pensava sobre as questões postas aqui e como poderia levar isso para as outras autoras e para as fundadoras. Acredito que um diálogo aberto, assim como a divulgação da dissertação, será fundamental para apresentar os pontos que acredito serem mais preocupantes e também para propor pensarmos juntas as alternativas para eles.

Percebi que, com o tempo, os sites foram aprimorados, outras colaboradoras começaram a escrever e trazer demandas diferentes que, a princípio, não haviam sido consideradas. Quando Mariana diz que passaram a fazer reuniões de pauta online para que todas pudessem participar ou quando Carolina afirma que querem ter paridade entre mulheres brancas e não-brancas em cargos de chefia, são as mudanças acontecendo na prática.

De 2014 para cá, época de fundação dos sites, o Brasil passou por um golpe, elegeu um presidente declaradamente contra os direitos humanos, das mulheres e da comunidade negra e LGBTQIAP+ e passará, em 2022, por outra eleição presidencial extremamente complexa e com uma população muito dividida.

É nesse contexto que, tanto AzMina quanto o Lado M, existem e resistem, produzindo conteúdo jornalístico de qualidade, trazendo dados, experiências de vida,

⁶² Apresentação feita no evento Encontros no Labirinto – Jornalismo, gênero e poder, do Laboratório de Estudos Socioantropológicos sobre Tecnologias da Vida (Labirinto) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=NENPHMSoUcw&t=3845s>>.

⁶³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (PPGCOM/UFBA), mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e vinculada ao Grupo Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@).

quebrando padrões do jornalismo tradicional, sejam relacionados aos gêneros textuais sejam relacionados à escrita. Embaçam a linha que separa reportagem do texto opinativo, fazem uma produção situada e explodem as caixinhas do jornalismo tradicional.

São também espaços de divulgação dos feminismos, pautando assuntos que nem sempre são cobertos pela mídia tradicional ou, quando são, tem outro enfoque. Além disso, trazem experiências que podem servir de modelo para que mulheres criem seus próprios projetos, refletindo sobre outras formas de financiamento e de produção, pensando em um jornalismo situado e político (HARAWAY, 2009). Começo a pesquisa com algumas perguntas e termino com outras, que podem se desdobrar em pesquisas acadêmicas e em produções jornalísticas futuras.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDIN, Latifa. Bots and fake news: the role of WhatsApp in the 2018 Brazilian Presidential election. **Graduate conference & art exhibition**, [S.L.], v.41, n.1, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://iscs-conference.com/wp-content/uploads/2019/10/ISCS_2019ConferenceProceedings.pdf#page=3. Acesso em 25 out. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020. 152 p. (Feminismos Plurais).

ALBUQUERQUE, A. **As três faces do quarto poder**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG. Belo Horizonte, MG, jun. 2009.

ALMEIDA, Alda Rosana Duarte de; TERRA, Camyla; SANTINI, Rose Marie. FEMINISMO 2.0: a mobilização das mulheres no brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais - primeiroassedio. **P2P e Inovação**, [S.L.], p. 148-164, 2014. P2P & INOVACAO. <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2016v3n1.p148-164>.

ALONSO, Ana Polo. La comunicaci3n como arma do desarrollo? Una mirada desde el punto de vista de las mujeres. In: MARCESSE, Silvia Chocarro (Coord.) **Nosotras en el pa3s de las comunicaciones**. Mirada de Mujeres. Barcelona: Icaria Editorial/ACSUR-LAS SEGOVIAS, 2007. p. 161-175.

ALVAREZ, Sonia. Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. **Development**, n. 52, Vol. 2, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

ARAÚJO, Daniela Camila de; MANICA, Daniela Tonelli; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnopolíticas de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 59, p. 1-7, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202000590000>.

_____; OLIVEIRA, Débora Prado de; KANASHIRO, Marta Mourão. Tecnologias, infraestruturas e redes feministas: potências no processo de ruptura com o legado colonial e androcêntrico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 59, p. 1-34, 2020. FapUNIFESP (SciELO).

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019, 128 p.

BARCIA, Bárbara. ALVES, Cláudia. PRESTES, Fernanda. **Mulheres na política: A luta histórica pela voz.** 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-na-politica-a-luta-historica-pela-voz/>. Acesso em 21 mar. 2022.

BARROS, Thiane Neves. Estamos em Marcha!: escrevendo, agindo e quebrando códigos. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos.** São Paulo: Literarua, 2020, p. 197-214.

BARSTED, Leila Linhares; MIRANDA, Dayse; PITANGUY, Jacqueline. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: BARSTED, Leila Linhares; MIRANDA, Dayse; PITANGUY, Jacqueline. (orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil.** São Paulo: UNIFEM, 2006.

BBC. **'SlutWalk' marches sparked by Toronto officer's remarks.** 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-13320785>. Acesso em: 06 maio 2021.

BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code.** Medford: Polity Press, 2019.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Quem é o jornalista brasileiro?** Perfil da profissão no país. PPGSP - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2013. Disponível em <https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em 13 jan. 2021.

BERTHO, Helena. **Por que tantas mulheres odeiam suas bucetas?.** 2018a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/por-que-tantas-mulheres-odeiam-suas-bucetas/>. Acesso em 20 mar. 2022.

_____. **Relacionamento abusivo: 15 sinais de que você pode estar em um.** 2018b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/relacionamento-abusivo-15-sinais-de-que-voce-pode-estar-em-um/>. Acesso em 20 mar. 2022.

_____. **Da virgem à puta, vítimas de abuso têm sua fala deslegitimada.** 2018c. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/da-virgem-a-puta-vitimas-de-abuso-tem-sua-fala-deslegitimada/>. Acesso em 20 mar. 2022.

_____. **Silvio Santos não provocou polêmica, ele assediou Claudia Leite.** 2018d. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/silvio-santos-assedio-claudia-leite/>. Acesso em 20 mar. 2022.

BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 23-42.

BRAS, Avatar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 26, p. 329-376, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332006000100014>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm >. Acesso em: 04 abr. 2021.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL DE FATO (ed.). **Em São Paulo, Angela Davis pede valorização de feministas negras brasileiras**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/20/em-sp-angela-davis-pede-valorizacao-de-feministas-negras-brasileiras>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRUNO, Maria Martha. Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?. 2018a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/eleicao-de-bolsonaro-para-as-mulheres/>. Acesso em 8 jul. 2021.

_____. **Como o feminismo e as mulheres podem influenciar as eleições em 2018**. 2018b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/em-quem-votar-nas-eleicoes-2018-voto-feminino-sera-decisivo/>. Acesso em 21 mar. 2022.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 245 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. USP.

CASTAÑO, Cecilia. **La Segunda Brecha Digital**. Madrid: Cátedra/PUV, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar, 2017, 294 p.

CHAIM, Cris. **Por trás do Ghosting: o fenômeno do desaparecimento dos crushs**. 2018a. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/o-incr%C3%ADvel-fen%C3%B4meno-do-desaparecimento-dos-crushs-896bbe32c8d7>. Acesso em 21 mar. 2022.

_____. **4 frases para enfrentar o que está por vir**. 2018b. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/sobre-perdoar-e-esquecer-502a4a33a927>. Acesso em 21 mar. 2022.

CHAMBERS, Debora; STEINER, Linda; FLEMING, Carole. 'One of the boys?' Women's experience of the glass ceiling. In: CHAMBERS, Debora; STEINER, Linda; FLEMING, Carole. **Women and journalism**. London: Routledge, 2004, p. 72-90.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v.5, n.2, p.1-20, 2005. Disponível em <http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31137/18227>. Acesso em 04 abr. 2021.

_____; SARDENBERG, Cecília Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Cláudia de Lima. **O tráfico do gênero**. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 11, p. 127–140, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634468>. Acesso em: 17 jun. 2022.

COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 43-60.

COSTA-MOURA, Fernanda. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. In: **Ágora**, v. XVII, Rio de Janeiro: 2014.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, [S.L.], v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1229039>.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

CUNHÃ, Coletivo Feminista. **Grupos de mulheres da Paraíba: retalhos de uma história**. João Pessoa: Textoarte Editora, 2001.

DAMASCENO, Victória. **Mulher, solo e pobre: Por que a maioria das mães solo brasileiras vive abaixo da linha da pobreza?**. 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/por-que-a-maioria-das-maes-solo-brasileiras-vive-abaixo-da-pobreza/>. Acesso em 18 mar. 2022.

DANTAS, Clara. **Aborto**: devemos legalizá-lo ou não?. 2018a. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/aborto-devemos-legaliz%C3%A1-lo-ou-n%C3%A3o-e30b1b52b1e8>. Acesso em 18 mar. 2022.

_____. **Crie seu próprio recomeço ainda hoje**. 2018b. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/crie-seu-pr%C3%B3prio-recome%C3%A7o-ainda-hoje-a334dc532ea6>. Acesso em 18 mar. 2022.

_____. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. 2022.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em 12 jan. 2021.

DEMENECK, Ben-hur. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DIANI, Mario. The Concept of Social Movement. **The Sociological Review**, v.40, n. 1, p. 1–25, 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>

DIAS, Samanta. **Mulheres na política**: 30% da grana do Fundo Eleitoral é suficiente?. 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-na-politica-2/>. Acesso em 19 mar. 2022.

DUARTE, Constância Lima. A história possível: imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX. In: DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX - Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 13-30.

_____. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-51.

EQUIPE AZMINA. **Campanhas d’AzMina ganham cinco troféus em Cannes**. 2017. Disponível em: <https://azmina.com.br/2017/06/campanhas-dazmina-ganham-dois-leoes-em-cannes/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

EL PAÍS (ed.). **Primavera Feminista no Brasil**. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html. Acesso em: 23 mar. 2021.

ESTEVANS, Gabrielle. **Maternidade e eleições**: candidatas querem mais mães na política. 2018. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/maternidade-e-eleicoes-candidatas-querem-mais-maes-na-politica/>. Acesso em 8 jul. 2021.

FAULKNER, Wendy. FAULKNER, Wendy. The technology question in feminism. **Women'S Studies International Forum**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 79-95, jan. 2001. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395\(00\)00166-7](http://dx.doi.org/10.1016/s0277-5395(00)00166-7).

FEOLA, Gabriella. **Vaginismo, uma dor pouco conhecida**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/vaginismo-a-dor-pouco-conhecida-que-afeta-muitas-mulheres-2fec4fe23517>. Acesso em 19 mar. 2022.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminisms on the web: lines and forms of action in contemporary feminist debate. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 44, p. 199-228, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>.

FOLEGO, Thais. **Histórias de resistência para inspirar dias de luta**. 2018a. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/historias-de-resistencia-para-inspirar-dias-de-luta/>. Acesso em 20 mar. 2022.

_____. **Crespas fazem seus próprios cosméticos naturais para driblar desinteresse do mercado**. 2018b. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/crespas-fazem-seus-proprios-cosmeticos-naturais/>. Acesso em 20 mar. 2022.

_____. **Mulheres negras usam estratégias de quilombo na política**. 2018c. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-usam-estrategias-de-quilombo-na-politica/>. Acesso em 20 mar. 2022.

FRANCO, Talita; SANTOS, Elizabeth Gomes dos. Mulheres e cirurgiãs. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 072-077, fev. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-69912010000100015>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912010000100015>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Direitos das mulheres**: as lutas dos movimentos feministas desde a redemocratização e seus resultados. Disponível em: https://linhasdotempo.fundacaofhc.org.br/direito-das-mulheres/?gclid=Cj0KCQIAuP-OBhDqARIsAD4XHpf3VpMxueKwh3eF924JANcqhVv5FOfVmbwMS2PmZSJE6a-3umq30aApafEALw_wcB. Acesso em 13 jan. 2022.

GALLOWAY, Alex. **A Report on Cyberfeminism**: sadie plant relative to vns matrix. Sadie Plant relative to VNS Matrix. 1998. Disponível em: <https://vnsmatrix.net/wordpress/wp-content/uploads/a-report-on-cyberfeminism-sadie-plant-relative-to-vns-matrix-alex-galloway-switch-journal-issue-9-june-14-1998-online-journal.pdf>. Acesso em 18 maio 2021.

GAY LATINO. **Manual de Comunicação LGBTI+**. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 1987. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2008. E-book (não paginado). Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4118319/mod_resource/content/1/Neuromancer%20-%20William%20Gibson.pdf. Acesso em 5 jul. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 433-447, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922014000200007>.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, **Ciências Sociais Hoje**, 2. ANPOCS, 1983, p. 223-244.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e Resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 47-68, 30 dez. 2017. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/cef-v30n2-2017-3>.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal o estado de s. paulo. **Dimensões**, [S.L.], v. 1, n. 40, p. 199, 26 jun. 2018. Revista Dimensões. <http://dx.doi.org/10.23871/dimensoes-n40-17905>.

GURUMURTHY, Anita. Decir “no” a una sociedad de la información de segunda mano: la brecha digital, el género y el desarrollo. In: MARTINEZ BARRIENTOS, Félix. **Know How y ciudadanía, nuevas tecnologías de la comunicación y la acción de las mujeres en el siglo XXI**: México: Unifem, Universidad Autónoma de México, 2009, p. 125-143.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: A construção da perspectiva de gêneros no Jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2019a. 268 p. (Jornalismo a Rigor).

_____. Conhecimentos localizados no jornalismo: uma proposta de sentido de objetividade que potencialize os projetos feministas. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019b. p. 1 - 14. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1290-1.pdf>. Acesso em 20 fev. 2020

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro (trad.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009.

_____. O Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-212.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is "strong objectivity"?. **The Centennial Review**, East Lansing, v. 36, n. 3, p. 437-470, set. 1992.

_____. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo de Sandra Harding. **Em Construção**, [S.L.], n. 5, p. 143-162, 7 jun. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.41257>.

HARTSOCK, Nancy C. M. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. P. (ed.). **Discovering Reality**: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science. New York: Springer Netherlands, 1983. p. 283-310.

HILL COLLINS, Patricia. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. p. 271-312.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e Impasses**: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

_____. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 11-23.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. São Paulo: Elefante, 2018.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019, 380 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Tecnologia da Informação e Comunicação. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso em 9 jul. 2020.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em 9 jul. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em 9 jul. 2021.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula Melani. O jornalismo independente e o empoderamento do discurso de gênero nas mídias digitais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: WWC, 2017. p. 1-14. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497722193_ARQUIVO_KIKUTI-ROCHAFazendoGenero.pdf. Acesso em 15 dez. 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991. 399 p.

KYRILLOS, Gabriela M.. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>.

LAGO, Claudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está?. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life, 2018. p. 124-140.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p.

LIMA, Dulcilei C.; OLIVEIRA, Taís. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 59,

p. 1-33, 2020. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/18094449202000590006>.

LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista 2021**. RETIJ/SBPJOR – Rede de Estudos Trabalho e Identidade dos Jornalistas, 2021. Disponível em <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2021/11/2021-11-12-Sum%C3%A1rio-Executivo-19%C2%BA-Encontro-da-SBPJor-RETIJ-VFINAL-REVISADA-2.pdf>. Acesso em 15 mar. 2022.

LOMBARDI, Thais. **Os Números do Amor e o autismo feminino**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/os-n%C3%BAmeros-do-amor-e-autismo-feminino-879fb6147869>. Acesso em 19 mar. 2022.

_____. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. 2022.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019a. p. 235-236.

_____. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019b. p. 238-249.

LUZ, Tatiana. **A rotina do assédio**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/a-rotina-do-ass%C3%A9dio-4d1cf8d6eec>. Acesso em 18 mar. 2022.

MARQUES, Nathalia. **#EleNão: 5 vezes que ele foi declaradamente machista (com provas)**. 2018a. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/5-vezes-que-bolsonaro-foi-declaradamente-machista-com-provas-d7796a60ab64>. Acesso em 8 jul. 2021.

_____. **#Elassim: encontre uma candidata e vote em mulheres**. 2018b. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/precisamos-de-uma-bancada-combativa-no-congresso-voteemmulheres-475f78e5d6d7>. Acesso em 17 mar. 2022.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus Editorial, 2014. E-book (não paginado). Disponível em <https://pt.scribd.com/book/405824587/Ciencia-e-jornalismo-Da-heranca-positivista-ao-dialogo-dos-afetos>. Acesso em 30 jun. de 2021.

MELO, Isabelle Anchieta de. **A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade**. 2018. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/melo-isabelle-intersubjectividade.pdf>. Acesso em 13 jan. 2021.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. Métiis: história & cultura**, v. 6, n. 12, 2007.

MIGUEL, Ana de; BOIX, Montserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013. p. 39-76.

MINAS, Estado de. **Doca Street, assassino de Ângela Diniz, morre aos 86**. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/19/interna_gerais,1222250/doca-street-assassino-de-angela-diniz-morre-aos-86.shtml. Acesso em 23 fev. 2021

MIRANDA, Cynthia Mara; BITAR, Marina Parreira Barros. Think Olga: reflexiones sobre el protagonismo ciberfeminista en brasil. **Hachetetepe. Revista Científica de Educación y Comunicación**, [S.L.], v. 1, n. 18, p. 15-38, 2019. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cadiz. <http://dx.doi.org/10.25267/hachetetepe.2019.v1.i18.4>.

MIRANDA, Mariana. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. 2021.

MULHERES, Marcha Mundial das. **Nossa história**. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: 17 maio 2021.

MUZART, Zahidé. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). **História da Literatura: teorias, temas e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, 504 p.

NATANSOHN, Graciela. Introdução: que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero?. In: NATANSOHN, Graciela (org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013. p. 15-38.

NESMITH, Meghan. **The Psychology of Ghosting and Why People Can't Stop Doing It**. 2018. Disponível em: <https://repeller.com/why-people-ghost/>. Acesso em: 08 mar. 2022.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 01-33, 01 jan. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 17 jun. 2022.

NOJOSA, Urbano Nobre. Da rigidez do texto à fluidez do hipertexto. In: FERRARI, Pollyana (Org.). **Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 89-99.

NOTÍCIA, Atlas da. **Digital reduz desertos de notícia**. 2021. Disponível em: <https://docs.google.com/presentation/d/e/2PACX-1vR-f5IMNo->

MDPTZtQGLEmienJCFfkAxmqpRuL6lpg5o_g6vE9WnMuEu94wn0DeDspft7BGQNP
xlvToC/pub?start=false&loop=false&delayms=3000. Acesso em: 20 maio 2021.

O ESTADO DE S. PAULO (ed.). **Uma escolha muito difícil**. 2018. Disponível em:
<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-escolha-muito-dificil,70002538118>.
Acesso em: 07 jul. 2021.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou Profissionalização de Gênero?:**
um estudo comparativo na imprensa feminista do brasil, da argentina e do chile (1981-
1996). 2019. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Programa de Pós-
Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OMS, Carolina. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. 2021.

OYEWUMI, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano
para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, 324
p.

PEREIRA, Ligia Tesser. "As mulheres são maioria nos cursos e isso faz com que mais
e mais mulheres entrem no mercado de trabalho, mas essa entrada não é totalmente
igualitária, infelizmente". **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S.L.], v. 6, n. 2, p.
229-238, dez. 2019. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
<http://dx.doi.org/10.5212/revistapautageral.v.6.i2.00010014>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo,
enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa.
Revista Estudos Feministas, n. especial, 1994. p. 256-270.
<https://doi.org/10.1590/%25x>.

_____. **Uma breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação
Perseu Abramo, 2003. 119 p.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan
(Org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP,
2002, p. 7-41.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes
brasileiras. **Sociedade e Cultura**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 263-274, 18 dez. 2008. Univer-
sidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>.

_____. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.).
Diferenças, igualdade. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 89-108.

PULICE, Carolina. **Polarização política mostra lado machista da violência: a agressão à mulher**. 2018a. Disponível em: https://medium.com/lado-m/polariza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-mostra-lado-machista-da-viol%C3%A2ncia-a-agress%C3%A3o-%C3%A0-mulher-4691b8f95fa6?source=collection_category---4-----4-----. Acesso em 20 mar. 2022.

_____. **Telespectadores de Silvio Santos, uni-vos contra seu machismo!**. 2018b. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/telespectadores-de-silvio-santos-uni-vos-contra-seu-machismo-60982684d652>. Acesso em 20 mar. 2022.

RAMOS, Sílvia. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, dez. 2004.

REGER, Jo. Debating US Contemporary Feminism. **Sociology Compass**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 43-51, jan. 2014. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/soc4.12118>.

REIS, J. Feminismo por hashtags: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis**, p. 1-13, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017, 114 p.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. **A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez**. 2018. Disponível em: <https://estudosetnicosraciais.files.wordpress.com/2018/04/264872160-a-perspectiva-interseccional-de-lelia-gonzalez.pdf>. Acesso em 09 jan. 2021.

_____; SOTERO, Edilza. Apresentação: gênero em perspectiva interseccional. **Plural**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 1-10, 5 jul. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.159740>.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Júlia Dias; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 29 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 12, p. 157-163, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>. Acesso em 23 mar. 2022.

SANTANA, Cris. **Eleições 2018**: um relato sobre ódios e empatias. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/elei%C3%A7%C3%B5es-2018-um-relato-sobre-%C3%B3dios-e-empatias-882377b0e7ff>. Acesso em 21 mar. 2022.

SANTOS, Heloisa Souza dos. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista**: análise do Think Olga e Revista AzMina. 2019. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190669/santos_hs_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 15 dez. 2021.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila; MIGUEL, Katarini Giroldo. Perspectivas digitais na produção de conteúdo jornalístico feminista: plataformas e estratégias da revista azmina1. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0392-1.pdf>. Acesso em 15 dez. 2021.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0**: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). 2017. 220 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SCHANDER, G.B.; BERTASSO, Daiane. Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 32-52, dez. 2019. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/revistapautageral.v.6.i2.0003>.

SCHANDER, Gabriela. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo**: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da revista AzMina. 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229100/PJOR0165-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em 15 dez. 2021.

SCHLINDWEIN, Ana Flora. **Dos periódicos oitocentistas ao ciberfeminismo**: a circulação das reivindicações feministas no Brasil. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Divulgação Científica e Cultural, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-82.

SILVA, Bibiana Garcez da. **O jornalismo alternativo atento às mulheres: uma análise dos portais brasileiros Revista AzMina e Gênero e Número**. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo e Comunicação, Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/93648/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Bibiana%20Garcez_Reposit%c3%b3rio.pdf. Acesso em 15 de dez. 2021.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia**, 2010. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920041351/pdf_950.pdf. Acesso em 04 abr. 2021.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em 30 de set. 2021.

SILVA, Paula. **Sobre ser a única negra em diversos lugares**. 2018a. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/sobre-ser-a-unica-negra-em-diversos-lugares/>. Acesso em 05 jul. 2021.

_____. 2018b. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/os-negras-na-politica-entenda-porque-marielle-era-unica/>. Acesso em 22 mar. 2022

_____. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. 2021.

SILVA, Tarcízio. Apresentação. In: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Literarua, 2020. p. 9-12.

SILVA, Valéria Calvi Amaral. Da interseccionalidade ao movimento feminista: uma tentativa de conceituação do feminismo enquanto movimento social. **Encuentro Latinoamericano**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 108-123, dez. 2016. International Association for Political Science Students. <http://dx.doi.org/10.22151/ela.3.2.6>.

SILVEIRA, S. A.. **Game-ativismo e a nova esfera pública interconectada, Líbero (FACASPER)**. 2009, v. 12, pp. 131-138.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e a inserção das mulheres no espaço público: imprensa, educação e feminismo no Brasil oitocentista. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (org.). **Memória Feminina: mulheres na história história das mulheres**. Recife: Editora Massangana, 2016. p. 98-109. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp->

content/uploads/2017/03/Mem%C3%B3ria-feminina-mulheres-na-hist%C3%B3ria-hist%C3%B3ria-de-mulheres.pdf. Acesso em 19 fev. 2021.

SOUZA, Rebecca. **Eleições**: mesmo no medo houve vitórias. 2018a. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/eleicoes-mesmo-no-medo-houve-vitorias/>. Acesso em 18 mar. 2022.

_____. **Cigana e negra, ambos são meus lugares de fala**. 2018b. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/cigana-e-negra-ambos-sao-meus-lugares-de-fala/>. Acesso em 18 mar. 2022.

_____. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. 2021.

STEENSEN, Steen; WESTLUND, Oscar. **What is digital journalism studies?** Londres: Routledge, 2020.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013. 312 p.

TONON, Rafael. **Faça sua revolução na internet**. 2012. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT291100-17773,00.html>. Acesso em 02 abr. 2021.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2a. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 74-90.

VALOR (ed.). **‘New York Times’ anuncia apoio a duas pré-candidatas democratas à Presidência**. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/01/20/new-york-times-anuncia-apoio-a-duas-pre-candidatas-democratas-a-presidencia.ghtml>. Acesso em: 07 jul. 2021.

VERGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VICENTIN, Carolina; BERTHO, Helena; RIBEIRO, Larissa. **Estado e religião: Uma relação tão antiga quanto promíscua**. 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/estado-e-religiao-uma-relacao-tao-antiga-quanto-promiscua/>. Acesso em 27 mar. 2022.

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 1134-1157, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/01031813715891620200520>.

VITORINO, Helena. **Mulheres Espíritas Contra o abuso**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/lado-m/mulheres-esp%C3%ADritas-contra-o-abuso-70695d235814>. Acesso em 18 mar. 2022.

WAJCMAN, Judy. **El tecnofeminismo**. Madrid: Cátedra, 2006.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, [S.L.], v. 11, n. 22, p. 271-292, 4 fev. 2012. Revista Temporalis. <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292>.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em 25 out. 2021.

7 APÊNDICE

7.1 Tabela 1 – AzMina

Título	Editoria	Data	Autora	Link	Tema	Tags
Aborto seguro: médica cria manual e é processada	Reportagens/ Minas que honram o rolê	06/08/ 2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/7vvx69f8	Aborto Seguro, Saúde	Reportagens, Saúde e Sexo
Histórias de resistência para inspirar dias de luta	Reportagens/ Minas que honram o rolê	31/10/ 2018	Thais Folego	https://tinyurl.com/ejd2s9jr	Política, Eleições 2018, Mulheres que resistem	Reportagens, Feminismos
Artistas negras assumem as rédeas de suas próprias narrativas	Reportagens/ Minas que honram o rolê	19/11/ 2018	Monise Cardoso	https://tinyurl.com/3tsmnta2	Mulheres negras, protagonistas, Cultura	Reportagens, Feminismos
Mulheres na política: 30% da grana do Fundo Eleitoral é suficiente?	Reportagens/ Política	03/07/ 2018	Samanta Dias	https://tinyurl.com/3ttmtemk	Eleições 2018, Mulheres na política	Reportagens, Política
Audiência sobre aborto no STF: tudo o que você precisa saber	Reportagens/ Política	03/08/ 2018	Equipe AzMina	https://tinyurl.com/4f59nn5n	Aborto, STF, Direitos das Mulheres	Reportagens, Política
“O aborto é traumático quando não há atendimento humanizado”, diz Rebeca Mendes, que teve aborto negado pelo STF	Reportagens/ Política	06/08/ 2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/cxm28e8	Aborto, STF, Direitos das Mulheres	Reportagens, Política
Como o feminismo e as mulheres podem influenciar as eleições em 2018	Reportagens/ Política	27/08/ 2018	Maria Martha Bruno	https://tinyurl.com/exthtwv4	Eleições 2018, Mulheres na política	Reportagens, Política
Mulheres no Congresso aumentam confiança na democracia, diz especialista de gênero da OEA	Reportagens/ Política	03/09/ 2018	Sara Baptista	https://tinyurl.com/3j3cn8ix	Mulheres na política	Reportagens, Política
Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?	Reportagens/ Política	19/09/ 2018	Maria Martha Bruno	https://tinyurl.com/ejnxpw6k	Eleições 2018	Reportagens, Política
Tinder das Eleições: conheça as plataformas para encontrar a candidata ideal	Reportagens/ Política	26/09/ 2018	Amanda Célio	https://tinyurl.com/7hvvz44r	Eleições 2018, Mulheres na política	Reportagens, Política
Mulheres na política: A luta histórica pela voz	Reportagens/ Política	01/10/ 2018	Fluxa (Bárbara Barcia, Claudia Alves e	https://tinyurl.com/vd3mtecy	Websérie, mulheres na política	Reportagens, Política

				Fernanda Prestes)			
Maternidade e eleições: candidatas querem mais mães na política	Reportagens/ Política	04/10/ 2018	Gabriele Estevans		https://tinyurl.com/mybxh7dt	Eleições 2018, mulheres na política, maternidade	Reportagens, Política
Mulheres negras usam estratégias de quilombo na política	Reportagens/ Política	22/10/ 2018	Thais Folego		https://tinyurl.com/9czum2wx	Mulheres na política, Feminismo negro	Reportagens, Política
Ideologia de gênero: entenda o assunto e o que está por trás	Reportagens/ Política	23/10/ 2018	Helena Bertho		https://tinyurl.com/bp76wxb8	Eleições 2018, Ideologia de gênero	Reportagens, Política
Os planos da oposição para o governo de Bolsonaro	Reportagens/ Política	12/11/ 2018	Amanda Célio		https://tinyurl.com/w689cbrm	Eleições 2018	Reportagens, Política
Quem são as mulheres que farão oposição a Bolsonaro no Congresso	Reportagens/ Política	03/12/ 2018	Amanda Miranda		https://tinyurl.com/4xyjtbkx	Eleições 2018, Mulheres na política	Reportagens, Política
Por que tantas mulheres odeiam suas bucetas?	Reportagens/ Saúde e Sexo	13/08/ 2018	Helena Bertho		https://tinyurl.com/ysz5967s	Saúde, empoderamento, aceitação	Reportagens, Saúde e Sexo
Aborto é sempre traumático? A história de Maria diz que não	Reportagens/ Saúde e Sexo	24/09/ 2018	Helô D' Angelo		https://tinyurl.com/ybeyw725	Aborto, quadrinhos, relatos, descriminalização	Reportagens, Saúde e Sexo
Relacionamento abusivo: 15 sinais de que você pode estar em um	Reportagens/ Violência contra a mulher	26/11/ 2018	Helena Bertho		https://tinyurl.com/a9eeay8	Relacionamento abusivo	Reportagens, Violência contra mulher
Mulher, solo e pobre: Por que a maioria das mães solo brasileiras vive abaixo da linha da pobreza?	Reportagens/ Dinheiro	17/12/ 2018	Victória Damasceno		https://tinyurl.com/3u2ktxt8	Desigualdade social, mães solo	Reportagens, Dinheiro
Por que a escritora Hilda Hilst não fez sucesso em vida?	Reportagens/ Cultura	10/07/ 2018	Helô D' Angelo		https://tinyurl.com/8t56c82e	Literatura, perfil, quadrinhos	Reportagens, Cultura
12 séries e filmes com temática lésbica para assistir na Netflix	Reportagens/ Cultura	29/08/ 2018	Thais Folego		https://tinyurl.com/ws6r5sxf	Visibilidade lésbica, Netflix, Cinema	Reportagens, Cultura
Crespas fazem seus próprios cosméticos naturais para	Reportagens/ Beleza Pura	16/10/ 2018	Thais Folego		https://tinyurl.com/7s95r7np	Autocuidado, cosméticos naturais	Reportagens, Política

driblar desinteresse do mercado							
Bolsonaro: Sete motivos para não votar	Opinião/Opinião d'AzMina	27/09/2018	Equipe AzMina	https://tinyurl.com/uvmx5shd	Editorial, Eleições 2018, Bolsonaro	colunas, opinião d'azmina	
Promessa de Ano Novo: resistir e sair da bolha	Opinião/Opinião d'AzMina	10/12/2018	Equipe AzMina	https://tinyurl.com/hav34p2m	Editorial, Eleições 2018, Direitos das mulheres e minorias	colunas, opinião d'azmina	
Há tantas novas palavras para identificar o machismo que nos machuca	Opinião/Divã d'AzMina	06/12/2018	Érica Bombardi	https://tinyurl.com/5as9fwk5	Machismo, empoderamento	colunas, divã d'azmina	
É sempre preciso falar sobre HIV: um relato pessoal e familiar	Opinião/Divã d'AzMina	01/12/2018	Daniela Alarcon	https://tinyurl.com/4kkjn7vp	HIV, relato	colunas, divã d'azmina	
Atendo mulheres que perderam a vontade de viver – e questões de gênero têm seu papel nisso	Opinião/Divã d'AzMina	29/11/2018	Lorena Franco Ferreira	https://tinyurl.com/ky9mch38	Saúde mental, gênero, assédios, abuso	colunas, divã d'azmina	
Ser chefe foi desgastante, mas recomendo: Minas, sejam chefes!	Opinião/Divã d'AzMina	22/11/2018	Juliane	https://tinyurl.com/eyhjafov	Empoderamento, mulheres líderes	colunas, divã d'azmina	
Com empatia, faça da arte minha forma de ativismo	Opinião/Divã d'AzMina	01/11/2018	Bárbara Eliodório	https://tinyurl.com/3r646kjc	Relato	colunas, divã d'azmina	
Sou gay e falo alto: eu vou sobreviver	Opinião/Divã d'AzMina	25/10/2018	Ma Troggina	https://tinyurl.com/5yps hnhk	Relato, LGBT	colunas, divã d'azmina	
Nosso 120egaliza120 é que o pouco que conquistamos nos seja tomado	Opinião/Divã d'AzMina	20/10/2018	Jéssica Tarasoff	https://tinyurl.com/bjh947me	Eleições 2018	colunas, divã d'azmina	
Mais um motivo para dizermos #EleNão	Opinião/Divã d'AzMina	04/10/2018	Luisa Toller	https://tinyurl.com/t9k4xkpt	Eleições 2018	colunas, divã d'azmina	
Como fiz um aborto com Cytotec	Opinião/Divã d'AzMina	13/09/2018	Anônimo	https://tinyurl.com/r2the3ss	Aborto, saúde, relato	colunas, divã d'azmina	
Abortei aos 18 anos e até hoje sinto culpa, alívio e raiva	Opinião/Divã d'AzMina	06/09/2018	Anônimo	https://tinyurl.com/4p78c4y5	Aborto, saúde, relato	colunas, divã d'azmina	
Visibilidade Lésbica: Orgulho e preconceito	Opinião/Divã d'AzMina	29/08/2018	Bruna Fontes	https://tinyurl.com/2efd8fc6	Visibilidade lésbica, relato	colunas,	

						divã d'azmi- na
Viajo sozinha pelo mundo para aprender a lidar com meus medos	Opinião/Divã d'AzMina	23/08/2018	Nathalia Marques	https://tinyurl.com/8k33w33s	empoderamento, viagem	colunas, divã d'azmi-na
Acertando as contas com o pai do meu pai	Opinião/Divã d'AzMina	16/08/2018	Thais Folego	https://tinyurl.com/b5fz2smp	Relato	colunas, divã d'azmi-na
Precisamos falar sobre depressão e suicídio	Opinião/Divã d'AzMina	08/08/2018	Clara Roman	https://tinyurl.com/up5bnrab	Saúde mental, depressão, suicídio	colunas, divã d'azmi-na
Não me arrependo de ter feito um aborto e não ter sido mãe aos 15 anos	Opinião/Divã d'AzMina	02/08/2018	Anônimo	https://tinyurl.com/suwy8epk	Aborto, saúde, relato	colunas, divã d'azmi-na
Sobre ser a única negra em diversos lugares	Opinião/Divã d'AzMina	05/07/2018	Paula Silva	https://tinyurl.com/w9xvvhk	Feminismo negro	colunas, divã d'azmi-na
Do orgasmo ao aborto, está tudo ligado	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	25/09/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/5xw97c5h	Saúde, sexo, aborto	Colunas Helena Bertho
Falar sobre sexo agora é uma necessidade política	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	30/10/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/prxy3cvr	Sexo, política, eleições 2018	Colunas Helena Bertho
Vagina ou vulva? Bora conhecer o seu órgão sexual!	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	06/11/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/eb862d49	Saúde	Colunas Helena Bertho
Silvio Santos não provocou polêmica, ele assediou Claudia Leitte	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	13/11/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/mt4kvzj6	Assédio, TV	Colunas Helena Bertho
“Para além do racismo, uso o orgasmo para lidar com as memórias de abuso que ficaram no corpo”	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	20/11/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/49pkjns2	Empoderamento, sexo, mulheres negras	Colunas Helena Bertho
O que é sexo para você?	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	28/11/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/5b6dbwar	Sexo, prazer feminino	Colunas Helena Bertho
“Sexualidade negada”: soropositivas contam como o HIV afeta a vida sexual	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	04/12/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/2s6cb99s	Sexo, HIV	Colunas Helena Bertho
Da virgem à puta, vítimas de abuso têm sua fala deslegitimada	Opinião/Sobre sexo e outras coisas	18/12/2018	Helena Bertho	https://tinyurl.com/nez2mbjm	Abuso sexual	Colunas Helena Bertho
Meninos espole-tas e meninas são	Opinião/Meu nome não é Mãe	06/07/2018	Tayná Leite	https://tinyurl.com/twtdtu2	Maternidade, estereótipos	Colunas Tayna Leite

**comportadas?
Vamos repensar os
estereótipos!**

Precisamos falar sobre racismo com as crianças	Opinião/Meu nome não é Mãe	25/07/2018	Tayná Leite	https://tinyurl.com/5ape6xh7	Maternidade, racismo, crianças	Colunas Tayna Leite
Presença de pai é mais importante que de mãe?	Opinião/Meu nome não é Mãe	17/08/2018	Tayná Leite	https://tinyurl.com/h95zxepv	Abandono paterno	Colunas Tayna Leite
'Eu não abortaria, mas...' Está na hora de desmoralizar o discurso	Opinião/Meu nome não é Mãe	12/09/2018	Tayná Leite	https://tinyurl.com/ydw6xzjm	Aborto	Colunas Tayna Leite
Sobre maternidade e Bolsonaro – e as mulheres que estão na trincheira comigo	Opinião/Meu nome não é Mãe	14/11/2018	Tayná Leite	https://tinyurl.com/3c5eaacp	Eleições 2018, maternidade	Colunas Tayna Leite
Cigana e negra, ambos são meus lugares de fala	Opinião/Tradição e feminismo	21/11/2018	Rebecca Souza	https://tinyurl.com/h2rv3pvx	Consciência negra, interseccionalidade	Colunas Rebecca Souza
Eleições: mesmo no medo houve vitórias	Opinião/Tradição e feminismo	17/10/2018	Rebecca Souza	https://tinyurl.com/4z7x6dnx	Eleições 2018, Indígena, Representatividade	Colunas Rebecca Souza
Quantos estereótipos você já reforçou hoje?	Opinião/Tradição e feminismo	05/09/2018	Rebecca Souza	https://tinyurl.com/47d6ff28	Feminismos, estereótipos	Colunas Rebecca Souza
Discriminação a ciganos é coisa do passado? Infelizmente não	Opinião/Tradição e feminismo	19/07/2018	Rebecca Souza	https://tinyurl.com/peyj9yyx	Preconceito, ciganos	Colunas Rebecca Souza
2019, a hora e a vez do futebol feminino	Opinião/Mana a mana	19/12/2018	Amanda Célio	https://tinyurl.com/3ma5pddx	Futebol feminino, esporte	Colunas Amanda Celio
Futebol é coisa de mulher? Claro que sim!	Opinião/Mana a mana	08/11/2018	Amanda Célio	https://tinyurl.com/k3syurs	Esporte, Machismo	Colunas Amanda Celio
Anelis Assumpção: Meu feminismo está em mutação assim como o feminismo no mundo	Opinião/Vulva a arte	16/11/2018	Luisa Toller	https://tinyurl.com/j7vwu3ze	Cultura, Música, Entrevista	Colunas Luisa Toller
Mulheres na arte e a maldição do 'isso deve ter dedo do seu namorado'	Opinião/Vulva a arte	11/10/2018	Luisa Toller	https://tinyurl.com/5a59zf5j	Machismo artes, apagamento da mulher	Colunas Luisa Toller
Não falarei sobre a Copa do Mundo	Opinião/Vulva a arte	11/07/2018	Luisa Toller	https://tinyurl.com/2f8vxajt	Copa do Mundo, machismo	Colunas Luisa Toller
Então é Natal: 5 livros para presentear e fortalecer	Opinião/AzMin a dão a letra	12/12/2018	Bruna Escaleira	https://tinyurl.com/ywy5bn6y	Livros, feminismo	Colunas Bruna Escaleira

Lubi Prates: cartografias poéticas e úteros geográficos em “um corpo negro”	Opinião/AzMin a dão a letra	07/11/2018	Bruna Escaleira/Pilar Bu	https://tinyurl.com/r7542uan	Feminismo negro, crítica	Colunas Bruna Escaleira
Um pouco de literatura contra o fascismo	Opinião/AzMin a dão a letra	10/10/2018	Bruna Escaleira	https://tinyurl.com/3rjas3t8	Literatura, Eleições 2018	Colunas Bruna Escaleira
Hilda Hilst era feminista porque era livre: não tinha medo e escrevia sobre tudo	Opinião/AzMin a dão a letra	27/07/2018	Bruna Escaleira/Hana Taragona	https://tinyurl.com/bsmxbea8	Literatura	Colunas Bruna Escaleira
Do Bolsa Família ao “Bolsa Estupro”	Opinião/Rede Feminista de Juristas	15/12/2018	Tainã Góis	https://tinyurl.com/dsmzh3xm	Direitos humanos	Colunas Rede Brasileira de Juristas
Campanha #VotePorMim pede que familiares lembrem violências sofridas por mulheres, negros e LGBTs	Opinião/Rede Feminista de Juristas	23/10/2018	anônimo	https://tinyurl.com/3dhy7bab	Eleições 2018	Colunas Rede Brasileira de Juristas
#EleNão: Por que devemos ir nos protestos do dia 29?	Opinião/Rede Feminista de Juristas	27/09/2018	Adriana Cecilio	https://tinyurl.com/6fztr4m	Eleições 2018	Colunas Rede Brasileira de Juristas
O que querem as feministas do Direito?	Opinião/Rede Feminista de Juristas	20/08/2018	Tainã Góis	https://tinyurl.com/5b5yix7a	Direito e feminismo	Colunas Rede Brasileira de Juristas
Sempre falamos de aborto, e agora vamos falar também no Supremo Tribunal	Opinião/Vozes	02/08/2018	Mariana Prandini Assis	https://tinyurl.com/2sev4enp	Aborto, STF, Direitos das Mulheres	Colunas Vozes
A amizade entre mulheres: ser amigas, irmãs	Opinião/Vozes	20/07/2018	Equipe AzMina	https://tinyurl.com/rezhm2uv	Amizade, relacionamento	Colunas Vozes
Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018	Especiais	20/09/2018	Helena Bertho, Carolina Oms, Larissa Ribeiro	https://tinyurl.com/52ackew	Eleições 2018, Mulheres na política	Reportagens, Política
Estado e religião: Uma relação tão antiga quanto promíscua	Especiais	10/09/2018	Carolina Vicentin, Helena Bertho, Larissa Ribeiro	https://tinyurl.com/bbjty7ps	Religião, mulheres, Estado	Reportagens, Política

Mulheres e depressão: Quando a loucura é filha do machismo	Especiais	21/08/2018	Fabiane Guimarães, Nana Queiroz, Larissa Ribeiro	https://tinyurl.com/se4czhxr	Saúde mental, depressão, machismo	Reportagens, Saúde e Sexo
Racismo na moda: como o preconceito se expressa na passarela?	Especiais	16/07/2018	Nana Queiroz, Juliana Luna, Coletivo Amapoa	https://tinyurl.com/3heeeekh	Racismo, moda	Reportagens, Comportamento

7.2 Tabela 2 – Lado M

Título	Editoria	Data	Autora	Link	Tema	Tags
Polarização política mostra lado machista da violência: a agressão à mulher	Feminismo	03/10/2018	Carolina Pulice	https://tinyurl.com/39fyjv98	Eleições 2018, violência contra a mulher	Feminismo Lado M, Brasil, Machismo, Feminismo, Eleições
#EleNãO: 5 vezes que ele foi declaradamente machista (com provas)	Feminismo	12/09/2018	Nathalia Marques	https://tinyurl.com/3v5ufyt5	Eleições 2018, Bolsonaro, Machismo	Brasil, Eleições, Política, Bolsonaro, Feminismo Lado M
Formiga, a jogadora que luta pelo reconhecimento do futebol feminino	Mulheres Reais	22/09/2018	Cris Santana	https://tinyurl.com/3z2e7ks8	Perfil, esporte, futebol	Mulheres Reais Lado M, Brasil, Futebol, Feminino, Mulher
Conheça Hilda Hilst, a mulher que revolucionou a literatura brasileira	Mulheres Reais	25/07/2018	Carolina Carettin	https://tinyurl.com/2wfbput3	Perfil, literatura	Mulheres Reais Lado M, Brasil, Literatura, Perfil, Mulheres
Crie seu próprio recomeço ainda hoje	Comportamento	17/12/2018	Clara Dantas	https://tinyurl.com/yr86y3cw	Texto motivacional, crônica? Sobre recomeços.	Comportamento Lado M, Brasil, Comportamento, Crônicas, Inspiração
Sobre perdoar e esquecer	Comportamento	22/11/2018	Odhara Caroline	https://tinyurl.com/6h64a6mz	Texto sobre perdão, crônica, pessoa	Comportamento Lado M, Brasil, Crônicas, Comportamento, Relacionamentos
Por trás do Ghosting: o fenômeno do desaparecimento dos crushs	Comportamento	02/11/2018	Cris Chaim	https://tinyurl.com/yttm2a6y	Ghosting, relacionamentos, relato	Comportamento Lado M, Brasil, Ghosting, Relacionamentos, Comportamento
A sexualidade se herda de mãe para filha	Comportamento	28/09/2018	Gabriella Feola	https://tinyurl.com/aycytvj7	Sexualidade e maternidade	Comportamento Lado M, Brasil, Sexo, Feminismo, Maternidade

Eu, Gorda?	Comportamento	26/09/2018	Gracie-la Paciência	https://tinyurl.com/yha9f32n	Relato sobre gordofobia e aceitação	Comportamento Lado M, Brasil, Gordofobia, Autoestima, Amor Próprio
O outro lado da Síndrome do Ninho Vazio	Comportamento	10/09/2018	Natália Silva	https://tinyurl.com/4dpyw6jk	Síndrome do Ninho Vazio	Ninho Vazio, Maternidade Família, Comportamento Lado M, Brasil
Vaginismo, uma dor pouco conhecida	Saúde	19/12/2018	Gabriella Feola	https://tinyurl.com/4n582f34	Vaginismo, saúde	Saúde Lado M, Brasil, Sexo, Saúde, Mulher
A luta contra a AIDS precisa continuar	Saúde	30/11/2018	Gabriella Feola	https://tinyurl.com/3uf2esbz	AIDS, manifestação	Brasil, Saúde Lado M, Saúde, AIDS, HIV
Mulheres Espíritas Contra o abuso	Cotidiano	12/12/2018	Helena Vitorino	https://tinyurl.com/3an3wstr	João de Deus, Violência contra a mulher	Cotidiano Lado M, Brasil, Espiritismo, Religião, Espiritualidade
Telespectadores de Silvio Santos, uni-vos contra seu machismo!	Cotidiano	12/11/2018	Carolina Pulice	https://tinyurl.com/2nefd3fx	Silvio Santos, Machismo	Cotidiano Lado M, Brasil, Machismo, TV, Silvio Santos
4 frases para enfrentar o que está por vir	Cotidiano	31/10/2018	Cris Chaim	https://tinyurl.com/2k38mtc	Política, Esperança depois das eleições	Autoestima, Esperança, Brasil, Cotidiano Lado M, Política
Eleições 2018: um relato sobre ódios e empatias	Cotidiano	09/10/2018	Cris Santana	https://tinyurl.com/4y5wfkph	Eleições 2018, relato, opinião	Cotidiano Lado M, Brasil, LGBT, Eleições, Preconceito
#Elassim: encontre uma candidata e vote em mulheres Por que você precisa ver Julieta, novo filme de Pedro Almodóvar	Cotidiano	04/10/2018	Nathalia Marques	https://tinyurl.com/tpmrev88	Eleições 2018, representatividade na política	Cotidiano Lado M, Brasil, Política, Feminismo, Eleições
Sobre mulheres sagradas e a história da enaltação do	Sem editoria	23/07/2018	Gabriella Feola	https://tinyurl.com/e7evnysr	Resenha de filme, Almodóvar	Cultura Lado M, Brasil, Filmes, Cinema, Resenha
Sobre mulheres sagradas e a história da enaltação do	Sem editoria	28/07/2018	Odhara Caroline	https://tinyurl.com/2mf5emrx	Sagrado Feminino	Cotidiano Lado M, Brasil, Religião,

sagrado feminino							Sagrado Feminino, Mulher
Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço	Sem editoria	31/10/2018	Thais Lombardi	https://tinyurl.com/yhvpzd2m	Resenha de livro, Maria Bonita		Cultura Lado M, Brasil, Mulheres, Livros, História
Você precisa ler O Poder, de Naomi Alderman	Sem editoria	02/12/2018	Mariana Miranda	https://tinyurl.com/me9s7c2u	Resenha de livro, violência contra a mulher		Cultura Lado M, Brasil, Livros, Resenha, Críticas
Homem-objeto e outras coisas sobre ser mulher	Sem editoria	02/11/2018	Cris Chaim	https://tinyurl.com/enfk3c9m	Resenha de livro, crônicas		Brasil, Livros, Resenha, Críticas, Cultura Lado M
A Morte de Hitler: os arquivos secretos da KGB Nunca Houve um Castelo, ou a história contemporânea da cidade maravilhosa	Sem editoria	10/10/2018	Cinthia Quadado	https://tinyurl.com/y7pnhdmu	Resenha de livro, Segunda Guerra		Cultura Lado M, Brasil, Livros, História, Resenha
Querida, me visse é muito mais do que apenas um romance de verão	Sem editoria	07/10/2018	Cris Chaim	https://tinyurl.com/kn54dveu	Resenha de livro, Martha Batalha		Brasil, Cultura Lado M, Livros, Resenha, Críticas
Cartas Secretas Jamais Enviadas nos faz pensar nas principais questões humanas	Sem editoria	07/10/2018	Marina Morais Caporino	https://tinyurl.com/a97x3exy	Resenha de livro, literatura jovem		Brasil, Cultura Lado M, Livros, Resenha, Críticas
Os Números do Amor e o autismo feminino	Sem editoria	07/10/2018	Thais Lombardi	https://tinyurl.com/2xy6jy83	Resenha de livro, autismo		Cultura Lado M, Brasil, Autismo, Livros, Resenha
Graça e Fúria é sobre Sororidade e Força	Sem editoria	07/10/2018	Gabrielle M.	https://tinyurl.com/4kt72xuc	Resenha de livro, literatura jovem, sororidade		Cultura Lado M, Brasil, Livros, Resenha, Críticas
Garotas mortas e o descaso da sociedade Livro de Liudmila Petruchévskaja reúne folclore	Sem editoria	07/10/2018	Thais Lombardi Caroli-Caretin	https://tinyurl.com/27k9w6v2	Resenha de livro, feminicídio, América Latina		Cultura Lado M, Brasil, Resenha, Livros, Feminicídio
	Sem editoria	07/10/2018		https://tinyurl.com/52r7jaxa	Resenha de livro, união		Cultura Lado M, Brasil, Livros,

russo e crítica ao regime soviético					soviética, contos	Resenha, Críticas
Conheça mulheres incríveis com o livro Ousadas, de Pénélope Bagieu	Sem editoria	07/10/2018	Carolina Carettin	https://tinyurl.com/mmwxt229	Resenha de livro, representatividade, quadrinhos	Cultura Lado M, Brasil, Feminismo, Livros, Resenha
O peso de ser mulher retratado em Cinco Graças O Vazio dos Teus Olhos	Sem editoria	07/10/2018	Graciele Paciência	https://tinyurl.com/2z9eemb	Resenha de filme, papéis sociais, patriarcado	Cultura Lado M, Brasil, Filmes, Resenha, Críticas
transforma em poesias os dilemas de uma mulher livre	Sem editoria	25/08/2018	Nathalia Marques	https://tinyurl.com/43hbsvve	Resenha de livro, poesia	Cultura Lado M, Brasil, Livros, Resenha, Mulheres
Conheça o livro Enterre Seus Mortos, de Ana Paula Maia	Sem editoria	14/07/2018	Lado M	https://tinyurl.com/ssr2fefw	Resenha de livro	Cultura Lado M, Brasil, Livros, Resenha, Literatura
Adulta Sim, Madura nem Sempre, mas continuamos tentando	Sem editoria	18/12/2018	Cris Chaim	https://tinyurl.com/aefy7j46	Resenha de livro, crônicas, comportamento	Cultura Lado M, Brasil, Livros, Resenha, Críticas
O Retorno de Mary Poppins vai aquecer seu coração	Sem editoria	14/12/2018	Rafaela Arradi	https://tinyurl.com/r4arsdsd	Resenha de filme, infantil, Mary Poppins	Cultura Lado M, Brasil, Filmes, Resenha, Críticas
Graja Minas: ouça e respeite as mulheres da periferia	Sem editoria	06/12/2018	Nathalia Marques	https://tinyurl.com/yx4883jc	Música, Hip Hop, entrevista	Cultura Lado M, Brasil, Música, Hip Hop, Periferia
A Louca dos Gatos é o novo livro de Sarah Andersen	Sem editoria	24/11/2018	Gabriely Araújo	https://tinyurl.com/chvvenu3	Resenha de livro, humor, comportamento, quadrinhos	Cultura Lado M, Brasil, Livros, Resenhas, História em Quadrinhos
As Últimas Testemunhas traz relatos de crianças sobreviventes da Segunda Guerra	Sem editoria	14/11/2018	Carolina Carettin	https://tinyurl.com/r2pjm7p	Resenha de livro, união soviética, relatos, segunda guerra	Cultura Lado M, Brasil, Guerra, Livros, História
A Caçadora de Dragões tem trama original e personagem que foge dos estereótipos	Sem editoria	14/07/2018	Daiana Porto	https://tinyurl.com/uzmm4ev4	Resenha de livro, fantasia, literatura jovem	Romance, Cultura Lado M, Literatura, Brasil, Mulheres Na Literatura
A Festa, de Sally Potter, traz personagens	Sem editoria	23/07/2018	Natália Sanchez	https://tinyurl.com/24jmefde	Resenha de filme	Cultura Lado M, Brasil, Filmes,

femininas surpreendentes						Resenha, Crítica
Filme	Alguma					
Coisa Assim traz						
questões						
amorosas que	Sem	24/07/	Aline	https://tinyurl.com/5c393ay	Resenha de	Cinema,
muita gente tem	editoria	2018	Naomi	2	filme, relacionamento entrevista	Lado M, Filmes, Brasil
Aborto: devemos						
129egaliza-lo ou	Sem	28/07/	Clara	https://tinyurl.com/va93sac		Brasil, Saúde,
não?	editoria	2018	Dantas	5	Aborto / Saúde	Mulher, Aborto, Saúde Lado M
A rotina do	Sem	23/07/	Tatiana	https://tinyurl.com/zvafw99		Assedio, machismo, violência, feminismo
assédio	editoria	2018	Luz	4	Assédio	Lado M, Brasil

7.3 Roteiros de entrevistas

7.3.1 Mariana Miranda (Lado M)

1. Para começar, eu queria que você falasse um pouquinho sobre a sua formação, com o que você trabalha hoje.
2. Como que surgiu o site, o Lado M? Por que mesmo trabalhando você continua na gestão ali, comandando todo mundo.
3. Queria que você comentasse sobre a mudança para o Medium. Por que decidiu mudar, se foi quando as outras meninas saíram, se foi em relação a hospedagem.
4. Como o Lado M é um site feminista e tem muitos relatos das colaboradoras, tem as resenhas, tem reportagem também. Eu queria que você falasse um pouquinho disso assim, como você vê essa questão da objetividade num portal que já se posiciona.
5. Quantas pessoas escrevem para o site?
6. Como são decididas as pautas? Ou como elas eram decididas antes, com mais editoras, e como são hoje?
7. Como o site se sustenta financeiramente?

7.3.2 Thais Lombardi (Lado M)

1. Para contextualizar, eu vou analisar os textos de forma interseccional e vendo como as próprias autoras aparecem nos textos. Então, queria que você falasse um pouco sobre sua formação, se você é jornalista, se é formada ou trabalha com outra coisa e como foi começar a escrever para o site. Queria que você falasse um pouco sobre como é produzir os textos, se você procura colocar suas experiências pessoais neles também. E como você vê isso, considerando que há uma ideia muito forte de objetividade e imparcialidade no jornalismo.

7.3.3 Clara Dantas (Lado M)

1. Queria que você falasse um pouco sobre sua formação, se você é jornalista, se é formada ou trabalha com outra coisa e como foi começar a escrever para o site.

2. Um dos seus textos que entrou na pesquisa foi o "Aborto: devemos legalizá-lo ou não?". Nele você coloca sua opinião, usa a primeira pessoa e coloca sua experiência pessoal com o tema. O que você acha sobre a possibilidade de poder fazer isso num veículo jornalístico, uma vez que o senso comum ainda é de a imprensa ser imparcial, objetiva?
3. E você já teve experiências em outros lugares, de ter essa abertura para se colocar no texto também?

7.3.4 Carolina Oms (AzMina)

1. Peço que você diga no primeiro áudio que concorda em dar a entrevista, para que haja o registro. Fale um pouco sobre você, sobre sua formação acadêmica e profissional.
2. Você está no AzMina desde a criação? Quando ele foi criado e como foi esse processo?
3. Eram quantas colaboradoras no início e quantas são hoje?
4. Como as colaboradoras são selecionadas? Elas têm algum vínculo empregatício com o site?
5. Como o site se sustenta financeiramente?
6. Como você avalia a diversidade de mulheres que colaboram para o site?
7. Há algum assunto que você acredita que deveria ser mais abordado no site?
8. Como veículo feminista, o site tem um posicionamento claro. Como você vê essa questão em relação à objetividade jornalística?
9. Quer saber como funciona a sessão Divã d'AzMina, se as pessoas são convidadas a escrever, se elas mandam sugestões de pautas.
10. Como são decididas as pautas do site? Vocês têm reunião, recebem sugestões?

7.3.5 Paula Silva (AzMina)

1. O seu texto "Sobre ser a única negra em diversos lugares" foi sua única contribuição para AzMina? E atualmente você trabalha na área de jornalismo? Se puder contar um pouco da sua trajetória profissional, acho interessante porque tem a ver com o seu relato no texto.

2. E você articular o fato de ser uma jornalista mulher e negra no texto. Como você percebe isso no seu dia-a-dia, trabalhando na área?
3. O número de jornalistas negros no Brasil é muito pequeno e nos 2 veículos analiso na pesquisa me deparei com uma porcentagem muito baixa também. Já se passaram 3 anos depois do seu texto, em que você diz que era a única negra no ambiente de trabalho. Mudou alguma coisa nesse tempo? Você consegue perceber um movimento que busca uma paridade de pessoas brancas e negras ou não?

7.3.6 Rebecca Souza (AzMina)

1. Queria que você falasse um pouco sobre sua formação e como começou a colaborar para AzMina.
2. No seu texto "Cigana e negra, ambos são meus lugares de fala" você fala sobre poder ocupar esses dois lugares e ser reconhecida tanto como cigana quanto como mulher negra. Gostaria que você comentasse um pouco sobre isso. Não sei se você é jornalista, mas pelos dados de outras pesquisas, as mulheres negras são minoria na área, inclusive nos veículos que estou analisando.
3. No mercado de trabalho já aconteceu alguma situação de discriminação?
4. Outra coisa que me chamou atenção, Rebecca, foi a baixa participação de mulheres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste nos 2 sites que eu analisei. Os 2 são muito sudestinos, mais do que eu imaginava. Em relação a isso, já aconteceu algum episódio com você?

8 ANEXO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Imprensa Feminista no Ciberespaço: Um Estudo dos Sites Lado M e AzMina

Pesquisador: CAROLINA BUSOLIN CARETTIN

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 40054020.2.0000.8142

Instituição Proponente: Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade/NUDECRI/UNICAMP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.464.969

Apresentação do Projeto:

INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO PESQUISADOR VIA PLATAFORMA BRASIL

As mudanças tecnológicas têm a capacidade de promover alterações em esferas da sociedade, ao mesmo tempo em que são moldadas por ela, inclusive nos movimentos sociais e imprensa. O feminismo, nos últimos anos, utilizou e ajudou a construir tais tecnologias para se organizar nas redes sociais e também no espaço físico. Apoiando-se nos conceitos de objetividade feminista de Haraway (2009) e feminist standpoint de Collins (1997), o objetivo desta pesquisa é analisar o perfil de quem produz conteúdo jornalístico feminista na internet e quais os principais temas abordados, tomando como objetos de estudo os sites Lado M e AzMina, dois veículos criados nos anos 2010 e que têm um alcance diverso e amplo. Os métodos utilizados serão a análise de conteúdo – quantitativa e qualitativa - e entrevistas individuais. A coleta de dados será feita nos próprios sites e a partir de questionário aplicado às autoras. A partir da análise, os textos publicados entre julho e dezembro de 2018 nas duas plataformas serão classificados de acordo com suas temáticas e serão consideradas a raça, idade, escolaridade, área de formação e de atuação profissional, identidade de gênero, orientação sexual, relação com o site para o qual escreve e local em que vivem as autoras dos textos.

Objetivo da Pesquisa:

INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO PESQUISADOR VIA PLATAFORMA BRASIL

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

UF: SP **Município:** CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: cepchs@unicamp.br

Analisar o perfil das mulheres que produzem conteúdo jornalístico feminista na internet e os principais temas abordados nos sites AzMina e Lado M, verificando se mulheres negras, lésbicas, transexuais, indígenas, gordas, deficientes e outros grupos marginalizados estão sendo ouvidos e conquistando espaço dentro do movimento feminista.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo as pesquisadoras "Não há riscos previsíveis. A pesquisa não pretende usar nomes das autoras dos textos, somente das duas fundadoras que serão entrevistadas. Nas entrevistas serão abordados temas do feminismo que podem ser delicados como direito a aborto, estupro, violência contra a mulher, assédios. Porém, o foco das entrevistas será na fundação dos dois veículos e não nas experiências individuais decada uma."

Quanto aos benefícios, é informado que "A pesquisa poderá oferecer resultados que contribuem para a compreensão dos arranjos do jornalismo e do feminismo atual. O benefício direto ao participante é a reflexão em relação à representatividade dentro do movimento feminista."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de mestrado em Divulgação Científica e Cultural de Carolina Busolin Carettin com orientação de Daniela Tonelli Manica e co-orientação de Lais Silveira Fraga, sediada no Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade do LabJor-Unicamp.

Os procedimentos contemplam aplicação de questionário e entrevistas, abordando ao todo 53 mulheres autoras dos textos analisados. Todas são mulheres cis e transgênero entre 18 e 40 anos, de diferentes raças, etnias e orientação sexual.

O cronograma contempla início da abordagem às participantes em janeiro de 2021.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

ver "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo foi considerado aprovado neste CEP e, caso não tenha autorizações institucionais pendentes ou centros co-participantes, pode ser iniciado.

Não estão sob o escopo deste parecer

- Eventuais alterações documentais realizadas sem aviso prévio e/ou não solicitadas pelo CEP em forma dependência ou de recomendação;
- Dados coletados sem as adequações descritas acima (se aplicável);
- Dados coletados em data anterior a este parecer;
- Caso, eventualmente, os dados sejam coletados com autorizações institucionais pendentes (senecessário);
- Caso, eventualmente, os dados sejam coletados sem a aprovação/autorização do centro co-participante(se necessário).
- Relatório final deve ser apresentado ao CEP via notificação ao término do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

- Vale lembrar que a interação com os participantes de pesquisa só pode ser iniciada a partir da aprovação desse protocolo no CEP. Os cronogramas de geração/coleta de dados deve acompanhar o relatório final de pesquisa
- Cabe enfatizar que, segundo a Resolução CNS 510/16, Art.28 Inciso IV, o pesquisador é responsável por "(...) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa".
- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. (Res.510/16, Cap.III, Art.9, inciso II)
- A responsabilidade de obtenção de registro de consentimento, bem como o de sua guarda, é de inteira responsabilidade da equipe de pesquisa. Tais documentos podem ser solicitados a qualquer momento pelo sistema CEP-CONEP para fins de auditoria, bem como servem de proteção para os próprios pesquisadores em caso de eventuais denúncias por parte dos participantes.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa.
- Relatório final deve ser apresentado ao CEP via notificação ao término do estudo.

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

UF: SP **Município:** CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: cepchs@unicamp.br

- Caso a pesquisa seja realizada ou dependa de dados a serem observados/coletados em uma instituição (ex. empresas, escolas, ONGs, entre outros), essa aprovação não dispensa a autorização dos responsáveis. Caso não conste no protocolo no momento desta aprovação, estas autorizações devem ser submetidas ao CEP em forma de notificação antes do início da pesquisa.

- Vale também ressaltar o Art. 3o, inciso VIII da Resolução 510/16:

"São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;"

- O papel do CEP é proteger e garantir os direitos do participante de pesquisa. Está além das funções e das capacidades técnicas do CEP a validação jurídica de documentos como termos de cessão de uso/reprodução de imagem e voz e demais tipos de autorizações.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1652494.pdf	07/12/2020 10:00:15		Aceito
Outros	CartaResposta2.pdf	07/12/2020 09:59:57	CAROLINA BUSOLIN CARETTIN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoConsentimentoQuestionario.pdf	07/12/2020 09:59:10	CAROLINA BUSOLIN CARETTIN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoConsentimentoEntrevista.pdf	07/12/2020 09:58:51	CAROLINA BUSOLIN CARETTIN	Aceito
Declaração de Pesquisadores	AtestadoMatricula.pdf	11/11/2020 16:30:26	CAROLINA BUSOLIN CARETTIN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisa.pdf	09/11/2020 13:50:09	CAROLINA BUSOLIN CARETTIN	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	09/11/2020 12:58:26	CAROLINA BUSOLIN CARETTIN	Aceito

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

UF: SP **Município:** CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: cepchs@unicamp.br

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 15 de
Dezembro de 2020

Assinado por:**Thiago Motta Sampaio
(Coordenador(a))****Endereço:** Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.**Bairro:** Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865**UF:** SP **Município:** CAMPINAS**Telefone:** (19)3521-6836**E-mail:** cepchs@unicamp.br